

RURAL: TERRITÓRIO E MEDIAÇÃO SOCIAL



A EXPERIÊNCIA COM QUILOMBOLAS E INDÍGENAS NO MARANHÃO



José Ribamar Furtado de Souza

Eliane Dayse Pontes Furtado



.....

.....



(R)evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social

110 2005
BIBLIOTECA NACIONAL
BR 2005
2005 02 10 14:30

A experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão

José Ribamar Furtado de Souza
Eliane Dayse Pontes Furtado

00006915

IICA
ESD
902

© dos autores

1a edição: 2004

A publicação deste livro foi viabilizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica celebrado entre o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Gerência da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Geagro), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE).

Direitos reservados desta edição:

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Souza, José Ribamar Furtado de, Furtado, Eliane Dayse Pontes.

(R)evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social: a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão / José Ribamar Furtado de Souza, Eliane Dayse Pontes Furtado. - Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004.

216p. ; 15 x 23 cm.

1. Mediação Social 2. Território 3. Desenvolvimento Territorial 4. Desenvolvimento Local 5. Quilombolas 6. Indígenas I. Souza, Ribamar. II. Furtado, Eliane. III. IICA.

CDD 307.72

Catálogo na publicação: Rossana Coely de Oliveira Moura – CRB-3 / 791

ISBN: 85-98347-02-7

DEDICATÓRIA

Este livro é dedicado aos nossos “Fab” – Fabiana, Fábio, Fabíola, Fabrina e Fabrício – que, durante nossa luta por um mundo socialista, têm sido nossos *cajados* na compreensão das ausências, na educação de nossos netos, no estímulo nos momentos de fraqueza, nos exemplos de vida, enfim, no amor e no orgulho que nos têm dado. Mesmo os distantes, pois, na verdade, sempre estiveram presentes.

Em memória ao irmão e amigo, Tobias Furtado de Souza, nosso eterno “Paú”.



AGRADECIMENTOS

Há um número enorme de colaboradores e colaboradoras aos quais somos profundamente agradecidos, pois sem eles e elas jamais esta experiência teria sido vivenciada e, este livro, escrito. Companheiros facilitadores, monitores, alunos e comunidades quilombolas e indígenas que participaram da caminhada compõem uma verdadeira legião de co-autores desta obra. Devemos muito ao Instituto Interamericano para a Agricultura (IICA) e aos companheiros de trabalho de Brasília e do Maranhão. Reconhecemos também o valoroso apoio da Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Geagro).

Agradecemos também, e de maneira bastante especial, ao amigo e orientador Carlos Miranda que, com sua paciência e visão crítica, realizou várias e exaustivas leituras dos escritos que compuseram este trabalho, colaborando efetivamente com o conteúdo e na estrutura dos textos por intermédio de contundentes sugestões, fundadas em larga experiência empírica e teórica sobre questões relativas ao desenvolvimento rural.

DADOS BIBLIOGRÁFICOS DOS AUTORES

Eliane Dayse Pontes Furtado é professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UFC e curso de mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco. É mestre em Desenvolvimento Social e Rural pela Faculdade de Educação da Universidade de Reading, Inglaterra. Possui o título de PhD em Economia e Ciências Sociais, com tese em Educação para o Desenvolvimento, pela Faculdade de Economia e Ciências Sociais da Universidade de Manchester, Inglaterra. Foi professora visitante no Instituto de Educação da Universidade de Londres durante dois anos (1996-1998), oportunidade em que desenvolveu o programa de pós-doutorado. Pesquisadora com trabalhos publicados no Brasil e na Inglaterra, com destaque para o livro: *Metodologia de capacitação para o desenvolvimento local: a Intervenção Participativa dos Atores (Inpa)*, na qual é co-autora. Tem prestado consultorias ao CNPq, Capes, Anped, Incra, Ematerce, movimentos sociais, órgãos estaduais de terras, ONGs nacionais, *Frères des Hommes* (ONG francesa), Banco Mundial e ao IICA, com trabalhos realizados nos estados do Acre, Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraná e Santa Catarina, no campo do desenvolvimento sustentável. Tem se dedicado ao planejamento participativo do desenvolvimento dos territórios rurais com destaque para a formação do capital humano e do capital social no desenvolvimento territorial. Como resultado de suas atividades acadêmicas (pesquisa, ensino e extensão), especializou-se em Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e Formação de Educadores.

José Ribamar Furtado de Souza é professor aposentado pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará (UFC) e, atualmente, professor visitante do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da UFC, ministrando aulas na graduação, mestrado e doutorado. Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Escola de Agronomia da UFC e tem título de especialista em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade de Madri, Espanha. É mestre em Educação Rural pela Faculdade de Educação da Universidade de Reading, Inglaterra. Possui o título de PhD em Economia e Ciências Políticas, com tese em Sociologia do Desenvolvimento, na *London School of Economics and Political Sciences* (LSE), da Universidade de Londres, Inglaterra. Desenvolveu programa de pós-doutorado na Inglaterra e na

França como professor visitante das universidades de Londres (LSE) e Paris – (Paris X, Nanterre, e Paris III, Nova Sorbone). Foi pesquisador visitante no Centro Internacional de Pesquisa Agrícola e Desenvolvimento (Cirad), em Montpellier, França. Pesquisador com trabalhos publicados no Brasil, França, Inglaterra e Estados Unidos, com destaque para o livro: *Metodologia de capacitação para o desenvolvimento local: a Intervenção Participativa dos Atores (Inpa)*, em co-autoria. Nos últimos anos, tem prestado consultoria à Emater, Embrapa, Incra, *Frères des Hommes* (ONG francesa), *International Technology Appropriate* (ONG americana), movimentos sociais, órgãos estaduais de terra e ONGs nacionais. Atualmente é consultor do IICA, instituto pelo qual presta serviços nos estados do Acre, Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Santa Catarina e Paraná. É especialista em planejamento participativo de desenvolvimento dos territórios rurais, com destaque para a formação do capital humano e do capital social no desenvolvimento territorial e gestão dos territórios rurais.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO – Construindo Políticas para a Inclusão Social	25
PARTE I – A Mediação e o Desenvolvimento Sustentável: Políticas, Estratégias e Abordagem para a Inclusão Social	31
1.1. O Processo de Exclusão Social no Brasil	32
1.2. O Enfrentamento da Exclusão Social: construindo políticas, estratégias e instrumentos	39
1.3. O Desenvolvimento Sustentável: uma referência conceitual para a elaboração de políticas includentes	48
1.4. O Enfoque Territorial: uma estratégia includente	52
1.5. A Mediação Social: uma abordagem para a inclusão	61
PARTE II – Quilombolas e Indígenas no Maranhão: Os Excluídos dos Excluídos ...	65
2.1. Um Resgate da História da Discriminação	66
2.2. A Exclusão Social	74
PARTE III – A Mediação Social nos Territórios: Um Caminho para a Sustentabilidade	79
3.1. A Necessidade da Mediação	80
3.2. A Formação e a Capacitação dos Mediadores	83
3.2.1. O conhecimento prévio da realidade	84
3.2.1.1. Negros – Projeto Identidade	84
3.2.1.2. O reconhecimento dos territórios indígenas	86
3.2.2. Capacitação I: o segmento teórico	88
3.2.3. Capacitação II: o segmento prático	94
3.2.3.1. Trabalho de campo: comunidades afrodescendentes	96
3.2.3.2. Trabalho de campo: comunidades indígenas	110

3.3. Os Espaços da Cidadania	116
3.3.1. Os espaços construídos pelos afrodescendentes	116
3.3.2. Os espaços dos indígenas	122
PARTE IV – Lições Aprendidas: Contribuições para Futuras Mediações	123
4.1. O Etnodesenvolvimento como Ponto de Partida	125
4.2. As Especificidades das Comunidades: etnia, cultura, gênero e geração ..	127
4.3. A Realidade Geradora do Conteúdo e da Pedagogia da Capacitação	139
4.4. A Capacitação Continuada	141
CONCLUSÃO – Construindo a Nova “Cara” do Desenvolvimento Rural	145
BIBLIOGRAFIA	151
ANEXOS	164

"Ai de nós, educadores, se deixarmos de sonhar sonhos possíveis... Os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas de sua cultura e de sua história, da cultura e história de seu povo, que conhecem seu aqui e seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais que adivinham, realizam."

Paulo Freire

APRESENTAÇÃO

O grande questionamento feito por todos aqueles que estão envolvidos em trabalhos ligados ao desenvolvimento é saber qual a forma mais adequada de avançarmos para um estágio que possibilite ultrapassar os velhos e os atuais problemas que ainda, e cada vez mais, submetem grande parte da população a um estado de exclusão social, sem direito ao pão e à dignidade.

Essa é uma grande questão que angustia as instituições e o mundo atual, que desafia os conhecimentos adquiridos e as tecnologias avançadas, responsáveis por entrarmos no século XXI sem, contudo, resolver velhos problemas brasileiros advindos de séculos anteriores. Ficamos todos envergonhados à constatação, pelos dados oficiais ou por uma simples percepção verdadeira sobre a nossa realidade cotidiana, de que muitos ainda contraem e morrem de tuberculose, doença da miséria, que não temos água potável à disposição de todos nem sequer energia elétrica, mesmo séculos após sua descoberta.

Este livro procura colaborar com essa discussão, apresentando uma nova forma de abordagem, fruto de um trabalho audacioso que está sendo realizado por intermédio de uma decisão política do Governo do Estado do Maranhão que, desde o ano de 2000, com a colaboração do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial, começou a desenvolver, com a participação de várias entidades e comunidades rurais, uma nova metodologia voltada para trabalhar o espaço social, tendo como enfoque o empoderamento das lideranças envolvidas e a ampliação do poder local numa abordagem territorial, buscando construir um espaço de mediação entre poder e sociedade para que se desenvolva, por meio de mecanismos de participação e integração, um ambiente adequado à elaboração de novas políticas públicas concebidas a partir da ótica dos beneficiários e suas realidades e dos saberes existentes no mundo sócio-político, científico e tecnológico.

Isso significa um momento de ruptura, pois não há parâmetros; há apenas o desconhecido que é enfrentado com decisão de quem quer criar algo novo, construindo verdadeiramente uma nova relação que tem como base o respeito às diferenças e a busca sincera de soluções para elevarmos a qualidade de vida e a cidadania das nossas populações excluídas. O desenvolvimento que está sendo discutido agora não é apenas aquele que gera riqueza material, mas sim um desenvolvimento sustentável que leva em conta o equilíbrio com o ambiente;

que busca a integração com a saúde, a renda, a educação e a cultura de um povo; que vai além e converte o intangível em fato gerador de energia emocional e de felicidade.

Portanto, configura-se um novo caminho que fala especialmente das experiências com os quilombolas e os indígenas do Maranhão, não se propondo a ser uma metodologia acabada, mas em plena formação, pois a cada abordagem faz uma reflexão, procurando, com olhar crítico, corrigir falhas e preencher lacunas para que o próximo ato seja melhor, mais adequado, mais proveitoso. Uma metodologia que combina participação, reflexão, integração e compromisso numa visão ampla, multidimensional, buscando atuar nas causas dos problemas, e não somente em seus efeitos, entendendo-os. Uma metodologia que busca construir uma propícia visão de mundo para sairmos do isolamento; para começarmos a compreender, não só do ponto de vista racional, mas também sentimental, que somos efetivamente passageiros de um único mundo que interage; que existem problemas nas nossas comunidades possíveis de serem resolvidos com soluções locais, regionais; mas que também existem outros problemas ligados a questões mais amplas, a questões estruturais, a questões internacionais, como a dívida externa e a relação desta com a exclusão social no Brasil, por exemplo.

(R)evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social – a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão constitui-se em um marco referencial, teórico e prático para quem acredita ser possível construir um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar eficiência econômica, equidade social e preservação ambiental. Revela-nos dois educadores – José Ribamar Furtado de Souza e Eliane Dayse Pontes Furtado – autenticamente comprometidos com um processo de aprendizagem participativo e interativo, pressupostos da educação popular e do desenvolvimento sustentável. Foram efetivamente, de maneira direta e atuante, os grandes responsáveis pelo planejamento, coordenação pedagógica e orientação das atividades de campo de todas as atividades desenvolvidas que possibilitaram as experiências vivenciadas e as observações e conclusões que compõem esta obra. O profissionalismo, a dedicação, a sensibilidade e a necessidade de ambos serem arautos de melhores condições às comunidades quilombolas e indígenas do Maranhão propiciaram uma nova forma de eficaz auxílio a essas comunidades: a mediação social.

Temos certeza de que este trabalho, que vem sendo realizado no Estado do Maranhão e que já envolve diretamente a formação de quase duzentos multiplicadores entre técnicos do governo, de entidades da sociedade civil e de lideranças de comunidades rurais, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e, mais

recentemente, de lideranças de grupos de mulheres, será precursor de um novo momento sócio-político-cultural do nosso estado e contribuirá para a reflexão e o amadurecimento de todos aqueles que tiverem a oportunidade de conhecer de perto a experiência renovadora retratada nesta obra.

Acreditamos que será impossível ao leitor não ser tragado vertiginosamente nas páginas deste livro e esperamos que esta viagem fortaleça a vontade individual e coletiva de trabalharmos para a construção de um mundo mais equânime, mais feliz.

Conceição Andrade
Gerente de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Geagro)



PREFÁCIO

Estamos construindo um futuro incerto. Navegamos de forma turbulenta para estágios de vida ainda desconhecidos. Sofremos com a persistência da pobreza, as discriminações, as desigualdades, as violências e as crescentes polaridades socioeconômicas. Estamos profundamente preocupados com as incessantes agressões ambientais. Percebemos que as tendências da economia e da cultura política hegemônica e que as principais instituições e decisões delas decorrentes resultam inadequadas, estéreis ou insuficientes para mudar o rumo insustentável do *des-envolvimento*.

O *des-envolvimento* que temos não é o “envolvimento” que queremos como seres humanos. Da mesma maneira que as políticas do presente nutrem as sementes que amadurecerão no futuro, esse insustentável fruto sócio-ambiental do presente reflete nossos erros passados. Todo o latino-americano merece um destino melhor. Para fazer as escolhas certas, a cada dia surgem mais perguntas que respostas, o que convida a criatividade do pensamento complexo e a sensibilidade que alimenta as escolhas éticas. Deve, o nosso relacionamento com a vida, transcender o dogmatismo de cunho materialista, consumista, economicista, que separa os mais necessitados do acesso às oportunidades e aos ativos produtivos. O que é bom para a vida deve ser repartido, cuidadosamente.

Precisamos aprender a fazer outro tipo de “envolvimento”, descobrindo fórmulas mais transformadoras e sustentáveis nas profundezas da nossa própria experiência social e cultural. Somos desafiados a promover e a favorecer perspectivas mais simples, originais e abrangentes, partindo da esfera local, onde ainda podemos construir relacionamentos bem-sucedidos. Temos aprendido que as verdadeiras mudanças sociais surgem quando deixamos de ver os projetos de “envolvimento” com a vida de forma unidimensional, apenas em termos produtivos ou assistenciais, e passamos a valorizar os ativos da identidade, da criatividade coletiva, da confiança e da sabedoria acumulada nas pessoas, comunidades e territórios.

As lições aprendidas oferecem uma lúcida orientação aos processos locais e territoriais de “envolvimento” sustentável e possibilitam enriquecer o tecido social com vínculos que trazem à tona nossas melhores qualidades. Eis a importância da mediação, esse tipo de energia ética que se coloca entre agentes e atores sociais quando seus interesses e sonhos se fazem sentir na arena democrática. Começamos a encontrar sentido naquilo que fazemos ou sonha-

mos ao abrir oportunidades para discutir, refletir, decidir e compartilhar, junto aos camponeses, formas de gerar coesão social. O *des-envolvimento* que se quer não é qualquer tipo de “envolvimento”, mas um “envolvimento” baseado num equilíbrio dinâmico com o potencial territorial *racioemocionalmente* planejado, equitativo, solidário e, na medida do possível, cuidadoso com os ecossistemas locais.

A criatividade e a competência de Ribamar Furtado e de Eliane Dayse Furtado falam alto e expressam méritos profissionais próprios e indiscutíveis. Contudo, este livro não poderia ter sido escrito sem as decisões das autoridades brasileiras que apostaram e apostam na centralidade dos processos de formação de capacidades humanas para enfrentar a pobreza rural. O programa de capacitação – quatorze cursos – traduz momentos propícios para reunir diversos olhares, para semear formadores. Foram essas vivências – promovidas pelo IICA, em parceria com diversos governos estaduais e municipais, ONGs e movimentos sociais – que nutriram o sincronismo de pensamento, possibilitando novos enfoques e conceitos.

Em momentos cruciais da vida institucional do IICA, toda uma equipe interdisciplinar de técnicos foi colocada em situação reflexiva e criativa, junto às comunidades rurais, para enfrentar os variáveis desafios da agricultura familiar. Ainda existe em todos nós um anseio por encontrar modos de trabalho mais sustentáveis, abrindo espaço para propostas e formulações inovadoras. Assim, descobrimos que existem formas variáveis de estimular os processos de desenvolvimento sustentável, e que a enorme complexidade do trabalho local e territorial pode ser relativamente simplificada pela mediação, como estratégia de construção da qualidade social.

A ruralidade da maioria dos estados brasileiros está fundamentada na produção agrícola ou multiativa de base familiar. Em todos os heterogêneos territórios rurais brasileiros é preciso construir modelos diferenciados de “envolvimento” sustentável, capazes de produzir bem-estar econômico, cidadania participativa, alteridade cultural, cuidado ambiental e equidade social. Tais processos podem ser ativados mediante uma pedagogia reflexiva que leva os comunitários a se comportarem como sujeitos-atores. Por conseguinte, os mapas de trabalho indispensáveis para processar essa heterogeneidade territorial são diversos e flexíveis, devendo passar por um processo de empoderamento, apoiados pela *mediação social*.

A cultura dos programas isolados, pontuais e setoriais de desenvolvimento, desvinculada das dinâmicas territoriais, ignorou as capacidades endógenas, os

ativos e os interesses das multifacetadas economias familiares, inseridas nas heterogêneas realidades intercomunitárias. Os pontos de partida dos processos de planejamento – funcionais aos programas convencionais de alívio à pobreza rural – quase sempre assinalam para as carências, para as deficiências, e não para as capacidades, os ativos, os sentidos gravados na vida cultural. Como afirmam os autores, o enfoque convencional geralmente combina autoritarismo e participação constringida, razão pela qual geram-se experiências fragmentadas, dependentes e insustentáveis. Essa abordagem reprime a possibilidade de reconhecer que o conteúdo material e cultural da geografia territorial expressa características e potencialidades próprias que devem e podem ser acordadas. Deve-se também considerar que a qualidade dos relacionamentos que fazem parte da vida *intersocial* são os verdadeiros componentes energéticos que ajudam a ativar as transformações.

As experiências de formação e capacitação colhidas por Ribamar e Eliane Furtado deram-se em muitos estados do Brasil. Entretanto, foi no ano de 2002, por ocasião da formulação do Projeto Identidade junto às comunidades afrodescendentes do Maranhão, que começaram a integrar sua pedagogia libertadora a uma perspectiva territorial de desenvolvimento sustentável. O conhecimento *in loco* da situação de inúmeras comunidades rurais forneceu experiências e imagens preciosas para o desenho de uma nova leitura e prática das políticas públicas, enfatizando o enfoque territorial como estratégia de articulação *societal*, e a mediação social como arte e pedagogia para a inclusão social intercomunitária. O mapa geral de trabalho passou a ser o território.

A construção dos processos de desenvolvimento sustentável está hoje intimamente ligada ao conceito de território como uma *unidiversidade* geográfica básica, multidimensional, em que as populações buscam, geram e encontram sentidos. Mais que um recurso ou uma materialidade natural funcional ao “envolvimento econômico”, os territórios dos quilombolas, indígenas, pescadores, se expressam como um abrigo, uma referência, um campo vivo em contato com as vitalidades produtivas, as capacidades e as vulnerabilidades, os sentidos. As fronteiras dos territórios foram definidas pelos próprios comunitários, despertando seus guias ancestrais, posto que essencialmente os territórios rurais representam percepções simbólicas que vibram na identidade e no psiquismo coletivo.

Nesse abrigo territorial, o social, o cultural e o ecológico (*sociocultuecológico*) se misturam de forma complexa e maravilhosa: terra, água, madeira, raça, vínculos de gênero, esquemas de poder, sistemas de normas e valores, modos de produção, padrões culturais antigos, patrimônios intangíveis, imagens coletivas, pas-

sado e presente, sonhos futuros. No processo de amadurecimento teórico e prático da equipe do IICA, aprendemos que os vínculos do homem com o território se tecem no nível mais profundo da consciência, onde ficam gravados os traços da personalidade individual e coletiva. O desafio, por conseguinte, é estimular a construção do conhecimento necessário para empoderar as pessoas mediante o diálogo permanente e o acesso à informação, com o intuito de mobilizar suas energias comuns. Uns dos benefícios de uma longa reflexão sobre as próprias visões de mundo e de território dos comunitários é que as populações excluídas passam a definir, a seu modo, suas próprias visões de destino.

Constatamos que o padrão básico da organização territorial é a rede intercomunitária. Descobrimos que essa identificação das comunidades centradas principalmente na agricultura familiar, com seu próprio território, quando vai acompanhada do acesso às oportunidades, da organização qualitativa e da quantitativa do tecido social e da possibilidade de escolha democrática, traduz uma força coletiva de “envolvimento” altamente potente. Tecidos sociais com um firme sentido de identidade e responsabilidade social têm melhores condições de realizar projetos comuns. Isso depende muito dos compromissos afetivos com o território, promovendo uma nova cultura de gestão coerente com as demandas e com as necessidades locais. A identidade costura o sujeito ao território, articula elementos dispersos, alinha os sentimentos com os lugares objetivos; traduz esse conjunto de significados e valores que internalizamos a cada dia e que se tornam parte de nós¹.

Apoiados pela pedagogia da mediação, as idéias compartilhadas, a troca de informações, as alianças e a leitura interativa da realidade criam uma nova energia política, aproximam as pessoas, levam-nas a um estágio de empoderamento que as ajuda a concretizar propostas e a definir ações unificadas. Sem o estabelecimento de alianças estratégicas entre os distintos atores e organizações públicas e privadas é difícil trabalhar a complexidade social e política do território com o qual sempre estamos confrontados. É possível construir dinâmicas conjuntas, minimizar as separatividades e transformar as velhas ameaças em conquistas compartilhadas. Deve-se procurar reconciliar as polaridades e as *separatividades* a partir da mediação. Nesse empreendimento, o mediador não manipula; procura esclarecer e resolver as contradições, estimula o empoderamento e, dessa maneira, promove a distribuição do poder, posicionando-se entre o conflito e a esperança.

¹ Carlos Jara, Marcos Castro, Ribamar Furtado, Rodolfo Teruel e Gabriel Katter. Projeto Identidade, IICA.

Constatamos que no diálogo respeitoso entre profissionais (facilitadores, animadores, professores, consultores e técnicos do setor público e da sociedade civil organizada), no encontro de perspectivas, às vezes conflituosas, e no reconhecimento dos diversos interesses, a *mediação* ajuda a enriquecer o processo de formulação de políticas públicas: é o poder da pedagogia da mediação.

O problema básico do processo de planejamento participativo do desenvolvimento sustentável se desprende do sistema de valores que permeia as estruturas de poder dos territórios rurais. A mediação reflexiva abre caminhos para um pensamento mais maduro e é responsável também por criar proximidade e ambientes dialógicos. Não elimina os conflitos, mas estabelece uma rede de conversações, alianças e contatos que esclarecem as buscas humanas, democratizando o Estado e a sociedade. Eis o valor da mediação social: comunicar, acordar o espírito crítico e facilitar o diálogo, levando os elaboradores das políticas públicas a uma mudança de consciência e de prática.

É difícil traduzir em mapas cartesianos a experiência participativa que levou a definição das fronteiras territoriais aos comunitários e aos atores locais. O simbolismo sempre está localizado dentro de campos de energia sutis, traduzindo verdades intangíveis. Entretanto, Ribamar Furtado e Eliane Dayse Furtado, como educadores, seguem os princípios básicos da ciência positivista procurando orientar o processo de delimitação dos territórios, vistos como uma área determinada ou simplesmente como “espaço geográfico”. Para ajudar em tais definições, os autores formulam um conjunto de indicadores funcionais à visualização das suas expressões. São tantos os indicadores construídos, a partir da proximidade da equipe do IICA em referência a esses envoltórios geográficos multidimensionais, chamados territórios rurais, que possibilitam uma análise multivariada capaz de simplificar um manancial de informações complexas, gerando tipologias dos âmbitos territoriais².

As tipologias territoriais nos dizem, basicamente, como orientar as estratégias de envolvimento sustentável num país continental como o Brasil. Ao identificar as características básicas dos múltiplos territórios rurais – as *homo-heterogeneidades* – é possível definir mais corretamente as políticas diferenciadas e acompanhar o desempenho dos seus instrumentos³. Ainda vai ser necessário formular um marco conceitual que oriente um trabalho de tipologia territorial.

² Carlos Júlio Jara, *Perfil conceitual do projeto Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais*, MDA. (Nepe – Geagro – MA, 2002.)

³ Carlos Júlio Jara, *Por que a sociabilidade tem que ser capitalizada*. Quito – Fortaleza, IICA, 2003. (SDT – IICA, 2003.)

Como constata Ribamar e Eliane Furtado, a noção de território exige o estabelecimento de políticas públicas, que considerem perspectivas multissetorial e multidimensional, capazes de promover novas institucionalidades.

Este livro salienta, por conseguinte, a necessidade de uma visão integrada de atividades, envolvendo a diversidade de atores sociais e institucionais vinculados – graças à *mediação* – de forma interativa. É também a continuação natural do criativo projeto Intervenção Participativa dos Atores (Inpa), publicado pelo IICA no ano 2000. Os textos que o compõem iluminaram muitas reflexões coletivas, orientaram diagnósticos participativos e possibilitaram a formulação de muitos planos realistas de desenvolvimento local sustentável.

Vygotski argumenta que o conhecimento não é uma coisa que se passa de uma pessoa para outra. O conhecimento sempre é construído mediante operações e habilidades cognoscitivas que são desenhadas na interação social. O crescimento intelectual das pessoas somente tem sentido dentro da esfera social na qual elas estão inseridas. Nesse sentido, a transmissão e a aquisição de conhecimentos e as mudanças nos padrões culturais acontecem como resultado das interações dialógicas até atingir o plano do psiquismo intangível⁴.

Ribamar e Eliane nutrem as comunidades rurais – por intermédio dos mediadores – de novos conhecimentos. Vão além dos convencionais “treinamentos” de técnicas e habilidades descontextualizadas. Trabalham uma espécie de *despertar* para as comunidades envolvidas. Esse despertar parte da sensibilização, da troca de experiências e da reflexão conjunta sobre problemas, sonhos, visões de futuro, até a definição de ações estratégicas. Conhecimentos e saberes locais são valorizados, a auto-estima é alimentada e situações que levam para o empoderamento são criadas como processo de conscientização que ajuda a administrar esse novo poder. Nos procedimentos metodológicos aplicados pelos autores cantam Paulo Freire e Vygotski.

Sinto que o fundamento da ética não pode ser outro que não a sensibilidade. Ribamar e Eliane Furtado sempre levam para seu cotidiano essa linda capacidade de *autotranscendência* do ser humano comprometido com os pobres e com a vida como um todo. Os autores levam em suas almas um pouco de negro, de índio, de pescador, do ser rural comunitário brasileiro. Por isso, este livro leva essa paixão do educador comprometido com a procura de novas respostas à pergunta de como superar a impotência dos modelos tradicionais de desenvolvimento local. Explora e apresenta estratégias que permitem introduzir na equação

⁴ Moll. L. *Vygotsky y la educación*, Aique, Buenos Aires, 2000.

do desenvolvimento os conceitos de identidade cultural, direitos humanos e equidade de gênero. Ensina como, além das variáveis tecnológicas e econômicas, a pedagogia participativa revela que existem também os dados da cultura, da emoção e da mente coletiva que se registra no conteúdo das políticas e dos projetos de desenvolvimento. Constata que o *des-envolvimento* há de ser uma unidade multidimensional, um processo, inclusivo e includente, dinâmico, em que as comunidades livres e conscientes podem criar e recriar suas próprias realidades.

A abordagem pedagógica dos eventos de capacitação sempre teve como foco a reflexão participativa da totalidade concreta das relações vivenciadas pelos produtores(as) rurais de base familiar, bem como a mediação com o poder local e com o ambiente natural como consequência dessas relações. Nesse sentido, os planos formulados junto às comunidades territoriais do Maranhão, por exemplo, revelam que as propostas dependem das memórias culturais e dos sonhos futuros; tornam-se transformadores dentro da vida comunitária, pois possibilitam complementaridades políticas e transraciais. Cada tecido intercomunitário cria suas próprias solidariedades dentro de redes específicas, mas geralmente mais fáceis de criar dentro do território, como contexto de ação.

O conceito de mediação atua como uma ponte que permite trabalhar a alteridade e vivenciar a unidade, além das diferenças de etnia, raça e sexo; possibilita a articulação entre as diferentes escalas da organização social e alimenta a riqueza do vínculo social. Além, permite a elaboração de projetos territoriais específicos para grupos específicos *territorializados*, baseados nos princípios universais do desenvolvimento sustentável.

Ribamar e Eliane Furtado constata que o processo transformador parte das iniciativas de base, do empoderamento, da igualdade de oportunidades, do aumento da densidade dos relacionamentos confiantes. Isso traduz entusiasmo, cria capacidades, estimula a troca de experiências e informações, reconhecendo o valor das diversas formas de liberdade. A eliminação das discriminações e a abertura democrática são constitutivas do desenvolvimento sustentável em escala territorial. Eles são educadores, favorecem a autonomia do espírito, sabem que o desenvolvimento vem de dentro para fora e é, essencialmente, um processo qualitativo.

A experiência junto às comunidades quilombolas, às aldeias indígenas e aos povos pesqueiros do Maranhão oferece muitas lições. Talvez a principal seja esta: não existe um ponto de chegada universal do processo de *des-envolvimento* definido como valor absoluto, como exige o mito da modernização. O ponto de partida diz respeito à necessidade de identificar os relacionamentos que apa-

gam a liberdade dos comunitários, de natureza interna e externa. O processo de individuação não apaga a vida rural comunitária. Os grupos ainda definem seus destinos desde a proximidade marcada pelo sistema de valores até modos de vida e tradições. Ribamar e Eliane Furtado não colocam um discurso conservador quando afirmam o valor do comunitário numa perspectiva territorial, porque a pedagogia da *mediação* consiste em articular o que existe fragmentado e se complementa, construindo encadeamentos empíricos, aproveitando os ativos, talentos e recursos das comunidades territorializadas em redes. Assim, o “envolvimento” sustentável é entendido como esforço de co-participação, co-criação, sempre transcendente.

Durante os últimos dez anos, o IICA desenvolveu experiências coletivas junto às comunidades rurais mais pobres do Nordeste brasileiro que conduziram a este livro. O livro está voltado para muitos agentes de desenvolvimento, mas principalmente para os responsáveis pelas políticas de desenvolvimento rural.

Quando falo com gratidão da minha (nossa) própria experiência, sinto as energias espirituais de Eliane e Ribamar Furtado, vibrando nas minhas (nossas) humildes descobertas. Estou especialmente grato pelo privilégio de escrever este prefácio.

Carlos Júlio Jara (Quito, Equador. Março de 2004).

INTRODUÇÃO

CONSTRUINDO POLÍTICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL



Comunidade quilombola no Maranhão.

A sustentabilidade do desenvolvimento (...) "requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância e interferência excessiva de estados repressivos".

Amartya Sen

"Antes, para tirar uma quantidade de palha, a gente tirava uma palmeira toda porque não tinha conhecimento do aproveitamento e do reflorestamento, não sabíamos como combater a extinção de animais silvestres".

Aluno do curso, índio Guajajara, Aldeia Cachoeirinha, Barra do Corda,
28.9.2002.

A invasão neoliberal responsável pelo fenômeno da “globalização” e a reestruturação produtiva foram determinantes do processo de exclusão social no Brasil e levaram as sociedades política⁵ e civil⁶ e o setor privado a assumir novos papéis como resposta a estes movimentos. Como exemplo de uma dessas respostas, discute-se neste livro a mediação⁷ e a construção do poder local, numa abordagem territorial, como estratégia para a transformação da sociedade. Dos elementos ora apresentados, a referência maior é a experiência vivenciada com as comunidades quilombolas⁸ e indígenas, no estado do Maranhão, refletida com base nas teorias vigentes.

A obra tem como pano de fundo a problemática que os autores vivenciaram ao longo de experiências com comunidades rurais, ou seja, a persistência daqueles que elaboram as políticas públicas voltadas para o espaço rural⁹ em não con-

5 Os poderes executivo, legislativo e judiciário nos níveis federal, estadual e municipal.

6 Os fundamentos teóricos dessa discussão (sociedade política e civil) têm como referência o conceito de Estado estabelecido por Gramsci (1971). Destaca-se na sociedade civil o terceiro setor, formado principalmente por organizações civis sem fins lucrativos (ONGs), fundações, institutos e centros, os quais possuem o objetivo de trabalhar de maneira filantrópica para o bem comum e melhorar a qualidade global de vida da sociedade. Corresponde ao terceiro setor, as ONGs e instituições filantrópicas, as associações comunitárias, os sindicatos e federações e os movimentos sociais. O terceiro setor tem como características principais: caráter privado; filantropia; objetivos sociais (entendendo-se como social o mais amplo possível) e ambientais; além da congregação de pessoas idealistas.

7 Conceito a ser explicitado e discutido nesta obra.

8 Por opção dos autores, e por respeito ao processo histórico vivido, bem como pela luta atual dos negros no Brasil, será usado neste livro o termo quilombola para denominar as comunidades negras rurais, terras de preto, terras de santo, quilombos, comunidades remanescentes de quilombos, trabalhadas na experiência aqui relatada. Destaca-se que não há a intenção de denominá-los de forma autoritária, e sim, garantir a uniformidade no texto, além de fortalecer o processo político daqueles que assim se consideram. Os conhecimentos advindos das experiências vivenciadas mostraram que os integrantes dessas comunidades se autodenominam de diferentes maneiras, e que essa denominação deve partir da auto-identificação das comunidades, de acordo com as lideranças negras rurais e com o decreto presidencial nº 4.883, de 20 de novembro de 2003, publicado no *Diário Oficial da União* na mesma data.

9 O conceito de rural utilizado neste livro tem como referência a ruralidade de que trata Guillardot (1997) e Kayser (1990), na França, e Graziano da Silva (1996), Kageyama (1987 e 1990) e Andrade (1995), no Brasil, quando descartam a dicotomia entre o rural e o urbano. As ações de desenvolvimento voltadas para o rural supõem também o urbano.

sultar as comunidades locais para a formulação dessas políticas. Além disso, em geral, também não se preocupam em conhecer a realidade; não partem de diagnóstico em que os comunitários compartilhem com o levantamento de dados sobre a realidade. A relação unilateral dos formuladores é acrescida à postura autoritária dos executores, pois ambos compartilham da premissa de que a execução das políticas prescinde da participação popular na sua formulação. Consideram que a execução da política por si só irá solucionar os problemas levantados pelos formuladores que, em geral, são especialistas na área.

De outro lado, observam também, na maioria dos casos, a relação passiva dessas comunidades no sentido de influenciar a formulação e a prática de implementação das políticas. Identifica-se, então, uma prática de intervenção autoritária não coerente com os princípios da sustentabilidade do desenvolvimento, pois esses consideram a participação dos povos do campo¹⁰ imprescindível à construção de ações duradouras. Isso tem se mostrado verdadeiro pelas inúmeras experiências com êxito em que a mediação entre o oficial e o local propicia ações compartilhadas, tendo o conceito de desenvolvimento sustentável como referencial maior.

Durante as duas últimas décadas, o conceito ampliado de desenvolvimento sustentável tem permeado o discurso dos acadêmicos, dos elaboradores e executores de políticas públicas, dos próprios políticos, dos comunitários e profissionais, enfim, todos os atores, institucionais e sociais, que atuam direta ou indiretamente no espaço rural principalmente. Ao mesmo tempo, os padrões produtivos e comerciais têm sido um risco para a construção da sustentabilidade, considerando que praticamente todos os países do planeta vivem hoje sob a égide da economia capitalista. Como crescer economicamente respeitando as dimensões social e ambiental, pelo menos?

O conceito de desenvolvimento sustentável amplia-se para contemplar, precisamente, os mesmos paradigmas questionados originalmente e para segregar as vozes que expressavam esses questionamentos quando justificavam a necessidade desse tipo de abordagem de desenvolvimento. As empresas transnacionais, os agentes financeiros, as agências de desenvolvimento nacionais e internacionais e alguns governos autoritários assumiram a postura de defensores do crescimento econômico sustentável, mesmo que a exclusão social das comunidades rurais continue acentuada e o meio ambiente devastado pela presença de políticas intervencionistas excludentes.

¹⁰ Refere-se a todos aqueles que vivem no espaço rural, homens e mulheres, sejam indígenas, quilombolas, negros e brancos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, quebradeiras de cocos, entre outros.

No entanto, esse cenário tem propiciado espaços para que profissionais e algumas instituições progressistas, junto com os comunitários, desenvolvam ações de mediação na implementação das políticas que, mesmo tendo ainda caráter compensatório, abrem a possibilidade de se trabalhar em direção ao empoderamento das comunidades, com o objetivo de torná-las duradouras.

Aos poucos, as comunidades vêm avançando em seus processos de conscientização. Nos casos específicos, quilombolas e indígenas, tratados neste livro, a partir da leitura crítica de suas histórias de discriminação, começaram a reivindicar ao Governo do Maranhão espaços para influenciar no processo de desenvolvimento dos seus territórios. Este solicitou à Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Geagro), por intermédio da subgerência do Núcleo Estadual de Programas Especiais (Nepe), e ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) estratégias de capacitação com vistas ao atendimento das pretensões desses grupos especiais, com o suporte do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), o que possibilitou a experiência em pauta.

A experiência relatada neste livro é, pois, o resultado da atuação de profissionais, comunitários e instituições que estão construindo novos espaços por meio de ações includentes. Os assuntos abordados nos parágrafos iniciais serão aprofundados na Parte I, que trata de experiências que promoveram um movimento de duplo sentido. Os mediadores dessas experiências passaram a ouvir as comunidades e a atuar de forma que os comunitários modificassem suas vidas, seu sustento e a qualidade do ambiente natural onde vivem, além da perspectiva da auto-sustentação. Isso possibilitou que os formuladores das políticas também ouvissem os comunitários. Por outro lado, as comunidades que anteriormente vivenciavam a intervenção excludente¹¹ passaram a influenciar as políticas do Estado. Para isso, as comunidades rurais e suas representações formais e não formais desenvolvem alianças com organismos não-governamentais, principalmente, com instituições de ensino, pesquisa e extensão, com organismos de cooperação técnica, com agentes financeiros e com o setor privado.

Os casos estudados e relatados foram experiências vivenciadas pelos autores, consultores do IICA, com comunidades quilombolas e indígenas. Exerceram

¹¹ Entendida como a implementação de políticas que consideram que o problema precisa ser resolvido por intermédio de reformas implementadas pelo poder público. Deve ser, sobretudo, uma política pública assumida pelo Estado; no entanto, é mais que isso, é também o modo de implementação dessa política. A política é definida pelo Estado ou pelo seu contexto institucional, e não pela população a ser atingida. O objetivo da ação, no geral, não é atender aos objetivos da população, mas aos objetivos de controle da ordem social (SOUZA, 1987).

efetiva participação como coordenadores pedagógicos, como professores no segmento teórico e como coordenadores do trabalho de campo durante os cursos de planejamento do desenvolvimento local sustentável.

Destaca-se que o IICA é o "organismo especializado do sistema interamericano. Suas origens remontam a 7 de outubro de 1942, quando o Conselho Diretor da União Pan-Americana aprovou a criação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, com sede na Costa Rica. Fundado como uma instituição dedicada à pesquisa agrônômica e ao ensino de pós-graduação para os trópicos, esse instituto, em resposta às mudanças e novas necessidades do continente americano, tornou-se progressivamente um organismo de cooperação técnica para a agricultura. Essas transformações foram reconhecidas oficialmente com a ratificação, em 8 de dezembro de 1980, de uma nova convenção que estabeleceu como fins do IICA estimular, promover e apoiar a cooperação entre seus estados membros com o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural" (IICA, 2000).

Na implementação do trabalho do IICA de promoção do desenvolvimento rural, no Brasil, principalmente, constatou-se que ações desta natureza são fortemente comprometidas pela carência de capital humano qualificado. Em resposta a essa carência, o IICA estabeleceu, com diferentes parceiros, um programa de capacitação com eventos de curta, média e longa duração, objetivando promover formadores ("multiplicadores") para atuarem em nível local. Em 1997, iniciou-se o programa de capacitação e, em fins de 2003, já haviam sido capacitados mais de setecentos formadores em quatorze cursos. Desses, quatro foram de pós-graduação em nível de especialização *latu sensu*. Contaram com a participação de universidades que cumpriram os ritos acadêmicos exigidos e ofereceram um espaço para as reflexões teóricas sobre a prática participativa no desenvolvimento das comunidades.

Nesse programa, foram realizados, no Estado do Maranhão, no segundo semestre do ano de 2002, sob o patrocínio do Banco Mundial e do Governo do Estado, um curso em nível de especialização e outro, de extensão, cujos participantes eram respectivamente *afrodescendentes*, em sua maioria, e indígenas, fato constituinte do maior cenário deste relato de experiência.

O IICA desenvolveu, por intermédio da mediação social (conceito a ser amplamente discutido), uma abordagem pedagógico-metodológica de planejamento; capacitação e assistência técnica; e extensão rural¹² para atuar em territórios

¹² "A assistência técnica desenvolvida no setor agrosilvopastoril diz respeito à produção (crescimento econômico) e à extensão rural; além disso, inclui as famílias rurais e seu contexto social, político, histórico, ambiental e cultural (desenvolvimento)" (FURTADO DE SOUZA, 1991).

rurais, principalmente, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Essa tem sido uma das preocupações especialmente quando se trata da capacitação, pois, nesses momentos, técnicos e comunitários têm oportunidade de discutir em conjunto as ações de desenvolvimento, considerando homens e mulheres (e geração também).

Técnicos e comunitários têm sido formados e capacitados numa abordagem participativa, reflexiva e interativa segundo as premissas da educação popular e do desenvolvimento sustentável; numa visão multidimensional que possibilita, além da formação do capital humano, a construção de capital social, a geração de capacidade de planejamento interativo, territorial e de desenvolvimento de capacidade gerencial, normativa, operacional e técnica na busca pela gestão integrada de recursos naturais. As práticas educativas nesses cursos favorecem a troca de saberes entre os diferentes atores sociais, em busca de uma síntese criadora que propicie um melhor entendimento do contexto natural e histórico em que se materializam as ações de desenvolvimento.

As experiências desenvolvidas contemplam diferentes comunidades que, no passado, conviveram com ações intervencionistas, autoritárias, excludentes, ainda que sob a prerrogativa de ações de desenvolvimento. Ao contrário, essa experiência é a de mediação social com enfoque territorial e tem se constituído em ações participativas de construção coletiva para a inclusão, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Os conceitos de *mediação social*, *desenvolvimento sustentável* e *territórios* serão exaustivamente discutidos na Parte I deste livro. Por sua vez, a experiência propriamente dita com os quilombolas e com os indígenas, no Maranhão, cerne deste trabalho, será apresentada nas Partes II e III.

As lições aprendidas na experiência vivenciada são descritas na Parte IV, considerando a realidade dos comunitários como tema gerador do conteúdo e destacando novas abordagens de capacitação para diferentes categorias dos mediadores em potencial: os trabalhadores rurais, os agricultores, os técnicos, os formuladores de políticas e suas organizações, associações, cooperativas, conselhos, comitês, fóruns, entre outros. Além disso, toma o etnodesenvolvimento e a abordagem territorial como arcabouço da auto-sustentabilidade das comunidades.

Por fim, no item conclusão, considerando o enfoque territorial e a mediação social como uma nova abordagem ("cara") de desenvolvimento rural, os autores sugerem, como fruto da experiência relatada, pontos a serem considerados na construção de uma abordagem eficaz para a inclusão social das populações tradicionais.

PARTE I

AMEDIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E ABORDAGEM PARA A INCLUSÃO SOCIAL



Reunião de sensibilização em uma aldeia indígena Guajajara.

“Vocês da Funai e do governo não confiam no índio. Por quê? Vêm amarrando os recursos para os índios do Maranhão dizendo que somos preguiçosos.”

Participante do curso, índio Guajajara, Aldeia Felipe Bone, município de Jenipapo dos Vieira, 10.9.2002.

As instituições governamentais e não-governamentais com suas políticas e seus profissionais que trabalham em ações desenvolvimentistas no espaço rural têm sido evidenciadas, em sua maioria, como autoritárias e por considerarem os comunitários objetos dos processos sociais em curso. Como consequência, o processo de exclusão social perpetua-se. O IICA tem constatado a dificuldade daqueles profissionais, sejam historiadores e geógrafos, sociólogos e antropólogos, agrônomos e veterinários, economistas e administradores, psicólogos e pedagogos, entre outros, em construir um paradigma de desenvolvimento que tenha como referência uma pedagogia libertadora que considere os comunitários sujeitos-atores. Assim, a partir dos projetos, desenvolvidos pelo IICA, de cooperação técnica, foram fundamentadas teoricamente essas ações por meio do processo pedagógico de mediação social.

Nesse contexto, o tópico aborda o processo de exclusão social no país e levanta sugestões para o enfrentamento desse processo, destacando o desenvolvimento sustentável como uma referência conceitual para a elaboração das políticas includentes e o enfoque territorial como uma estratégia de enfrentamento da exclusão. No final da sessão, o conceito de mediação social é discutido como um instrumento para a execução de políticas includentes em defesa dos "excluídos dos excluídos" que, no caso deste livro, foram destacados os negros e os índios.

1.1. O Processo de Exclusão Social no Brasil

Para renascer, e às vezes para nascer, é preciso morrer, e ele começou morrendo. Foi uma morte até certo ponto anunciada, precedida de uma lenta e ignominiosa agonia que teve início numa sexta-feira. O patrão chamou-o e disse, num tom quase casual, que ele estava despedido: contenção de custos, você sabe como é, a situação não está boa, tenho que dispensar gente (SCLIAR, 2003, p. 585).

Ele, o desempregado, é uma figura ilustrativa usada pelo autor para representar uma nova categoria de excluídos como consequência da reestruturação produtiva, fruto de uma economia globalizada regida por políticas neoliberais. São as chamadas políticas de ajuste de caráter neoliberal.

As políticas elaboradas sob a tutela do neoliberalismo representam um ajuste global financeiro e produtivo no contexto da "globalização" e foram consagradas, em 1990, pelo economista norte-americano John Williamson no chamado "Consenso de Washington"¹³. Elas propiciaram a constituição de um cenário em

que os países “emergentes”¹⁴ tiveram que estabilizar suas moedas, desregular seus mercados, na abertura comercial e financeira, privatizar seu setor público e transferir as responsabilidades do chamado “Estado do bem-estar social” para a sociedade civil e para o setor privado e, dentro deste, especialmente o mercado. A privatização é um exemplo da tentativa de tornar esse novo Estado, denominado pelos seus artífices, de Estado mínimo.

Tal contexto fez nascer um novo excluído, aquele que não tem “direito a direitos” (VIEIRA, 2001). O excluído moderno, fruto do desemprego e da violência, é levado a conviver com “a globalização organizacional do crime e a identificação cultural dos criminosos (...) consolidado pelo “tráfico de drogas, contrabando de armamento bélico e material radioativo” (CASTELLS, 2000, p. 205). São pessoas dominadas e alienadas por esse processo de exclusão social que não compreendem sua própria história e seu destino (MARTINS, 2000).

De volta ao cenário internacional, os países ricos, preocupados com o incremento de um novo tipo de pobreza, a pobreza relativa¹⁵, e com o incremento dos miseráveis, principalmente nos países considerados por eles como países sem nenhuma viabilidade¹⁶, e que de certa forma ameaçam a segurança deles, concluíram que o Consenso de Washington, como paradigma para alavancar o desenvolvimento, havia “falhado” (GORE, 2000). As políticas de combate à pobreza precisariam ser mudadas. Esse novo contexto nutre o crescimento do excluído que pertence a um grupo social economicamente desprezível, “politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado” (NASCIMENTO, 1994). A partir dessas evidências, que foram fundamentadas por Stiglitz (2000), surge um novo movimento, rotulado de pós-Consenso de Washington (CORE, 2000), com o objetivo de reversão do quadro. Mais uma vez, organizações e tecnocratas estrangeiros decidiam sobre a vida dos “emergentes”.

13 Caracteriza-se por “um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes” (TAVARES, 1993, p. 12).

14 Esta nomenclatura, criada pelos países do Norte para definir os do Sul, é mutável com vistas a atender aos interesses daqueles que nomeiam. Eles já foram denominados de países *pobres*, *subdesenvolvidos*, *em desenvolvimento* e, hoje, são *emergentes*.

15 A perda constante do poder aquisitivo.

16 Quase a totalidade da África e da América Central e o sul da Ásia (GEORGE, 2002).

Os “países em desenvolvimento” começam a *re-discutir* o papel do Estado e do mercado para implementar novas políticas, e a corrupção dos governantes passa a ser combatida pela sociedade civil. Surge então o conceito de governança¹⁷ e a chamada *good governance*, a boa governança, em que o Estado cria a ambiência política e legal, o setor privado gera trabalho e renda e a sociedade promove a interação política e social, mobilizando os indivíduos para participar nas atividades sociais, políticas e econômicas.

Além disso, os investimentos nas políticas públicas de desenvolvimento devem ser agora voltados para o conhecimento (*banking on knowledge*) (STONE, 2001), no sentido de promover a organização da sociedade civil¹⁸, bandeira abraçada pelo Banco Mundial para implantar o desenvolvimento sustentável. Com a idéia de investir no conhecimento, foi criada uma Rede de Desenvolvimento Global¹⁹, constituída por especialistas do mundo inteiro, cujo objetivo é discutir o desenvolvimento, buscando o envolvimento da sociedade civil, e influenciar na elaboração, gestão e execução dessas políticas públicas.

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2002, que para alguns cientistas políticos foi o principal motivo para a deflagração da guerra no Iraque, e este próprio evento, descortinam para o mundo “a hegemonia dos Estados Unidos”. O novo quadro mundial de hegemonia de um só país, agora preocupante até para seus aliados, como é o caso da França, está promovendo um incremento alarmante de um exército de excluídos socialmente, que já vinha se constituindo devido à desestruturação do emprego como consequência da baixa capacidade de geração, entre outras causas, ocasionada principalmente pelo processo de reestruturação produtiva.

Esse processo, que considera a automação, a robótica e a microeletrônica, o aparecimento de novos materiais, plásticos, cerâmicas e fibras, e o desenvol-

17 Considera o Estado, a sociedade civil e o setor privado. Todos os três, com suas fortalezas e fraquezas, são importantes no desenvolvimento sustentável. A boa governança deve propiciar uma interação construtiva às instituições citadas (NIELSEN, 1993/1994; UNDP, 1997; PAULY, 1999; WEISS, 2000; CAMMACK, 2000).

18 Este conceito tem como referência as idéias desenvolvidas pelo Italiano Antonio Gramsci – *Sociedade política, sociedade civil e setor privado* (GRAMSCI, 1971; PEARCE, 1997; UNDP, 1997; PHILLIP, 1999; SCHOLTE, 2001).

19 Do inglês, *Global Development Network (GDN)*. Esta rede foi criada pelo Banco Mundial em cooperação com as Nações Unidas, os governos do Japão, Suíça, e Alemanha, redes de pesquisadores regionais e várias instituições internacionais de desenvolvimento, em 1999 (STONE, op.cit.).

vimento da química fina e da biotecnologia invadiu os setores industriais e de serviços. Como conseqüência, surge a produção flexível, individualizando os produtos, fazendo com que o “fordismo” ceda lugar ao “toyotismo”. Modifica-se a relação de trabalho e os modelos de gestão, introduzindo um novo contrato de trabalho, que recorre a um trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, exigindo um trabalhador altamente qualificado para assumir um elenco de variadas atividades. Essas políticas promotoras do novo modelo de desenvolvimento tecnológico contratam trabalhadores sem carteira assinada, demitem um enorme contingente de trabalhadores, reduzem salários, destroem os direitos sociais adquiridos e matam o Estado social, promovendo uma exclusão social de grandes proporções (LESBAUPIN, 2000).

Enfocando agora o Brasil que foi submetido em sua inserção ao mundo globalizado, desde 1990, e tendo como referência o neoliberalismo, foi disseminado um discurso que privilegiava a esfera econômica e que teve, como vítima, o social. Houve um grande sacrifício por parte da população, pois o mercado atropelou os direitos sociais conquistados. O governo alardeava o sucesso da estabilização monetária, o plano cruzado, a preocupação com o crescimento econômico e até com o social, mas não exibia a face da exclusão social²⁰. O ajuste fiscal que deveria garantir o fim da inflação e a estabilidade da moeda fez-se às custas das políticas de educação, saúde, saneamento básico, cultura, retenção salarial e desemprego em massa, comprometendo o papel do Estado de defesa dos direitos de todos (SADER, 2003). Segundo o mesmo autor, o quadro em 2004 não difere, o que “faz temer pela capacidade do governo de retomar o desenvolvimento, priorizar as políticas sociais, criar empregos, reorganizar prioritariamente o Mercosul na frente externa” (SADER, 2004, p. 1).

Por conta de tudo o que foi destacado, “o desastre social”, conforme Laura Tavares (2003), levou o país a enfrentar processos recessivos e a penalizar um quarto de sua população, em torno de quarenta milhões de habitantes, a não ter suas necessidades básicas atendidas. Cerca de 12% da população ativa está desempregada (*Jornal Nacional*, edição do dia 23.6.2003), um contingente de

²⁰ Na prática, nos dois últimos governos, o que se presenciou foi uma ênfase no setor econômico. Para as questões sociais, houve implementação de políticas compensatórias, com destaque, no espaço rural nordestino, para o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e a Reforma Agrária Solidária/Cédula da Terra, financiados por agentes internacionais; o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a Bolsa Escola, a Bolsa Alimentação e outras. Neste trabalho, quando a referência for o PCPR, duas definições serão utilizadas: projeto, quando a ação for no Estado; e *programa*, quando se referir à ação global no país.

quase 20,8 milhões de pessoas. Isso sem contar que a classe média, na maioria, vivencia um processo de pobreza relativa e que, se não houver mudanças imediatas, esse segmento aumentará, ainda mais, o contingente dos excluídos. “A exclusão social no Brasil cresceu 11% entre 1980 e 2000, revertendo tendência verificada entre os anos 60 e 80, quando houve queda de 13,6%”²¹.

“O Brasil é o ‘campeão’ em todos os quesitos relativos à concentração da renda: a distância entre a renda dos 10% mais ricos com a dos 40% mais pobres é de 32 vezes, enquanto que a média latino-americana é de 19,3 vezes; o Índice GIN brasileiro é o maior da América Latina, com 0,64; e o Brasil é o único caso na América Latina onde mais da metade da população recebe uma renda inferior a 50% da renda média nacional” (TAVARES, 2004, p. 7).

Seguem mais detalhes dos números da exclusão social no país e particularmente no Maranhão, de acordo com o *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, dados coletados e organizados por Castro Júnior, consultor do IICA.

O tamanho da exclusão social no Brasil e no Maranhão – José de Lima Castro Júnior (2004)

O *Atlas de exclusão social no Brasil*²² foi concebido com base no Censo 2000, do IBGE, cobrindo os 5.507 municípios. Exprime três grandes temas que configuram o componente exclusão/inclusão social ou de risco de exclusão/inclusão: (i) padrão de vida digno, utilizando como indicadores porcentagem de chefes de famílias pobres, de desempregados e de desigualdade de renda; (ii) conhecimento, considerando anos de estudo do chefe da família e analfabetismo; e, (iii) risco juvenil, considerando a participação de jovens na população e a taxa de homicídios²³. O Atlas pretende mostrar “a cara da exclusão”, senão vejamos:

²¹ Essa é a principal conclusão destacada no *Atlas da exclusão social no Brasil*, volume 2 (op.cit.), apresentado em São Paulo (Folha de S. Paulo – edição de 20.5.2003).

²² POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.) – *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo : Cortez, 2003.

²³ A obtenção do Índice de Exclusão Social é feita transformando esses indicadores em índices, obedecendo à fórmula de Amartya Sen quando criou o IDH, dando peso a cada um deles: 17% para padrão de vida digno; em conhecimento, 5,7% para o analfabetismo e 11,3% para o número médio de anos de estudo do chefe de domicílio; e, em risco juvenil, 17% para porcentagem de jovens na população e 15% para o número de domicílios por 100 mil habitantes. O índice varia de zero a um; as piores exclusões estão perto de zero e as melhores de um. Pode-se dizer que o Atlas classifica os resultados em quatro faixas de intensidade: muito grave, grave, razoável e satisfatória.

Em 7 % das cidades existe maior presença de jovens, sendo essas praticamente situadas nas regiões Norte e Nordeste, ao passo que 54,8 % dos municípios contam com pequena parcela da população com até 19 anos.

Considerando o analfabetismo e a instrução dos chefes de família, o Atlas indica diminuta proporção abaixo, e a maioria acima, do trópico de Capricórnio, com mais intensidade nas regiões Norte e Nordeste, 53,5%.

Do mesmo modo, comparando presença de assalariados formais, também as piores situações estão acima e as melhores abaixo [do Trópico citado], sendo que, para todo o país, 36,1% dos municípios apresentam pequena participação.

Quando são comparadas as medidas de desigualdade, pode-se perceber que 49% das cidades apresentam elevado grau de desequilíbrio, também acima do Trópico de Capricórnio.

Os dados mostram também a não-coincidência das maiores incidências e a localização [destas] no Brasil. Isso se deve, talvez, porque a "violência possui lógicas sociais e territoriais diferenciadas, que não obedece aos mesmos princípios de produção e reprodução das formas de exclusão aqui analisadas" (op.cit; p. 24).

Considerando o índice geral, a exclusão social está presente em 41,6% dos municípios onde vivem 21% da população, ao mesmo tempo em que somente duzentos deles tem índices que indicam um padrão de vida adequado, sendo somente 3,6% dos municípios, embora residindo aí, 26% de todos os brasileiros. Entretanto, mesmo que presente de Norte a Sul, a exclusão possui marcas a serem destacadas, pois revelam, dois grandes "brasis", assim ilustrados: um, do Sudeste, abrigando 43% de toda população brasileira, tendo em torno de 30% dos municípios, contendo somente 10,4% dos municípios em situação de insustentabilidade; o outro, merecendo grande atenção, do Nordeste, porque conta com mais de 28% da população, em menos de 33% do total dos municípios, e abriga 72,1% dos municípios entre aqueles com maior índices de exclusão em todo o país. Seus resultados, distribuídos nas faixas de intensidade de exclusão, trazem as mais graves nas regiões Nordeste e Norte, com destaque para o caso do Maranhão que apresenta uma das piores exclusões no país. Entre os seus duzentos e dezessete municípios, duzentos e doze, 97,7 %, estão na faixa grave, com outros quatro, na faixa seguinte e somente um na faixa razoável. Nenhum município maranhense está na faixa de saída da exclusão social, satisfatória.

Outros números da exclusão social no Maranhão:

Nenhum município está situado na melhor faixa, enquanto que na pior estão: a pobreza, 96,8%, a desigualdade, 92,6%, e a juventude, 50,2%.

De todos os municípios, somente seis estão na faixa de melhor situação, emprego formal, escolaridade e alfabetização. Contudo, na pior faixa está

a maior quantidade de municípios com exclusão de emprego formal e escolaridade. Entre a faixa muito grave e grave estão cento e setenta e quatro municípios.

A melhor situação é a da violência, com somente um município na pior situação e cinco na seguinte. Mesmo com esse quadro, que neste aspecto é alentador, o Atlas mostra que na melhor situação estão cento e sessenta municípios, representando 73,7% da totalidade, quantidade essa que é menor do que a dos municípios que estão na pior faixa de exclusão por desigualdade, emprego formal, escolaridade e pobreza.

A exclusão social faz com que entre os cem municípios em pior situação no país, trinta e cinco situem-se no Estado, estando, por exemplo, *Belágua* na terceira posição. Já no "ranking" do Brasil, a partir da melhor situação social, ocupa a posição cinco mil, quinhentos e cinco; *Humberto de Campos*, o centésimo, está na posição cinco mil, quatrocentos e oito. O Maranhão, quando são comparados os seus municípios com os dos demais estados brasileiros, considerando as unidades federativas por índice de exclusão social menor do que 0,4, exclusão grave, situa-se em terceiro lugar, compondo um quadro que pode ser identificado como de extrema insustentabilidade. (Com adaptações.)

Como então promover mudanças nesse quadro, se a conjuntura mundial mantém um elenco de políticas neoliberais orquestradas pelo *establishment* (poder) internacional? O *establishment* dificulta o governo melhorar a capacidade de geração de empregos e impede a adoção de uma política econômica que incentive o setor produtivo, desprivilegiando o capital financeiro internacional para que abandone a prática de juros altos como estratégia para evitar um processo inflacionário. Que aconteceria com o país se decidisse pela ruptura com esse *establishment*? Uma recessão por conta da política monetária ortodoxa imposta ou uma nítida exposição a uma inflação sem precedentes? É mais fácil controlar as conseqüências advindas de uma espiral inflacionária e do isolamento externo ou as conseqüências de uma "quebradeira" decorrente da recessão?

Em virtude dos questionamentos acima, surge o dilema: como implementar políticas que promovam mudanças estruturais para enfrentar a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a chamada globalização, determinantes do processo de exclusão social no Brasil? A seguir, alternativas que podem contribuir na elucidação dessas indagações serão explicitadas.

1.2. O Enfrentamento da Exclusão Social: construindo políticas, estratégias e instrumentos

Neste tópico, como ponto de partida, é necessário deixar claro que não há solução para a exclusão social somente em nível local, pois há determinantes que são de origem nacional e internacional. Soma-se a isso o fato de que as políticas dos governos federais, estaduais e municipais têm sido mantidas desconcentradas²⁴, em vez de descentralizadas. Elas não têm caráter de políticas universais, diferenciadas, afirmativas e propositivas.

Com relação aos diagnósticos de exclusão social no Brasil, foram, na sua maioria, realizados por organismos internacionais e nacionais, utilizando uma abordagem fiel às políticas neoliberais. Para um desses diagnósticos, foi adotado como referência o *Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil* (1996), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Demo (1997) afirma que “de qualquer maneira, representa iniciativa não só louvável quanto, sobretudo, necessária como forma de avaliar e acompanhar, do ponto de vista técnico e mesmo acadêmico, as condições históricas, estruturais e conjunturais do desenvolvimento e do combate à pobreza” (DEMO, 1997, p. 2). Considerando o contexto, a assertiva proferida é bastante procedente.

É bem verdade que os indicadores qualitativos – os sociopolíticos –, a oportunidade de acesso às necessidades básicas, o caráter humano, a educação e o conhecimento como aspectos a serem considerados no conceito de desenvolvimento, destacando-se em relação aos indicadores quantitativos – econômicos –, são inovações metodológicas e técnicas do relatório acima. No entanto, o referido relatório não considera o progresso da cidadania. Opta por enfatizar os riscos da governabilidade numa abordagem funcionalista, priorizar a estabilidade econômico-financeira e destacar a necessidade de conviver com a pobreza até reformar o Estado. Assim como, o relatório elaborado pelo PNUD e pelo Ipea não discute com profundidade o significado real da pobreza relativa. É relatado que “melhoraram os três índices que compõem o Índice de Desenvolvimento

²⁴ Desconcentração das políticas representa a distribuição da responsabilidade executiva dos programas, projetos e atividades, sem transferência da autoridade e autonomia decisória. Por sua vez, descentralização é o processo de transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala. Quando se transfere responsabilidade e poder, tem-se a descentralização; quando se transfere somente a responsabilidade, desconcentração.

Humano (IDH): esperança de vida, escolaridade e renda”, não destacando que, se por um lado eles aumentaram para todos, diminuindo a pobreza absoluta, por outro, os maiores beneficiários desse aumento foram os ricos, aumentando, pois, a pobreza relativa.

Também não considera o relatório a pobreza política, ou seja, a falta de consciência da cidadania, a discriminação dos grupos especiais, a concentração dos privilégios sociais, entre outros (Demo, 1997). Por fim, trata a pobreza como uma carência de material, quando de fato ela abrange aspectos qualitativos. Ele constata a pobreza, mas encobre uma realidade nacional, não contribuindo na sua essência para o *desenvolvimento humano*, termo usado pelos próprios elaboradores do relatório.

Esses organismos internacionais em seus diagnósticos sobre o estágio de desenvolvimento dos países pobres, constata a pobreza, mas não assumem as conseqüências do modelo de desenvolvimento imposto pelas políticas neoliberais. Fazendo uma analogia com a medicina, a receita emitida pelo profissional, com base em um diagnóstico equivocado, agrava a situação do paciente e, em alguns casos, o envia para a unidade de terapia intensiva.

Como conseqüência, surgem as propostas coerentes com os diagnósticos como: criação de condições “favoráveis” para uma maior integração com os países ricos, principalmente devido às nossas restrições econômicas; desenvolvimento de mecanismos para atrair o capital estrangeiro; desenvolvimento do capital humano e do capital social; implemento de uma reforma tributária para gerar competitividade entre as empresas; e, implemento de “reformas” para diminuir os gastos governamentais.

A ajuda dos organismos internacionais tem um caráter particular no espaço rural. Eles se propõem a apoios técnicos e financeiros por intermédio dos denominados “programas focalizados de combate à pobreza”. Isso porque as causas da pobreza não são consideradas, uma vez que não foram levantadas nos diagnósticos. Os programas ressaltam a necessidade de considerar o “local” a partir de “práticas saudáveis” ou “boas práticas”, e a relação dos técnicos e dos comunitários, como não poderia ser outra, coerente com o tipo de política, é a intervenção (de orientação autoritária, por suposto), em sua maioria. O que observamos na prática, em nossas experiências no Nordeste, é que as aparentes “inovações”, em sua maioria, visam a redução de custos e a manutenção da ordem social, objetivo das políticas compensatórias. Tais “inovações” são destacadas como exemplos de “modernização do Estado e de organização da sociedade civil”, discurso neoliberal que até certo ponto já está desgastado.

Ainda sobre as propostas voltadas para o espaço rural, a palavra-chave para a solução dos problemas sociais do povo rural excluído é "local", numa abordagem que esquece o sentimento de bem-estar, pertencente ao âmbito privado. Essas propostas recorrem ao "local" equivocadamente, desprezando a ampla discussão teórica sobre o tema (IICA, 2003; THEISSERENC, 2002; DEFFONTAINES; PROD'HOMME, 2001; BOURDIN, 2001; TEIXEIRA, 2001; JARA, 1998 e 2001; SPINDLER; LONGHI, 2000; HINNES, 2000; THÉVENIAUT-MULLER, 1999; JOYAL, 1998; DOWBOR, 1998; SANTOS, 1997 e 1998; GILLARDOT, 1997; MONTRICHER, 1995; ANDRADE, 1995; KAYSER, 1990; entre outros), talvez de maneira propositada. É estranho o fato de que os elaboradores dessas políticas de ajustes sejam assessorados por teóricos de saber notório.

"O local não é dado, mas escolhido" (BOURDIN, 2001, p. 57). O local "mantém estreitas relações de interdependência com o regional, com áreas mais vastas (nacional e mundial) em que se insere" (JOYAL, 1998, p. 6). A abordagem de desenvolvimento local não é uma estratégia para implementação das políticas neoliberais, ou seja, não viabiliza uma economia globalizada. Pelo contrário, essa abordagem de desenvolvimento é uma resposta política à mundialização (THÉVENIAUT-MULLER, 1999). O Estado se relaciona com o local, assumindo suas responsabilidades sociais (DEFFONTAINES; PROD'HOMME, 2001).

As propostas neoliberais sugerem que os governos locais, principalmente, estimulem a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) e das empresas locais, mas com "responsabilidade social". Concomitantemente, são promovidos eventos, como seminários, *workshops*, visitas às experiências realizadas com êxito, e elaborados documentos patrocinados pelos organismos internacionais, na tentativa de fundamentar as propostas. A *parceria* como estratégia para desenvolver as comunidades pode tornar-se prejudicial, pois, na sua maioria, encobre a socialização dos orçamentos precários das instituições governamentais e tenta transferir responsabilidades do Estado para a sociedade civil.

Ao analisar a prática destas propostas constata-se a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais com a pauperização da maioria das comunidades rurais, deixando perversamente as pessoas enganadas e entregues à própria sorte. Assim, são escolhidas soluções "tópicas" para a exclusão social, deixando de fora os "antigos" e os "novos" pobres. Esses problemas não são residuais, e os "mais afetados", ou os mais "vulneráveis", terminologia utilizada pelos programas de "alívio à pobreza"²⁵, na realidade, são a maioria no Nordeste, representando quase a totalidade da região semi-árida, área de atuação dos PCPRs.

²⁵ Tradução literal do inglês, pois o nome do programa é *Rural poverty alleviation project*.

Com essa abordagem pontual localizada, o caráter de “alívio” desses programas não tem “compensado” os danos e as perdas dos mais pobres, principalmente pelas ingerências políticas, pela burocracia incompetente e pela corrupção, e deixam de considerar as causas reais da pobreza, de origem nos problemas estruturais. Como tal, por consequência, requerem mudanças estruturais, e as políticas de ajustes não as contemplam.

Algumas estratégias governamentais retratam a concepção neoliberal. Países pobres devem contratar empréstimos dos agentes financeiros nacionais e internacionais, aumentando assim as dívidas interna e externa deles e sofrendo abordagem de intervenção autoritária que impõe uma série de condições para a utilização dos recursos financiados, tais como: os gastos públicos não devem produzir “déficit fiscal”; os governos devem contratar serviços por meio de parcerias com as ONGs e instituições comunitárias; os recursos devem ser focalizados nos mais pobres; a aplicação dos recursos deve atender às demandas e não aumentar a oferta de serviços públicos; a inclusão dos comunitários na execução dos serviços deve-se dar por intermédio do trabalho voluntário; e, a conclusão dos programas deve-se dar à proporção que as comunidades possam se auto-sustentar.

No enfrentamento desse quadro, evidencia-se a necessidade de mudanças profundas no PCPR em alguns estados, tema destacado ao longo deste segmento do trabalho. Aliás, algumas dessas mudanças estão sendo discutidas e até implementadas por gestores e técnicos executores que se identificam e exercem a prática da mediação, como é o caso da experiência relatada neste livro, realizada no âmbito do PCPR do Maranhão.

Algumas questões podem ser pontuadas na elaboração de propostas para o enfrentamento da exclusão social, destacando o caso brasileiro, e podem servir como referência para as mudanças nas políticas de combate às causas da pobreza rural.

Diagnósticos contextualizados: propostas estruturantes

As propostas devem ter o caráter de universalidade e, por isso, contemplar mudanças estruturais a partir de diagnósticos que considerem o contexto, a realidade, e tenham técnicos e comunitários como sujeitos. Devem ser também diferenciadas com o objetivo de abranger variadas realidades e distintos grupos sociais. Diagnósticos fora da realidade do país, da região e do local vão gerar propostas equivocadas, e as mudanças serão limitadas.

O caráter histórico das mudanças

Considerar o caráter histórico das mudanças é importante porque é por intermédio da história que podemos analisar os diagnósticos, compreender os contextos e entender as mudanças ocorridas no mundo e suas repercussões no local. A história mostra, por exemplo, que as soluções liberais foram tomadas nas crises do capitalismo, como é o caso da globalização; assim como nos permite compreender que a exclusão social tem um caráter estrutural, permite também conhecer as causas do processo de exclusão social e entender o que propiciaram as experiências bem-sucedidas e as malsucedidas, referências na elaboração de propostas de enfrentamento.

A atual situação social

A leitura de que a exclusão social no mundo e no Brasil é de natureza conjuntural, podendo ser revertida, uma vez passada essa conjuntura neoliberal, é insuficiente para explicar a realidade, particularmente a nacional. As características da colonização brasileira, o processo histórico nacional e a constituição da sociedade civil e política, aliada aos efeitos da intervenção neoliberal, foram responsáveis pela construção de uma “nova situação social”, tornando mais difícil modificar essa realidade. O desmonte da máquina estatal e dos mecanismos de proteção social causado pelos “ajustes”, as grandes transformações no trabalho (reestruturação produtiva, já abordada), a baixa capacidade da economia na retomada do crescimento, a velocidade da destruição de postos de trabalho e a dificuldade de recuperação dos mesmos, propiciando uma nova categoria de excluídos, a crescente concentração de riqueza, o que dificulta sua redistribuição, a atrelagem ao mercado financeiro, a dependência aos agentes financeiros internacionais (dívida externa) e o imperialismo americano que torna difícil as reformas estruturais²⁶ fundamentam a nova situação social. Em suma, a questão social agravou-se no mundo e no Brasil.

A intervenção do Estado

O Estado deve assumir sua responsabilidade social e o papel de regulador e distribuidor de riquezas. Deve intervir para minimizar as desigualdades e a exclusão no âmbito social, na perspectiva de transformar indivíduos em cidadãos (PINSKY; PINSKY, 2003). Obviamente, deve crescer economicamente, mas o

²⁶ Convém observar as críticas ao governo devido às dificuldades em implementar as reformas sociais.

mercado deve deixar de ser sozinho o regulador das políticas. Deve o Estado reparar as injustiças causadas pela abordagem neoliberal, principalmente as relacionadas aos “excluídos”, propiciando inicialmente o acesso às necessidades básicas, alimentação, habitação e vestimenta aos que estão logo acima da linha de pobreza e aos que sofrem a pobreza relativa.

Os serviços universais, como previdência social, fornecimento de água e luz e saneamento básico, devem ficar sob a responsabilidade do Estado até a reversão do quadro de excluídos. No que tange aos setores de saúde, educação e habitação, o governo deve liderar, coordenar e supervisionar as iniciativas, implementando redes públicas universais que garantam a inclusão social por meio da ampliação e da redistribuição dos bens e serviços públicos²⁷ para, entre outros, gerar trabalho e renda na concepção de “produzir para viver”²⁸ (SANTOS, 2002).

O foco da pobreza

Um dos equívocos observados nas políticas e nos programas que focalizam a pobreza é o entendimento de que as carências apresentam-se de forma isolada ou independente, como é o caso da concepção inicial do PCPR²⁹ e do Programa Comunidade Solidária³⁰, que o Programa *Fome Zero*³¹, na sua concepção origi-

27 A inclusão não pode ser entendida apenas como transferência de renda, que é a retomada das políticas de subsídio à demanda. O critério de renda não deve ser considerado isoladamente, pois, em vez de incluir, pode excluir.

28 Concepção não-capitalista de produção abordada por Boaventura de Souza Santos, 2002.

29 Um dos autores participou, como consultor, na elaboração do PCPR II, no Maranhão, e pôde observar a preocupação do Banco Mundial em integrar a nova versão desse projeto com outras políticas que focalizam a pobreza naquele Estado.

30 Programa criado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso para coordenar e articular ações interterritoriais de combate à pobreza. Concretamente, sua proposta tinha como objetivo a articulação de parcerias dentro do próprio governo nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento em municípios pobres.

31 Programa criado pelo Governo Lula para combater a fome, a miséria e suas causas estruturais, geradoras de exclusão social. Foi concebido para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros e brasileiras. Ter segurança alimentar significa ter as famílias condições de se alimentar dignamente com regularidade, quantidade e qualidade necessárias à manutenção de sua saúde física e mental. No início do Governo, o programa fazia parte do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Em 2004, passou para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

nal, pretende corrigir. Política de “combate à pobreza” confirma esse equívoco, ou seja, pretende minimizar ou aliviar a pobreza desconsiderando as causas, como se as carências fossem pontuais. Onde há doença, há falta de saneamento; onde não há habitação, há adolescente na rua; onde o setor produtivo é acéfalo, há desemprego; onde não há geração de trabalho e renda, há violência; onde não há escola, há crianças na rua e desnutridas; e onde há criança desnutrida, há uma mãe que também precisa de assistência.

A exclusão social está inserida num contexto que considera os setores de saúde, de educação, de infra-estrutura, de habitação, de produção, entre outros, e tem uma distribuição num território (espaço geográfico³²) bem definido. Enfocando a pobreza sob esses aspectos, o enfrentamento à exclusão social exigiria políticas universais bem como diferenciadas, que propiciariam uma integração dos excluídos evitando discriminação³³ entre os pobres e fragmentação dos excluídos.

Assim, faz-se necessário repensar a área de abrangência das políticas públicas no Brasil. O conceito de território deve ser considerado sem desprezar o município e o Estado. Alguns teóricos, defensores da abordagem territorial como estratégia para a implementação de políticas públicas socioeconômicas, se esqueceram de que a divisão política e administrativa brasileira considera a federação, o estado e município; o que difere da França onde o conceito foi construído, e as referências são a divisão política-administrativa e o próprio movimento da sociedade. Não consideram também que a “municipalização” foi pregada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. Tanto a dimensão regional quanto a territorial devem ser consideradas nos âmbitos da Nação e do Estado, respectivamente, não devendo ser desprezadas, pois o intuito é enfrentar a exclusão social.

As políticas de descentralização

As diretrizes utilizadas para implementar a descentralização das políticas públicas por meio da municipalização acarretaram em quase todos os municípios sérias conseqüências. Laura Tavares Soares (2003) chama esse processo de “descentralização destrutiva”. Nele destacam-se os pontos: a) as responsabili-

³² A discussão sobre o conceito de território (em construção, no caso brasileiro) será abordada no item posterior.

³³ O cadastramento dos pobres por não ter renda ou por esta ser insuficiente, somente pode deixar de fora aqueles que estão um pouco acima da linha de pobreza. Além disso, esse instrumento pode ser usado para o uso do paternalismo e do clientelismo.

dades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras, o que se caracteriza como desconcentração distorcida; b) o desmantelamento dos organismos federais e estaduais envolvidos com as políticas sociais sem preparar as prefeituras para receber os encargos transferidos; c) a complexidade dos problemas sociais nas regiões não foi considerada e, por conta disso, as ações foram implementadas de forma desintegrada e desarticulada; d) os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de implementar as políticas regionais; e) a adoção de critérios regressivos na distribuição dos recursos, descentralizando desproporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

O Governo Federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios de acordo com os impostos arrecadados e o com número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em vista de todos esses fatores, na maioria dos casos, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas, o que aconteceu foi, na prática, a desconcentração e a *prefeiturização*.

Dessa maneira, no caso brasileiro, as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e à exclusão social devem ser assumidas pelo Governo Federal com a participação dos estados e municípios para garantir a integração em todo país. Elas devem ter caráter universal/estruturante e devem ser, ao mesmo tempo, diferenciadas, contemplando a multiculturalidade (SANTOS, 2003) e a diversidade dos excluídos socialmente. As concepções regional e territorial devem ser assumidas por essas políticas sociais, e suas implementações devem ser efetivadas numa integração dos governos federal, estadual e municipal, fortalecendo o poder local (PINSKY; PINSKY, 2003), de forma cidadã, por intermédio da mediação e pelos próprios atores envolvidos. Finalmente, reforçando o que já foi mencionado, as políticas de enfrentamento à exclusão devem ser públicas e estatais, opondo-se ao discurso neoliberal que privilegia a iniciativa privada em detrimento ao Estado. Não devem ser, portanto, as parcerias dos governos com o terceiro setor, uma norma rígida e absoluta para a execução dessas políticas.

A relação Estado e terceiro setor

As parcerias entre o Estado e o terceiro setor mostram, no Brasil, principalmente no Nordeste, que este setor tem assumido o papel do Estado, precisamente

nas comunidades mais pobres, onde o Estado é omissivo ou ausente, o que desmistifica a relação de parceria. Outro aspecto é o de que os recursos dessas organizações são provenientes de organismos internacionais e direcionados a projetos pontuais, ou seja, terminado o projeto, dificilmente há uma renovação. Com isso, a abrangência da atuação das instituições executoras é restrita aos objetivos dos projetos, o que compromete a continuidade caso o Estado não assuma o papel que lhe é devido.

A solução dos problemas sociais requer a participação da sociedade civil, mas isso não implica na substituição do papel do Estado. Quanto mais sólida for a participação estatal, maiores serão as possibilidades de uma integração com a sociedade civil. As condições de desempenhar um papel de controle social serão favoráveis, além da possibilidade de oferecer proposições em todas as fases do planejamento e execução das políticas.

Jaime e Carla Pinsky (2003), na obra *História da cidadania*³⁴, fazem uma série de questionamentos que nos alertam para o papel do terceiro setor na relação que possui com o Estado, com os demais segmentos da sociedade civil e com o setor privado. "Até que ponto o setor depende do Estado e das empresas? Até que ponto as ONGs podem reeditar a história (...) das instituições que usam da coisa pública em benefício de pequenos grupos do poder? (...) As ONGs podem ser consideradas representantes legítimas dos anseios da sociedade civil? (...) Em que medida as ONGs, tornadas "parceiras" do Estado, podem exercer um controle social sobre a ação do poder público? Em que velocidade conseguiremos estabelecer o marco legal (da autonomia do setor) capaz de definir direitos e atribuições?" (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 581). Vale pensar sobre isso.

Para o enfrentamento da exclusão social, as atribuições e as responsabilidades do Estado e da sociedade civil devem ser distintas e bem definidas. Para que o Estado seja verdadeiramente democrático, a sociedade deve estabelecer relações independentes, autônomas e sem vínculos com ele a fim de nortear as ações governamentais (não é substituição), ou seja, exercer o controle social³⁵.

³⁴ Referência completa em Bibliografia.

³⁵ Distinto do controle público, cujo conceito é o de órgãos do Estado fiscalizando outros organismos governamentais, como é o caso do Ministério Público que fiscaliza a privatização de outros órgãos governamentais. Já o Sistema Único de Saúde e entidades civis atuam em defesa do caráter público, é um exemplo de integração entre Estado e a sociedade – controle social.

O modelo de desenvolvimento

Para Celso Furtado (1986) e Milton Santos (1994, 1997 e 1998) é impossível enfrentar a exclusão social no Brasil da maneira dependente com que o país se insere na divisão internacional do trabalho. A industrialização foi conduzida a partir de um padrão de consumo imitado dos EUA, que modificou, sem superar, os laços de dependência do Brasil e terminou por reforçar o elitismo e a exclusão social. "Século após outro, décadas e mais décadas e o problema da exclusão social no Brasil continua presente, a despeito de sua gravidade (...). O Brasil mudou muito ao longo do século XX, contudo, as desigualdades sociais mantiveram-se inalteradas (...). O fenômeno da exclusão surge não apenas para aqueles segmentos sociais já inclusos em algum momento do tempo, mas também para aqueles que jamais passaram à condição de inclusão" (POCHAMANN; AMORIM, 2003, p. 9-10).

Para mudar esse quadro, é preciso continuar construindo um "desenvolvimento alternativo" que privilegie o "local" alicerçado na mediação *estado e sociedade*; um desenvolvimento que seja sustentável, referência para a elaboração de políticas includentes. Questiona-se, como o desenvolvimento sustentável se presta como referência teórica para as políticas públicas?

1.3. O Desenvolvimento Sustentável: uma referência conceitual para a elaboração de políticas includentes

As políticas de desenvolvimento, elaboradas desde o final da segunda grande guerra, não têm conseguido atingir os objetivos preconizados, ou seja, "eliminar o fosso" entre os países ricos e pobres (CYPHER; DIETZ, 1997). Joseph Stiglitz (2002) fundamenta a permanência deste fosso aberto, ou a sua extensão, quando afirma "a distância cada vez maior entre os que têm e os que não têm vem deixando um número bastante grande de pessoas no Terceiro Mundo num estágio de miséria, sobrevivendo com menos de um dólar por dia" (STIGLITZ, 2002, p. 31).

Essa realidade já vinha gerando insatisfações, e as várias análises e propostas sugeridas pelos críticos deram origem à proposta de "desenvolvimento alternativo"³⁶, discutida em diferentes espaços. Propunha que a integração tanto dos objetivos sociais e econômicos quanto dos objetivos políticos do desenvolvimento propiciassem, também, a igualdade social, a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição eqüitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente.

Entre os defensores do “desenvolvimento alternativo”, o segmento dos ecologistas, fortemente representado, acabou por trazer para a pauta das discussões a concepção do “desenvolvimento sustentável”, formulada pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento³⁷ e definida como uma abordagem de desenvolvimento que “satisfaz as necessidades do presente sem colocar em causa a possibilidade das gerações futuras satisfazerem suas necessidades”.

No entanto, apesar do discurso, hoje, essa concepção não tem se viabilizado na prática devido à sua atrelagem ao contexto em que o desenvolvimento capitalista é predominante. Sob a égide do desenvolvimento sustentável, ainda se mantém o predomínio da racionalidade econômica nas políticas de desenvolvimento que consideram a economia um setor independente do social em detrimento a outros bens e valores como o social e a igualdade; o político e a participação democrática; a cultura e a diferença étnica; e os valores naturais como o ambiente, contrariando seus próprios fundamentos propostos pelo desenvolvimento sustentável.

Deve-se salientar que o que se propõe não é uma nova abordagem de desenvolvimento, mas uma alternativa à abordagem de desenvolvimento vigente, que não ignora a dimensão econômica e destaca a possibilidade de modos de produção e intercâmbio não capitalista (QUIJANO, 1998; FRIEDMAN, 1992). A experiência com as comunidades quilombolas e indígenas mostrou que é possível por em prática as outras dimensões pressupostas do desenvolvimento sustentável, ou sejam, a social, a ambiental, a política-institucional e a tecnológica, mesmo no contexto capitalista.

³⁶ A teoria do desenvolvimento alternativo foi disseminada em 1970 e construída nos vários fóruns de discussões como a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente (1972), responsável pela fundação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; o Seminário sobre Padrões de Utilização dos Recursos; o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento, em Cocoyoc (México), em 1974, organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; a criação da Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento (1976) pela Fundação Sueca Dag Hammarskhold (1975), onde consolidaram os fundamentos teóricos (SOUZA, 2002).

³⁷ Tornou-se conhecida no mundo como a Comissão Bruntland, numa referência à cidade dos Estados Unidos em que a reunião da referida comissão mundial ocorreu, em 1987.

Tomando como referência os trabalhos de Friedman (1992)³⁸, e mais recentemente os de Santos (2002), algumas situações serão levantadas para caracterizar o “desenvolvimento alternativo” sem, contudo, chegar a extensivos aprofundamentos teóricos, por não ser a temática central deste livro.

Princípios de desenvolvimento alternativo, que também fundamentam o desenvolvimento sustentável como fonte inspiradora, foram tomados para fundamentar teoricamente a prática relatada com as comunidades quilombolas e indígenas, a partir da análise empírica. Eis alguns pontos:

- regem-se nos valores de igualdade e cidadania com vistas a contemplar os excluídos na produção e no usufruto das benesses do desenvolvimento;
- consideram como protagonistas do desenvolvimento os sujeitos coletivos³⁹ e as comunidades excluídas socialmente;
- têm o “local” como espaço da ação social⁴⁰;
- privilegiam a economia de troca⁴¹;
- promovem o surgimento de empresas populares autogestionárias, dando poderes às comunidades;
- respeitam o multiculturalismo, a transdisciplinaridade, a diversidade racial e a multidiversidade étnica, bem como as questões de gênero e de geração.

³⁸ As idéias sobre o desenvolvimento alternativo encontram-se nos trabalhos de Friedman (1992) (MCMICHAEL, 1996), fundamentados em análise de estudos de casos baseados em investigações etnográficas, sem formular uma teoria sobre desenvolvimento alternativo. O trabalho de Friedman “dá à bibliografia sobre desenvolvimento alternativo, um marco teórico explícito, fora das teorias neoclássicas ou keynesianas e, com isto, um ponto de partida para a prática (1992, p. 8)”.

³⁹ O caráter coletivo propicia um círculo “virtuoso” que se opõe ao processo de exclusão social, fazendo com que as iniciativas populares tornem-se motes para a elaboração das políticas públicas includentes.

⁴⁰ A ação social em questão não considera paliativos contra a exclusão social, mas uma transformação genuína da sociedade brasileira por intermédio de “novas formas de tornar as políticas públicas mais eficientes e capazes de abarcar os direitos de todos os brasileiros”, com destaque para os excluídos (PINSK, 2003, p. 581-582).

⁴¹ Entre os quilombolas e os índios ainda se vislumbra essa prática. Mesmo usando uma economia de escambo, eles se relacionam com a economia de mercado, embora ainda de forma precária.

Voltando à dimensão econômica, o “desenvolvimento alternativo” considera a economia parte integrante e dependente da sociedade e coloca os resultados econômicos à proteção dos bens e valores comunitários. Souza (2002) destaca as iniciativas econômicas do “desenvolvimento alternativo”, sobretudo as voltadas para o setor produtivo (tanto as propostas quanto as executadas). Alerta ainda que são baseadas em “seis linhas fundamentais”, quais sejam:

- ações dos movimentos sociais, ONGs e organizações governamentais, têm promovido a cooperação no setor produtivo (associações de moradores, cooperativas de trabalhadores, condomínios de pequenos produtores, consórcios municipais, entre outros), com o objetivo de os excluídos terem acesso às necessidades básicas;
- implementação de ações no setor produtivo no sentido de limitar ou transformar os sistemas de produção para evitar a destruição do meio ambiente (MCMICHAEL, 1996);
- reconhecimento do trabalho feminino nos segmentos produtivos, especialmente o doméstico, a fim de aliviar a dupla carga, propiciando a entrada definitiva da mulher no mercado de trabalho;
- desenvolvimento de programas de apoio econômico aos excluídos por intermédio de financiamentos de pequena escala, os chamados *micro-créditos*; no caso da proposta do “desenvolvimento alternativo”, acontece uma abordagem que insere esse tipo de crédito num contexto que deve se integrar horizontalmente a outros programas de educação, saúde, habitação, infra-estrutura, desenvolvimento comunitário, entre outros⁴²;
- reivindicação dos movimentos sociais diretamente aos órgãos governamentais para que os excluídos sem terra e habitação tenham acesso a esses bens; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) são exemplos dessas ações;

⁴² Abordagem distinta dos programas implementados no Sudeste Asiático, particularmente em Bangladesh e na Índia, que se tornaram bandeiras de agentes financeiros internacionais e onde o crédito é aplicado como fim em si mesmo (WRIGHT, 2000), sem considerar outros tipos de financiamentos a outros bens e serviços que os excluídos não têm acesso. Os excluídos, na perspectiva dessas instituições, só estão interessados em receber o dinheiro. Não interessa a essas instituições a organização demonstrada pelos mesmos para a melhoria das condições de vida; colocam o crédito à disposição sem vinculá-lo a outros programas. A linha de crédito “B” do Pronaf pode ser considerada um exemplo brasileiro.

- implementação de estratégias de retorno ao “desenvolvimento local” como: bancos populares, estímulo aos comunitários para consumirem produtos locais, produção agrícola destinada inicialmente ao mercado local, valor do trabalho com base na reciprocidade, sem considerar o valor monetário (NORBERG-HODGE, 1996); essas estratégias de contraposição à “globalização” e que promovem o “retorno ao local” abraçam um elenco de denominações e conceitos: *sociedade local* (BAREL, 1982), *a localidade/território* e *o poder local* (KAYSER, 1990; TEISSERENC, 2002), *deslocalização* e *relocalização* (MANDER; GOLDSMITH, 1996), *o território* (GILLARDOT, 1997), *a localização* (HINNES, 2000), *a glocalização* (LON-GHI; SPINDLER, 2000), *localismo cosmopolita e plural* (MCMICHAEL, 1996), *Espaço rural* (MONTRICHER, 1995), *Mundo rural* (Comunidade Européia, 1988).

Por fim, aqueles que caminham em busca de um desenvolvimento alternativo, e têm como referência a abordagem pós-desenvolvimentista, esperam construí-lo dentro de uma concepção ecossocialista cujos pilares são a democracia, o antiprodutivismo e a diversidade cultural (SANTOS, 1995). Nesse contexto, a cooperação, o associativo e os sistemas produtivos não capitalistas deverão ser também considerados para a transformação gradual em busca de uma sociedade igualitária, solidária e duradoura, o que se fundamenta no resgate e no fortalecimento das identidades culturais dos povos tradicionais, na socialização dos meios de produção, eliminando a exploração e a alienação, tornando o trabalho humano um instrumento de liberdade e de emancipação (SADER, 1999), na perspectiva do território como uma estratégia para a inclusão.

1.4. O Enfoque Territorial: uma estratégia includente

Outro aspecto interessante a ser considerado é a abordagem territorial que diz respeito à idéia de gestão coletiva de uma área onde se constrói a identidade de um grupo social. Antes de iniciar a discussão sobre essa abordagem é necessário discutir alguns conceitos e denominações que embasam ou se interligam ao paradigma territorial. A razão disso, é o fato de que em consultas à literatura nacional e estrangeira (citada em parágrafo anterior), que tratam dessa temática e da vivência prática no trabalho com desenvolvimento sustentável, nota-se que há uma miscelânea de denominações que se referem a um mesmo fundamento teórico. Apesar de entender a riqueza dos questionamentos, fica a imagem de que os literatos parecem criar conceitos próprios a partir de um só arcabouço teórico. Especificamente no Brasil, a questão é mais séria, pois se verifica, além

da adoção de modismos sem os ajustes devidos⁴³ na implementação, a presença de equívocos conceituais devido principalmente ao desconhecimento de suas implicações históricas e dos fundamentos teóricos que o embasam, ocasionando verdadeira confusão para os leitores, gestores e executores das políticas públicas, comunitários e o povo rural em geral.

O mundo rural refere-se a todo tecido econômico e social compreendendo um conjunto das mais diferentes atividades. É um modo particular do uso do espaço e da vida social, representando o *locus* de vida e de trabalho das pessoas. O espaço rural apresenta, então, outras características vitais para a sociedade: a) baixa densidade demográfica, pouca incidência de áreas construídas, na qual predomina uma paisagem constituída de cobertura vegetal; b) uso econômico da exploração agrosilvopastoril; c) habitantes com estilo de vida pautado na dependência às pequenas coletividades e com relação especial com o espaço; d) identidade construída a partir da cultura camponesa (KAYZER, 1999). O conceito de espaço rural considera também a organização e o controle de uma coletividade local ou territorial.

Aqui surge o equívoco inicial: local ou território? Uma revisão bibliográfica sobre o tema mostra com clareza que esses conceitos são similares. Billaud explicita a estreita relação entre o local e as noções de comunidade e coletividade. Os debates sobre o conceito de localidade entre os economistas, geógrafos, sociólogos e agrônomos evidenciam ambigüidades ligadas a um ponto no espaço que tanto pode ser uma comunidade, um bairro, uma grande cidade, uma cidade de porte médio ou pequeno, um conjunto de aldeias ou comunidades no entorno de uma cidade pequena, uma região, um país e até vários países. O local designa ao mesmo tempo significados diferentes, "um substantivo e um adjetivo". Ele é um objeto de análise para os pesquisadores, um campo de observação para os gestores de políticas públicas e um local de mediação ou intervenção autoritária para profissionais do campo e para os comunitários.

O local evoca o "meio" (MAILLAT, 1992). Um meio que expressa um sentimento de pertença por parte de seus habitantes, permitindo a eles reconhecerem traços característicos comuns, expressarem laços de solidariedade que influenciam as pretensas mudanças promovidas pela mediação ou intervenção autoritária dos diferentes tipos de organizações que nele atuam. Um "meio" corresponde ainda a um ambiente dotado de conexão espacial que oferece aos seus atores con-

⁴³ Os conceitos teóricos da temática em pauta foram construídos fundamentalmente na escola francesa; e tiveram como referência os movimentos ocorridos nos espaços constituídos a partir da divisão política e administrativa da França, ou seja, a Comuna, o Conselho Geral, o Departamento e a Região, com características socioeconômicas, políticas e culturais bastante diferentes do Brasil.

dições de informação e facilidades de comunicação suficientes para garantir a estabilidade e os laços entre diferentes redes estabelecidas pelos comunitários e suas instituições (PERRIN, 1990).

O termo localidade constitui-se em um quadro administrativo e institucional (BILLAUD, 1983). É um espaço possuidor de uma identidade, de uma dinâmica própria e de especificidades que mantêm estreitas relações de interdependência com áreas vastas (regional, nacional e mundial) em que se insere (JOYAL, 1999). Billaud (op. cit.) destaca, ainda, quanto à noção de localidade, uma dupla dimensão: a espacial e a sociológica. Na primeira, identificam-se todos os aspectos da vida social, e, na segunda, vislumbram-se referências quanto à originalidade das relações sociais.

Por outro lado, a definição sociológica do conceito de localidade é deficitária, como destaca Bernard Kayser (1990, p. 124) ao indagar se “a localidade constitui um conceito pertinente, e se o termo não é, antes de tudo, uma representação, uma fórmula inventada para mediatizar a expressão ‘pequeno’, ou se não passa de um modismo”⁴⁴. A dificuldade do conceito é que ele se refere a um espaço geograficamente indeterminado, que é ao mesmo tempo um espaço denso porque é um espaço social (TEISSERENC, 2002). Henri Mendras (1980 e 1981), complementando esse argumento, afirma que existe localidade na medida em que existe inter-relação entre redes econômicas, política, de vizinhanças, de parentesco, de sociabilidade. Para Boure e Menville (1990), o local surge como conseqüência da descentralização das políticas públicas e apresenta uma capacidade de especialização em torno de seus projetos, passando progressivamente a sujeito das ações comunitárias.

Ainda segundo o geógrafo Kayser (op. cit.), essas dificuldades conceituais não impedem entretanto a utilização do conceito, pois o que está implícito nele não é mais importante do “que o processo do qual ele pode ser o objeto”. Ainda, destaca o autor, é necessário precisar de qual espaço se fala quando se tem a localidade como referência: espaço institucional, espaço econômico, espaço construído como pólo de emprego e renda ou o espaço regional.

No contexto dessa discussão, Yves Barel (1981), que prefere usar o termo território em vez de localidade, na tentativa de elucidar possíveis equívocos, propõe a equivalência entre os termos *território* e *sociedade local*. Chama atenção para essa sociedade como o domínio do pequeno, do micro em relação ao macro, o lugar da diferença e da especificidade, da identidade e do sentimento de pertença, mas, ao

⁴⁴ Referindo-se à noção de que o “pequeno é belo” (*small is beautiful*), de Schumaker (1979), concepção em voga à época.

mesmo tempo, das redes de solidariedade. Fundamentando seu argumento, Barel (op.cit.) analisa, de um lado, o território ou a sociedade local como uma dimensão temporal, percebida por todos, e, de outro, como um ponto entre a realidade e a sua representação real ou imaginária. Isso quer dizer que nem sempre o território imaginado como alvo dos processos de desenvolvimento corresponde ao “local” definido pela vontade coletiva da sociedade local. Não se deve confundir o localismo como movimento, como modismo, como uma panacéia, aquilo que está na moda; e sim como retomada do desenvolvimento local (JOLLIVET, 1985).

Para evitar esse equívoco, Andrade (1995) alerta que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando mais ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, seja público ou estatal. Alega ainda que a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas.

Para Milton Santos (1995, p. 16), geógrafo brasileiro, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. O território hoje apresenta novos recortes, além da velha categoria de região, o que o autor denomina de *horizontalidades* e *verticalidades*, resultado da nova construção do espaço e do seu novo funcionamento. O primeiro é a contigüidade constituída pelos lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. O segundo, formado por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais, é denominado de “espaço banal”. Santos (op. cit.) explica que “o ‘espaço banal’ difere da noção de redes, mesmo que essa justifique a expressão verticalidade. (...) Além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o “espaço banal”, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” (1995, p. 16). Assim, considera-se que o território é formado de lugares contíguos e de lugares em rede. Esses lugares formam as redes e o “espaço banal”, mas contém, simultaneamente, funções diferentes e até opostas, criando novas solidariedades, mesmo no contexto das diferenças entre as pessoas e entre os lugares.

Outro autor francês, Gillardot (1997, p. 13), destaca as seguintes características do território rural: a) tem limites definidos pelas relações que se estabelecem⁴⁵; b) possui um “centro nervoso” onde a vida pulsa e as decisões são tomadas; c)

⁴⁵ No caso das comunidades quilombolas, esses limites são definidos pelo uso e fruto da terra. Entre os índios, é o legado dos ancestrais.

tem uma área de produção; d) tem uma área com serviços; e) tem uma área com vegetação nativa; f) possui uma rede de circulação constituída de caminhos, estradas e rios. É no território que a população constrói sua identidade, com seus sentimentos de pertença, expressam seu patrimônio cultural, ou seja, é local em que a sociedade define e gesta seu destino.

Dessa maneira, território é a base geográfica da existência social. Toda a sociedade tem um território que pode envolver vários territórios bem como a multiplicidade de locais e situações existentes dentro do território. Uma nação ou nações⁴⁶, estado, região, mesorregião, bacia hidrográfica, município, distrito, acampamento, assentamento, povoado, comunidade, reserva indígena, aldeia, entre outros, contendo aqueles elementos, tudo pode ser considerado território. O território, espaço pleno por ser espaço social, reafirma-se como território ao servir de suporte aos processos de *deslocalização* e *relocalização*⁴⁷. Segundo Yves Barel (op.cit.), esses processos afetam principalmente os grupos sociais localizados. O primeiro, sob o efeito de processos de concentração e de massificação (localidade/território/sociedade local), perde o que lhe restava de autonomia e de capacidade de gerir seu destino. É a perda da identidade pelo deslocamento dos processos coletivos do território a partir de imposições externas⁴⁸. Por sua vez, a *relocalização* traz para as localidades o desejo e a possibilidade de dinâmicas produtivas novas, nos planos econômicos, sociais e culturais, por meio do movimento social de *reterritorialização*, processo que não é totalmente novo porque a dinâmica do território está em constante mudança. O localismo aqui deve ser entendido como uma retomada do desenvolvimento local. O termo *localização* é um processo que se contrapõe ao movimento de *globalização* enfocando o "local". Não deixa de ser uma resposta "local" aos imperativos do centro, uma forma do poder periférico. É uma capacidade de autonomia que se manifesta principalmente por uma expressão cultural específica e uma independência para a tomada de decisões.

A abordagem territorial aqui abraçada difere daquelas propostas sugeridas por profissionais tecnicistas, com pensamentos positivistas, que consideram o território "em sua materialidade e o que lhes interessa é analisar os mecanismos

⁴⁶ A título de exemplo, o Mercosul pode ser considerado um território.

⁴⁷ É importante ter em mente que essas nomenclaturas não se referem a conceitos geográficos.

⁴⁸ Como exemplo, podem ser citadas as conseqüências das intervenções nas comunidades quilombolas e indígenas, percebidas e identificadas em função das experiências relatadas nesta publicação.

motores fundamentais da dinâmica espacial e suas relações com o desenvolvimento regional” (TEISSERENC, 2002, p. 85). Essas abordagens consistem em considerar o território como um “ecossistema evolutivo” capaz de mudar no decorrer do tempo, tanto dentro de sua organização, nas relações entre seus elementos, quanto dentro de suas fronteiras, em sua extensão e no tamanho de sua população.

A abordagem tomada como referência nesta obra é aquela coerente com o desenvolvimento alternativo, discutido anteriormente, que está pautado, também, no crescimento e na geração de riqueza, tendo como referência o que o IICA (2003) denomina de coesão social e coesão territorial, quando se reporta especificamente ao desenvolvimento rural sustentável⁴⁹. A coesão social considera a sociedade nacional que privilegia a equidade, a solidariedade, a justiça social, a identidade, o sentimento de pertença e o respeito à diversidade. Procura transformar o “círculo vicioso” de exclusão, pobreza e miséria no “círculo virtuoso” da inclusão, prosperidade e competitividade com cooperação. Por sua vez, a coesão territorial é a reação à segregação entre o urbano e rural. Propõe a necessidade de se reavaliar as funções desses espaços, de suas economias e de suas instituições. Ela assume a existência de um contínuo urbano-rural, a partir de redes urbanas que atuam no rural, integrando os espaços locais, regionais e nacionais (op. cit.).

Da exploração feita ao paradigma territorial, evidencia-se, pelo estudo da literatura citada, que existe verdadeiramente um “efeito localidade” nos espaços geográficos, tornando sinônimos território, local e localidade. A existência dessa ambigüidade é explicada pela ausência de um corpo teórico bem definido (AROCENA, 1986). Ao “local” faltariam características identificadoras e teóricas. A própria sociologia, ao estudar o local, dá ênfase ao estudo dos processos que nele ocorrem e não aprofunda o conceito de território. A questão central é avaliar a qualidade das relações dos atores com o território.

O território portanto apresenta-se como um conceito inconstante, vago, mas rico na densidade de relações sociais que o estruturam, o que lhe confere uma positividade, embora essa valorização se choque com a diversidade dos paradoxos e das contradições que podem ocorrer no seu desenvolvimento.

Sérgio Sepúlveda (2003, p. 71), diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA, destaca que o enfoque territorial de desenvolvimento

⁴⁹ Assunto abordado no documento-síntese *Desenvolvimento sustentável – enfoque territorial* elaborado pela equipe da Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA, sediada em Costa Rica. Os autores são Rafael Echeverri, Melania Portilla, Adriánro Dríguez e Sergio Sepúlveda.

rural sustentável proposto pelo IICA fundamenta-se nos seguintes pontos levantados na Cúpula das Américas (QUÉBEC, 2001):

- base ambiental para o desenvolvimento rural sustentável: a proteção do meio ambiente e os recursos naturais como base ambiental é essencial para a prosperidade e sustentabilidade das economias das Américas;
- gestão agrícola e desenvolvimento rural: promover o diálogo entre os atores sociais envolvidos (governos, sociedade civil e instituições multilaterais); propiciar um ambiente favorável para as empresas rurais; fomentar mercados para os produtos obtidos a partir do manejo sustentável dos recursos naturais; e, facilitar o acesso aos mercados são os postulados da gestão agrícola e do desenvolvimento rural;
- igualdade de gênero: a participação da mulher como base para o desenvolvimento das sociedades e a igualdade de oportunidades;
- povos indígenas: o reconhecimento de que seus costumes e tradições podem servir de insumos às políticas e programas relacionados com o uso da terra e dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável e a biodiversidade;
- diversidade cultural: contribui para o dinamismo social e econômico; é um fator positivo na promoção da governabilidade, da coesão social, do desenvolvimento humano, dos direitos humanos e da coexistência pacífica;
- proteção dos direitos da infância e da juventude⁵⁰.

Para melhor entender a complexidade dos conceitos acima apontados e para elucidar alguns equívocos teórico-metodológicos vivenciados no trabalho com comunidades, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, dois conceitos foram aqui formulados: território espaço-geográfico e território sócio-político-cultural. O primeiro reporta-se exclusivamente a uma área ou a um espaço geográfico⁵¹ onde não se identificam características de desenvolvimento⁵², ou essas estão se iniciando modestamente e pontualmente, e onde há processos de exclusão social.

⁵⁰ A tradução do original em espanhol é de responsabilidades dos autores.

⁵¹ Relembrando: esse espaço pode ser uma comunidade rural, uma comunidade pesqueira, uma aldeia indígena, um assentamento ou acampamento, um bairro, um povoado, um distrito, um município, um estado, uma micro-bacia, uma mesorregião, uma região, etc.

⁵² Referência ao desenvolvimento alternativo. A relação entre o profissional e os comunitários é a mediação.

Por sua vez, o segundo conceito é o resultado das ações endógenas e exógenas de desenvolvimento realizadas no primeiro, ou seja, é possível identificar o processo de desenvolvimento, de forma acentuada e abrangente no espaço geográfico estudado, com as características de território já levantadas. Para ajudar nessas identificações, quando o trabalho estiver voltado para o espaço rural, recorre-se a alguns indicadores⁵³:

- limites/fronteiras, ecossistema (características e condições edafoclimáticas; bacias e micro-bacias hidrográficas; relevo e paisagem);
- modo de produção (acesso aos fatores produtivos e relações sociais de trabalho – uso e fruto da terra, titulação), explorações agrosilvopastoris (sistema de produção e itinerários tecnológicos – cadeia produtiva – mercado e inserção, canais de comercialização, agentes, entre outros);
- população e densidade demográfica (habitantes, (des) povoamento);
- sexo, gênero, geração, raças, etnias, homossexualismo e pessoas com necessidades especiais;
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Exclusão Social (IES), *ranking* da miséria;
- patrimônio e manifestação cultural, identidade (sentimento de pertença, solidariedade e consciência coletiva), coesão social e coesão territorial, capital humano (auto-estima e estado da consciência) e capital social (quantidade, qualidade e suas relações – OGs e ONGs –, movimentos sociais/terceiro setor);
- relação social e de vizinhança entre as unidades territoriais (comunidades, povoados, distritos), relação do homem e da mulher com o ambiente (natural e construído) e colonização (origem e características);
- redes de circulação (estradas e caminhos), redes de comunicação (vínculos, ações coletivas), local em que as decisões são tomadas, características das cidades e dos municípios (urbanos ou rurais), nível de influência entre as cidades, afastamento ou proximidade aos grandes centros, realidade socioeconômica e política-cultural;

⁵³ Indicadores construídos durante o trabalho com comunidades rurais na Paraíba e comunidades pesqueiras no Maranhão como parte do Projeto de Cooperação Técnica entre o IICA, os estados da Paraíba e do Maranhão e o Banco Mundial, por intermédio do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

- políticas públicas existentes, poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), instituições trabalhando com o enfoque territorial, entre outros.

Quando se trata de identificação de territórios pesqueiros, excluem-se aqueles indicadores próprios da atividade agrosilvopastoril e incluem-se os seguintes:

- tipos de pescadores e pescadoras (pescador profissional, pescador/agricultor, pescador amador, trabalhadores da pesca, marisqueiros, caranguejeiros) e faixa etária predominante dos pescadores;
- principal atividade econômica, tipo de pesca (artesanal ou industrial), pesca de alto-mar ou costeira (litorânea, estuarina, lago, igarapé e rios), pesca de águas interiores;
- relação do homem e da mulher com o ambiente (rio, lago, campos naturais, barragens, foz dos rios, estuários ou mar);
- aqüicultura, técnica de cultivo e cadeia produtiva, tipo de embarcação, equipamento de pesca, apetrechos de pesca, espécies de peixes capturados.

Esses indicadores são usados para definir ou delimitar as áreas a serem trabalhadas dentro do enfoque territorial no planejamento do desenvolvimento sustentável, considerando, antes de tudo, a presença de processos de exclusão social. Evita-se portanto, o critério exclusivo de existência de capital social, utilizado por algumas instituições que o preferem, em vez de considerar a exclusão social presente no território.

A partir do estudo desses indicadores, com base em dados secundários, foi efetivado, com o objetivo de delimitar o território, o trabalho de verificação em campo. Dados sobre a produção de informação e conhecimento elaborados para aquela área (políticas públicas, planos, programas, projetos, estudos) foram levantados – o chamado *estado da arte* – e, por fim, foram convidados os atores sociais e institucionais disponíveis para participarem da continuidade do trabalho de diagnóstico, planejamento e execução das ações coletivas de desenvolvimento, inclusive, foram analisados nessas participações, os recursos físicos, materiais e humanos. Informações mais pormenorizadas e maiores comentários sobre essa prática, na Parte III desta obra.

Deve-se ressaltar a importância do enfoque territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável, tendo o espaço rural como cenário principal da mediação social para combater as causas da pobreza rural. Para isso, as políticas setoriais devem ser articuladas nas searas nacional, regional e local. O que potencializa,

pois, o enfoque territorial, é justamente a coerência dessas políticas com as políticas macroeconômicas. O enfoque no desenvolvimento, tendo como referência maior o local, por meio da mediação social, permite a auto-sustentação dos territórios rurais.

1.5. A Mediação Social: uma abordagem para a inclusão

O conceito de mediação é entendido como um processo de construção de ações compartilhadas entre os indivíduos e as organizações, com o intuito de desenvolver a capacidade dos comunitários de influenciar as políticas e analisar suas práticas. As formas de comunicação, os comunitários e as organizações constituem os canais pelos quais as comunidades exercem essas influências e são chamados de mediadores. O uso da linguagem, os meios de comunicação e os novos arranjos institucionais são as ferramentas que as pessoas e as instituições utilizam para as mudanças.

Mediar é moderar, facilitar ou inclusive atuar como árbitro num processo dialético e dialógico entre partes distintas. Nesse sentido, implica um processo de interpor-se entre diferentes interesses com o fim de encontrar antecipadamente um caminho de evitar, conviver, minimizar e encontrar soluções para os conflitos. No contexto do desenvolvimento sustentável, é preciso facilitar o diálogo não somente entre atores com objetivos opostos, mas também entre atores que defendem a mesma causa, isto é, que têm objetivos similares.

A mediação tratada no texto considera como atores aqueles que atuam de forma democrática e coletiva no espaço urbano e rural na perspectiva do desenvolvimento sustentável (os atores das sociedades política e civil e o do setor privado), isto é: organismos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento, cooperação técnica; agentes financeiros nacionais e internacionais; assessores, animadores, facilitadores, agentes de desenvolvimento das mais variadas categorias profissionais; e os comunitários urbanos e rurais, contemplando homens, mulheres, jovens, pessoas da terceira idade, de diferentes etnias, orientações sexuais e portadores de necessidades especiais; com suas respectivas instituições. Em outras palavras, considera o capital humano e o capital social como protagonistas, respeitando as dimensões do desenvolvimento sustentável: a sócio-cultural, a econômica, a ambiental, a tecnológica, a política-institucional, entre outras.

Mediação para a sustentabilidade refere-se à maneira como os profissionais (animadores, facilitadores, professores, consultores, assessores, extensionistas das organizações governamentais, organizações não-governamentais e setor privado) e os comunitários desempenham um papel na construção do conheci-

mento necessário para apoiar, informar e influenciar as pessoas envolvidas na formulação de políticas, a fim de que esses formuladores considerem questões como a economia popular solidária e a economia de reciprocidade (escambo), e a relação destas com o mercado; a cooperação e a agricultura familiar como uma abordagem pedagógica de promoção da auto-sustentabilidade das comunidades. Tudo para possibilitar a sistematização das experiências e das realizações das bases, de modo a permitir que os elaboradores das políticas entendam, acreditem e atuem de maneira decisiva para a inclusão social.

As entidades representativas dos comunitários ou entidades de base não são as únicas que “conhecem” o caminho do desenvolvimento sustentável. Isso não deixa de reconhecer que o objetivo é contribuir para um processo por meio do qual as populações excluídas possam definir, a seu modo, suas próprias formas de sobrevivência, reivindicando o uso de recursos socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Para conseguir esse objetivo, precisam revelar suas visões locais e de mundo e suas perspectivas e interesses, de forma a confluir com a compreensão que têm em âmbito macro, para que resultem em propostas políticas pertinentes.

De fato, a mediação exige que as instituições construam, aperfeiçoem e fortaleçam suas abordagens de trabalho dentro de uma visão crítica e democrática que considere as bases como sujeitos das ações de desenvolvimento.

Para que a prática dos comunitários exerça forte efeito sobre suas próprias vidas, sobre o processo de auto-sustentação comunitária e até mesmo sobre a política, é necessário que, além de uma interação vertical, sejam estabelecidos vínculos horizontais e novos meios de comunicação – com a criação de vínculos e de redes entre outras associações comunitárias –, sejam desenvolvidas habilidades no manejo dos recursos materiais, humanos, financeiros e naturais; e haja competentes relacionamentos com os mercados e as empresas que os constituem, na perspectiva do território⁵⁴ como espaço geográfico, sócio-cultural e político.

Este livro toma como referência o fato de que essas ações pontuais e isoladas acabam tornando-as susceptíveis às conseqüências negativas da globalização nos sistemas sociais e ecológicos. As iniciativas de base devem representar redes de territórios para influenciar as políticas em todos os níveis.

Por outro lado, em relação às organizações governamentais e não-governamentais que atuam no espaço rural, há uma necessidade de mudanças. É preciso que saiam de uma postura de intervenção autoritária e habilitem-se à mediação.

⁵⁴ Conceito a ser discutido na Parte II.

As instituições de ensino, pesquisa e extensão, os órgãos de cooperação técnica e os agentes financeiros devem entender que não há mais espaço para implementar proposta do tipo da "revolução verde". O contexto vigente exige práticas agrícolas que ajustem os sistemas de produção, combinando insumos internos em vez do uso intensivo de insumos "modernos" e sementes híbridas, considerando o conhecimento nativo dos agricultores na perspectiva agroecológica; ainda que seus profissionais assumam uma postura de animadores e facilitadores, ou seja, mediadores do processo de desenvolvimento, com habilidades para a gestão social compartilhada das comunidades e dos territórios.

Os administradores públicos, principalmente, devem mudar a postura de uma administração por resultados, quando se preocupam apenas em deixar a marca de seus ministérios ou secretarias, obedecendo cegamente às políticas macroeconômicas. A realidade de hoje exige que os tecnocratas (deixem de sê-los) se esforcem cada vez mais para fortalecer suas posições por intermédio de processos críticos de formulação de políticas públicas a partir das bases. Por isso, devem promover alianças que lhes permitam desenvolver e realizar diagnósticos e diferentes metodologias de investigação e capacitação. Por fim, essas organizações devem considerar a relação entre *comunitários* e *profissionais* como um processo de construção de saberes, baseada no princípio e na prática da participação.

Contudo, o problema do desenvolvimento, em tese, não é tão simples assim de ser resolvido. Nesta Parte I, um dos principais argumentos é a necessidade de alertar as sociedades política e civil e o setor privado, a fim de que tenham consciência da problemática, sejam inovadores em suas estratégias de organização, nas construções de parcerias e alianças para que possam criar novas formas de mediação como uma abordagem para a inclusão social. É importante também considerar o enfoque territorial como estratégia de inclusão social e o desenvolvimento sustentável como referência para a elaboração das políticas. Há necessidade ainda de que os mediadores encontrem formas de exercer influência nos processos econômicos, interagindo com as empresas dentro das cadeias produtivas, relacionando-se diretamente com os mercados. Para a melhoria das condições de vida dos excluídos socialmente, é importante também considerar a produção com produtividade, ou seja, a dimensão econômica no desenvolvimento sustentável.

Diante de toda essa discussão teórica que envolveu o *local*, o *território* e o *sustentável*, a crítica feita anteriormente, de maneira fundamentada, sobre o uso equivocado dos termos que têm esses conceitos como referência, é ratificada. Em outras palavras, usar as expressões *desenvolvimento local integrado susten-*

tável, desenvolvimento local sustentável, desenvolvimento territorial sustentável representa pleonasmos, pois o local é sinônimo de território; ambos são integrados e estão vinculados às perspectivas da sustentabilidade. Em função das observações colhidas neste trabalho, prefere-se utilizar os termos *desenvolvimento local ou desenvolvimento sustentável ou ainda, desenvolvimento territorial*.

Com o objetivo de levantar o problema vivenciado pelos quilombolas e pelos indígenas no Estado do Maranhão, foco central deste livro, histórias como exemplos dos processos de exclusão, oriundos de políticas neoliberais excludentes, implementadas por intermédio da intervenção autoritária, foram resgatadas.

PARTE II

QUILOMBOLAS E INDÍGENAS NO MARANHÃO: OS EXCLUÍDOS DOS EXCLUÍDOS



Reunião de sensibilização com comunidade quilombola.

"... a maior vergonha que passei na minha vida foi, quando no aeroporto, numa viagem internacional, não deixaram eu viajar e me prenderam. Acharam que meu passaporte era roubado (...) 'preto' maranhense é pobre e não pode viajar pro estrangeiro".

Participante negro do curso com quilombolas, em 15.5.2002.

O processo de exclusão social no Brasil apresenta características macro e contornos específicos, já abordados no tópico anterior. Neste item, destacam-se os processos de discriminação enfrentados historicamente pelas comunidades quilombolas e indígenas e a exclusão social dessas comunidades, a partir das experiências vivenciadas com elas no Maranhão.

2.1. Um Resgate da História da Discriminação

Uma síntese do resgate histórico da discriminação que esses grupos especiais têm enfrentado ao longo de suas existências se faz necessária, para ser possível entender o processo de exclusão social, uma das motivações para a elaboração deste trabalho. Da mesma forma, é importante compreender as diferentes denominações dadas ou assumidas no Brasil aos chamados negros, especialmente aqueles que permanecem no meio rural. Fabrina (2002), participante do curso dos quilombolas, trata disso em sua monografia de conclusão do curso:

Comunidades negras rurais – Fabrina Pontes Furtado (2002)

Desde 1549, quando chegaram os primeiros escravos no Brasil, até 1850, os navios negreiros trouxeram ao país cerca de 4 milhões de homens e mulheres, isso sem levar em consideração as crianças das escravas nascidas no país. Esse número corresponde a seis vezes mais escravos do que o número de escravos levados aos Estados Unidos. Além disso, o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão em 1888, talvez pelo motivo de a escravidão ter tornado o país possível. Assim sendo, o tráfico existiu por cerca de 320 anos, representando 64% do tempo de “vida” do país (SANTOS, 2001).

A forma predominante de trabalho para os escravos era a agricultura e o artesanato, o plantio e a mineração, a cozinha, o transporte, a construção e o abastecimento. Esse trabalho praticado pelos escravos era considerado, por muito tempo, uma desonra, ocorrendo em péssimas condições, jornadas compridas em que os escravos, além de passarem fome, eram violentados, torturados e, a eles, eram negados qualquer identidade ou expressões culturais (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2000).

Após algum tempo nessas condições aviltantes, os africanos descobriram uma forma de liberdade, fugindo em grupos pequenos para os matos. Assim, foram formadas as comunidades negras, chamadas de quilombos, como forma de resistência e luta, tendo suas experiências sociais e históricas específicas. A definição de quilombo dada pelo rei de Portugal, em 1740, citada pela Fundação Cultural Palmares (2000, p.11), foi que um quilombo “era toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem achem

pilões neles". No entanto, como cita a Fundação Cultural Palmares (ibid, ibid), a formação de quilombos, para Clovis Moura, "não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente".

A definição do quilombo como um lugar de negros fugidos, utilizada pela maioria das pessoas brancas da época (e ainda na atualidade), é uma das causas das dificuldades relacionadas à terminologia dada a essas comunidades existentes no Brasil hoje. As denominações são variadas: comunidades negras rurais, remanescentes de comunidades de quilombos, quilombos, terras de preto, entre outras. A esse ponto vale salientar que raramente essas designações nascem a partir do grupo social que as compõem.

O movimento negro introduziu a denominação de "comunidades negras rurais" para exatamente fugir dessa concepção de que os habitantes das comunidades eram negros fugidos, sendo algo isolado, vivendo para além da civilização, onde se negava a disciplina de trabalho. Além disso, é importante considerá-los pelo que são hoje, e como suas características foram construídas durante o tempo, assim deixando de vê-las somente como algo que sobrou da época da escravidão, como apenas "remanescentes" (WAGNER, 2000).

No entanto, o artigo 68o do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 5 de outubro de 1988, através da seguinte afirmação: "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos", denominou as situações sociais, originalmente chamadas de quilombos e de remanescentes das comunidades de quilombo (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2002). Outro problema relacionado a essa expressão é o fato de ela privilegiar o indivíduo em vez do grupo étnico, que seria possível com a denominação de comunidades remanescentes de quilombos, assim negando uma das principais características dessas comunidades: o coletivo (LINHARES, 2002).

(...) Quilombolas são populações negras que vivem no espaço rural e se auto-identificam como comunidades negras rurais, "terras de preto", quilombos, mocambos, povoados de negros e outras designações; são um segmento da população negra brasileira marcada pela resistência, organização e, principalmente, pela luta em defesa de direitos sagrados: terra, liberdade, cidadania e igualdade. Seus costumes e formas de vida têm características específicas, porém, o usufruto comum da terra é que tem mantido uma forma de resistência ao processo discriminatório de impedirlos de que se apropriem dos territórios onde trabalham e vivem (PVN/CCN e SMDH, 2002). Essas comunidades têm resistido a um exaustivo processo de tentativa de alcançar seus direitos enquanto cidadãos. (...).

Na tentativa de uma melhor compreensão das características das comunidades negras rurais, nada melhor que a definição dada por um quilombola:

'O quilombola representa a resistência do negro porque é o negro conquistando, sobretudo um território", transformando-o em espaço cultural de preservação de valores e construção de identidade como garantia de sustentabilidade coletiva' (quilombola da comunidade Rio de Peixes, Serrano – MA).

Esse depoimento é revelador das características das comunidades negras rurais existentes no Brasil hoje. Como Jara (2002) explica, a vida dessas comunidades objetiva-se no seu território, constituindo um fator fundamental de identidade, onde desfruta de vínculos de reciprocidade e solidariedade. É nesses territórios onde as comunidades preservam sua memória histórica de luta e resistência, seus hábitos e costumes, suas culturas afrodescendentes.

O território é intimamente ligado à cultura dessas comunidades onde são reproduzidas relações de parentesco e compadrio e uma forma específica e própria de convivência e trabalho. Ele representa um patrimônio étnico e histórico pelo qual as comunidades lutam para preservar. Daí a importância da terra e da territorialidade para as comunidades. Destruir ou ameaçar seus territórios representa um enfraquecimento de sua sobrevivência. Mas, mesmo assim, as comunidades vivem em conflito, lutando pelo direito de propriedade de seus territórios. E poucas já conquistaram.

As condições de exclusão das comunidades negras rurais em que predomina o trabalho familiar e o uso comum da terra com uma divisão própria de trabalho têm mais de uma dimensão. Primeiramente, por estar no meio rural, essas comunidades, como outras que vivem nesse meio, vêm sofrendo conseqüências desastrosas resultante do abandono dessa área e da incompreensão para com aqueles que nela vivem. Um fator de extrema importância para o entendimento da situação dessas comunidades está na sua história de luta e do negro no Brasil.

(...) No país, o Maranhão possui a terceira maior população negra, e a maioria reside no espaço rural. O Projeto Vida de Negro (PVN)⁵⁵ levantou quatrocentos e quarenta e três (443) comunidades negras quilombolas, localizadas em sessenta e dois (62) municípios maranhenses, disseminadas nas regiões da Baixada Ocidental, Baixada Oriental, Vale do Itapecuru, no baixo e no médio Mearim, baixo Pindaré, Turi, Munim, Gurupi e baixo Parnaíba. (...).

⁵⁵ O Projeto Vida de Negro (PVN), criado em 1988, numa parceria entre a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e o Centro de Cultura Negra (CCN), faz um levantamento das comunidades negras rurais no estado, estuda-as e identifica os problemas, principalmente aqueles ligados à legalização e à titulação das terras de negros.

A exclusão social dos negros tem sido recentemente discutida no âmbito da História e da Sociologia Política, motivada pelas recentes repressões policiais aos terreiros de Candomblé e aos bairros periféricos por eles habitados, bem como pela questão da posse da terra pelas comunidades negras rurais. Ela está fortemente evidenciada nos últimos censos econômicos e nos levantamentos socioeconômicos que têm sido realizados no país por diferentes motivos e pelos mais diversos programas e projetos. No texto da primeira Lei da Terra (1850), lembra Boaventura Leite (2003), os africanos e seus descendentes, considerados brasileiros, estão enquadrados numa categoria à parte chamada “libertos” e, “desde então, atingidos por todos os tipos de racismo, arbitrariedade, violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores por meio de testamento lavrado em cartório” (ibid, p. 2).

Ao mesmo tempo, em seu caráter estrutural, a formação social brasileira nega a existência das diferenças raciais, criando a ideologia do embranquecimento, justificada pela miscigenação. Como diz Matilde Ribeiro (2003), ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, “o 14 de maio de 1888 deu ensejo a uma sinistra simbiose: à omissão estatal em face das desigualdades e da discriminação racial, somaram-se a construção e a legitimação de um discurso que negava a existência e a gravidade do racismo no período pós-republicano” (RIBEIRO, 2003, p. 1).

Por mais de um século, o Estado brasileiro, os partidos políticos, os mais diferentes setores da sociedade civil, da academia à imprensa, fizeram parte da construção do mito da democracia racial, negando “as evidências do cotidiano” e (...) “criando um pitoresco modelo de relações raciais” (ibid, ibidem), onde, segundo Ortiz (1988), a “definição de uma identidade nacional mestiça surtiu um efeito homogeneizador, dificultando o discernimento entre as fronteiras e os efeitos da cor, a organização política dos de cor, chamados negros, tendo como principal consequência a permanência destes nos índices de marginalidade social” (ORTIZ, 1988, p. 36).

Até quase o final do século XIX, vigiam leis que proibiam o acesso de negros e negros livres ou libertos a escolas de qualquer nível. Isso revelava a “utilização do critério de cor/raça como elemento diferencial na distribuição de direitos e oportunidades” (RIBEIRO, 2003, p. 2), o que passou a ser usado por extensão nas mais diversas situações do cotidiano, possibilitando, por exemplo, ao branco pobre, a partir da identidade estabelecida com a escolaridade, ter mais possibilidades de ascensão social que um negro pobre.

As conseqüências são ainda visíveis, como comprovam dados obtidos na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 2001, compilados e disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), em 2002, em alguns indicadores tomados como exemplos⁵⁶:

- no ranking de pobreza, de doze estados que possuem mais de 50% de sua população afrodescendente em situação de pobreza, nove deles são do Nordeste e três da região Norte; mesmo o Estado de Santa Catarina, que possui a menor proporção de brancos pobres do país, os negros representam 34,9% da população pobre;
- a taxa de mortalidade infantil no Brasil entre os afrodescendentes é de 62,5%, contra 37,3% entre os brancos; para menores de 5 anos de idade, ela é de 76,1% entre os afrodescendentes e de 45,7% entre os de cor branca;
- os indicadores de educação também revelam desigualdades significativas entre os brancos e os negros, a despeito de terem apresentado uma melhoria para toda a população brasileira. Em 2001, as taxas de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais, afrodescendentes, são duas vezes mais elevadas, 18%, do que para os brancos, 8%. No Nordeste, 26% dos afrodescendentes e 19% dos brancos são analfabetos. O analfabetismo ainda revela taxas elevadas quando a análise de gênero: 8% dos meninos afrodescendentes entre 10 e 14 anos estão na condição de analfabetos; enquanto apenas 2,4% dos brancos, nessa mesma faixa, estão na mesma condição. Quanto às meninas, a taxa na mesma faixa é de 4,5% nas afrodescendentes; já entre as brancas é de apenas 1,3%. Em ambos os sexos, a taxa de analfabetismo das crianças afrodescendentes é quatro vezes mais elevada. As disparidades acontecem da mesma forma com os adultos entre 25 e 44 anos: 15,7% dos homens afrodescendentes são analfabetos; enquanto a taxa dos brancos é de 5,2%. Entre as mulheres afrodescendentes, a taxa é de 12,1%; e entre as mulheres brancas, 4,1%. Homens e mulheres afrodescendentes apresentam assim taxas de analfabetismo três vezes mais elevadas.

Entre essa população, considerando o auge da inserção produtiva, entre os 25 e os 44 anos de idade, a média de anos de estudo da população afrodescendente

⁵⁶ Vide o dossiê *Assimetrias raciais no Brasil*, alerta para a elaboração de políticas, publicado pela Rede Feminista de Saúde/Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (2003).

é de 5,8, enquanto a população branca, nesta mesma faixa, é de 8,1, o que representa uma diferença de 2,3 anos de estudo entre os dois grupos. Considerando os períodos de escolaridade entre as pessoas que possuem nível superior e/ou outro estudo adicional de pós-graduação, com 15 ou 17 anos de estudo, são afrodescendentes apenas 2,5%, enquanto os brancos chegam a 10%, quatro vezes mais.

Segundo levantamento do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), em 2002, o desemprego entre as negras era de 13, 2% contra 10,2% das brancas. Entre os homens, os negros ficam com 8,3% e os brancos com 6,5%.

Esses dados indicam que apesar da escolaridade aumentar para todos os brasileiros, o padrão de discriminação racial, revelado pelo diferencial entre os brancos e os negros quanto à escolaridade, mantém-se por gerações.

Muitos outros indicadores poderiam ser tomados com o intuito de revelar as conseqüências, para as populações afrodescendentes, da forte discriminação racial embutida na chamada “conspiração do silêncio”, como diz Sueli Carneiro (2003), sobretudo do ponto de vista do exercício da cidadania. Contudo, essas conseqüências são historicamente silenciadas e tornam invisíveis as relações raciais no Brasil.

Recentemente, a mídia trouxe à baila uma dimensão do racismo contemporâneo, divulgando amplamente o debate sobre o ingresso de alunos negros e carentes nas universidades por meio das cotas, revelando o impacto negativo causado sobre a população branca. Lembra Sueli Carneiro (2003) que “o argumento fundamental era o de que eles necessariamente “baixariam” o nível da universidade com suas deficiências educacionais consideradas crônicas e por sua falta de repertório cultural [indispensável para acompanhar a vida acadêmica], dada a má qualidade da escola pública de onde são oriundos”. Entretanto, embora seja prematuro afirmar com segurança, os primeiros resultados mostraram que o acompanhamento dado aos alunos ingressos por cotas atuou positivamente, pois todos tiveram bom desempenho, apesar de não terem prestado vestibular.

Hoje, as estatísticas estão sendo amplamente divulgadas. As pesquisas têm revelado o diagnóstico da discriminação racial, mas a contradição permanece quando se trata de propostas de ações corretivas imediatas para o tratamento do problema do racismo em nossa sociedade. Busca-se um desenvolvimento com justiça social, mas é necessário possibilitar espaços de reflexão e de construção de novos territórios de resistência e combate às práticas discriminatórias consagradas, às práticas seculares de exclusão social.

Os primeiros focos de resistência dos africanos surgem no período colonial, reaparecem no Brasil República, com a frente negra brasileira (1930-1940) e retornam no período de redemocratização do país, nos anos 70 e nos últimos vinte anos. Os descendentes de africanos em todo o território nacional vêm se organizando em Associações Quilombolas reivindicando o livre exercício de suas práticas, crenças e valores, além do direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para a moradia e o sustento.

A seguir, um paralelo entre a questão das terras dos quilombolas e a dos indígenas, embora, segundo Ilka Boaventura Leite (2003), são questões “semelhantes apenas quanto aos desafios e embates já visíveis, no plano conceitual (quanto à identificação do fenômeno referido) e no plano normativo (quanto à definição do sujeito do direito, os critérios, etapas e competências jurídico-políticas)”. Não é por acaso que a luta pela terra vem se dando através dos tempos, seja pela demarcação, no caso dos indígenas, seja pela titulação das terras que ocupam, no caso dos afrodescendentes.

Somente a partir da Constituição de 1988, resgatando uma dívida histórica e moral para com os afrodescendentes, com o artigo 68 das Disposições Transitórias que prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, a luta começa a ganhar expressão nacional e o debate ganha cunho político. Configuram-se novas questões de identidade que perpassam a luta pela cidadania. Surgem novos sujeitos sociais, novos territórios, ações e políticas de reconhecimento.

Nem é preciso lembrar que ao longo do processo de formação social brasileira, de acordo com a autora supracitada,

o usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais tornaram-se, cada vez mais, moeda de troca, configurando um sistema disfarçadamente hierarquizado pela cor da pele e onde a cor passou a instruir níveis de acesso (principalmente a escola e a compreensão do valor da terra), passou mesmo a ser valor embutido no negócio. Processos de expropriação reforçaram a desigualdade desses negócios, de modo a ser possível hoje identificar nitidamente quem foram os ganhadores e perdedores e quem, ao longo deste processo, exerceu e controlou as regras que definem quem tem o direito de se apropriar (BOAVENTURA LEITE, 2003, p. 2).

Em consonância com a autora acima, o traçado da fronteira étnico-cultural na constituição da nação brasileira esteve, portanto, marcado pela preservação do território invadido e ocupado no processo colonial e por inúmeros conflitos de

terra ainda hoje presentes. Para os afrodescendentes, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra, tanto quanto para os índios tem sido a luta pela demarcação de suas terras. Daí ser possível falar, acrescenta Boaventura Leite (op.cit., p. 1), em “uma antropologia das sociedades indígenas que esteve durante todo o último século enfocando como tema de reflexão a autonomia cultural destes povos e a sua luta pela demarcação das terras”.

O Estado brasileiro, em relação aos indígenas, mantém uma legislação protetora e instituições e projetos assistencialistas. Tais atitudes, em virtude do nítido protecionismo, acabam por contribuir com um processo de discriminação também histórico, pois os torna dependentes e, de certa forma, sem autonomia. Com trezentos mil índios distribuídos em 206 nações, falando cento e setenta línguas nativas e com cinquenta e seis grupos ainda, não contatados, no Brasil (CCN, 2000), (...) a relação de discriminação, violência e conflitos, não tem sido diferente. Estes se iniciaram por ocasião do deslocamento dos índios para as missões onde formavam as aldeias, no período colonial. Na época do Império, esses conflitos acentuaram-se com a retirada dos índios de seus territórios tradicionais relocando-os para formarem as aldeias. Essa situação perdura até hoje com o sistema de terras indígenas, pois sempre surgem situações em que tentam retirá-los de suas terras originais. O cerne desses conflitos entre brancos e índios tem sido, até os dias de hoje, a luta pela posse da terra. A decretação de áreas reservadas tem se dado a passos lentos e às custas de muita pressão.

O Conselho Indigenista Missionário, reportando-se a situação de violência contra os povos indígenas no Brasil, no período de 1994-1995, assim se expressou:

(...) A omissão do poder público na proteção das terras indígenas e a falta de uma política assistencial adequada têm levado grande parte da população indígena no Brasil é ser faminta, doente, alcoolizada, prostituída, num processo de deterioração que em alguns casos chega às raias da autodestruição, seja por suicídio ou conflitos internos. Mostram ainda que as iniciativas legítimas de pressão do movimento indígena pelo respeito aos direitos constitucionais são tratadas tanto (...) como 'casos de polícia', onde não são economizados atos de terror que vão de ameaças de morte, espancamentos, torturas a ofensas morais, entre outras. (...) Contudo, o importante é que apesar das violências que lhes são impingidas os povos indígenas não se intimidam e, a cada dia, dão mostras de resistência, combatividade e esperança, seja fortalecendo suas organizações tradicionais e/ou criando novas formas organizativas, num processo crescente de conquista e autonomia (1996, p. 103).

No Maranhão, não tem sido diferente. A terra indígena Krikati, em conflito por mais de um século, é um exemplo. O estado destaca-se ainda por ter uma população indígena em torno de dezoito mil índios pertencentes a nove nações: Tehetehara (Guajajara), Awá (Guajá), Kaapor (Urubu), Timbira, Krikati, os Pukobiê (Gavião), Ramkokamekra e Apaniekra (Kanela) e os Krepu'm Kateyê (remanescentes Timbira)⁵⁷. As terras indígenas no Estado somam dezesseis e destas, as Krikati e Awá não foram homologadas.

O Maranhão possui a segunda maior população indígena do Nordeste (aproximadamente 5% da população indígena do país e 0,33% da população total do estado). O Conselho Indigenista Missionário (1988) destaca que os povos indígenas no Estado do Maranhão dividem-se em dois troncos lingüísticos: os Tupi-Guarani {Tehetehara (Guajajara), Tembê, Kaapor (Urubu) e Awá (Guajá)} e os Timbira {Ramkokamekra e Apaniekra (Kanela), Krikati, Krepu'm Kateyê e Pukobiê (Gavião)}.

O notório quadro de discriminação em relação aos índios e negros, ainda hoje difícil de reverter, apesar dos esforços, atinge também os favelados, os menores abandonados, os homossexuais, as mulheres, os trabalhadores rurais, enfim, os pobres excluídos socialmente. Assim sendo, numa tentativa de compreender o processo histórico de discriminação das comunidades quilombolas e indígenas, é imperativo que se discuta a exclusão social dessas populações tradicionais.

2.2. A Exclusão Social⁵⁸

Os questionamentos que surgiram durante a experiência de campo e a memória das situações vividas e observadas no curso, ajudada pela reflexão da bibliografia existente, possibilitaram a compreensão das vinculações entre racismo e desenvolvimento, passando pelas questões de etnia e de gênero até chegar à exclusão social. Isso consolidou o reconhecimento dessas vinculações como um dos empecilhos para a igualdade de oportunidades e possibilitou uma visão de como o racismo se reconstrói e se rearticula cotidianamente com outros sistemas de subordinação das classes sociais rurais, das mulheres e dos homens deste país.

⁵⁷ Documento elaborado por lideranças indígenas maranhenses entregue a representantes do Banco Mundial, no dia 19 de novembro de 2003, em São Luís – MA, sob o título *Propostas e sugestões a serem apresentadas aos representantes do Banco Mundial*.

⁵⁸ Este tópico teve como referência os elementos teóricos amplamente discutidos na Parte I deste livro, ou seja, neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, fatores determinantes da exclusão social.

A inferioridade com que se tem tratado o rural tem raízes históricas, que não são aprofundadas nesta obra. Porém, é bom lembrar que a ciência moderna, com base na racionalidade instrumental, torna mais eficazes certos dualismos como cidade/campo, homem/mulher, abstrato/concreto, sujeito/objeto, espírito/corpo, ao transformá-los em universais, tomando como referência algumas experiências dominantes, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais.

Historicamente, o conceito de desenvolvimento remete ao modelo hegemônico, que o vincula estritamente ao paradigma da economia que interpreta os eventos econômicos como desligados de importantes elementos de interação humana. Ignora que as relações de poder não são igualitárias e são fortemente afetadas pela economia: pobres e mulheres estão sempre em situação de desigualdade. Os esforços hercúleos despendidos bem como as verbas empregadas de forma exorbitante, na promoção do desenvolvimento, não resultaram em frutos capazes de eliminar a pobreza e o analfabetismo, não permitiram que os excluídos enfrentassem a exclusão social, não foram capazes de promover a distribuição da riqueza e a igualdade social.

Numa perspectiva mais crítica, o conceito de desenvolvimento passou a vincular-se à idéia de democratização do acesso a bens, recursos e tecnologias; e a uma visão linear que não se mostra efetiva. Nos últimos anos do milênio, contribuições advindas da ONU colocaram o conceito de desenvolvimento como oportunidade e como humano, destacaram a valorização estratégica da educação e do conhecimento e a preponderância dos indicadores sociais e políticos sobre os econômicos.

Pode-se ir além, caso se considere o conceito alternativo defendido por Carlos Jara (2001) quando diz que o desenvolvimento “está nas coisas que as pessoas podem fazer e nas realizações que definem o ser e não o que elas podem ter. Trata-se de enriquecer a vida humana e a expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, orientadas para a satisfação das necessidades essenciais a todas as culturas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, identidade e liberdade” (JARA, 2001, p. 24). Mas, promovê-lo, continua um desafio. E, como se já não fosse grande esse desafio, visto assim em seu aspecto global, outro componente é a ele acrescido: a questão de raça e etnia, de suma importância, porque está imbricado na realidade.

Entra em pauta também a noção de pobreza. A maior parte da população afetada pela negação de acesso às necessidades básicas e pelas precárias condições de renda e trabalho vive nos territórios rurais, e aí também se revelam mais nitidamente os elementos de discriminação racial e de discriminação da

mulher, que também perdura na sociedade brasileira, levando a desvantagens diretamente relacionáveis à pobreza.

Um estudo realizado pelo economista Marcelo Paixão (2003), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), usando dados do Censo 2000 do IBGE e aplicando a metodologia do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) para definir pobreza, mostra que a taxa de pobreza entre os negros é de 48,99% mais alta do que entre os brancos, e é também um problema das metrópoles. Mostra ainda que a concentração da pobreza entre negros é um problema nacional e aponta a existência de 46,8% de negros abaixo da linha de pobreza. Entre brancos, a taxa é de 22%. A mulher negra encontra-se na base da pirâmide no mercado de trabalho. O nível de escolaridade não garante a igualdade de salário para mulheres negras ou brancas quando o concorrente é homem branco.

Embora a renda se expresse como o elemento fundamental, a pobreza não é essencialmente uma categoria de natureza econômica e não se expressa unicamente pela carência de bens materiais, mas caracteristicamente implica restrições qualitativas.

Assim, a redução da desigualdade é favorecida pela distribuição de outros fatores que se encontram diretamente ligados às políticas assistencialistas, clientelistas e compensatórias e se revelam associados a sistemas de produção tradicionais, particularmente em locais em que a agricultura familiar foi desprezada historicamente pelas elites brasileiras por não ter possibilitado a todos o acesso à propriedade da terra.

Num levantamento prévio ao planejamento do III Curso de Desenvolvimento Sustentável, o IICA constata, por intermédio de Carlos Jara (2001), que

a sociedade maranhense, em particular, tem uma dívida de justiça com as comunidades negras rurais, os quilombos, as terras de preto. Porque, além da pobreza, mais de um século após a abolição da escravatura, qualquer indicador social que seja analisado: emprego, educação, renda, mortalidade infantil, esperança de vida, participação, expressa os afrodescendentes em grande desvantagem (JARA, 2001, p. 2).

Dessa forma é que a principal missão dos governantes do Maranhão deve estar "centrada em resgatar a dívida social com essas comunidades pobres rurais do estado, com o objetivo de criar uma sociedade solidária e livre das persistentes formas de discriminação, particularmente manifestadas nas desigualdades econômicas, políticas e sociais" (ibid, ibid).

Com certeza, essa dívida social não é restrita ao Maranhão, visto que, de acordo com o último censo (2000), 45% da população brasileira foi constatada ser de “pretos” e “pardos”, o que estritamente falando significa ser afrodescendente. E, nas regiões Norte e Nordeste, essa porcentagem chega a quase 70%.

À medida que o mundo rural foi se modificando, sem muitas possibilidades de avanço, por falta de políticas estruturantes, foi perdendo os mecanismos e as estratégias tradicionais de subsistência, responsáveis por sua capacidade reguladora da pobreza que manifesta uma causalidade complexa e multidimensional de raízes históricas e profundas. Em todo o Maranhão, a pobreza aumentou de forma dramática, e o quadro social de miséria e de exclusão social é preocupante. E, como novamente enfatiza Jara, “uma exclusão ancorada num imaginário que fixa a pobreza como marca de inferioridade, revelando ainda o peso do passado escravista que reproduz diferenças e desigualdades. Comunidades negras inferiorizadas, que têm o dever da obediência, merecedoras de assistência e proteção, mas não de direitos” (ibid, p. 3).

Essa realidade foi favorecida por uma história carregada de práticas discriminatórias, projetos assistencialistas e com seus impactos de subalternidade e dependência, criando uma pluralidade de centros locais de dominação. Ela é preocupante, mas tende a ser modificada à medida que as comunidades vão tomando consciência de sua situação, redescobrem o valor da sua identidade cultural e de seus direitos e vão se constituindo como sujeitos.

Já com relação aos índios, a exclusão é diferente. São discriminados pelos não-índios como pessoas esquisitas, preguiçosas e agressivas, imagem, de certa forma, mantida pela relação de dependência com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Para alguns brasileiros, são populações remanescentes “dotadas de tecnologia rudimentar, morando em pequenos grupos e isolados nas matas, prestes a desaparecer diante do avanço da modernização, cada vez mais inexorável e globalizada” (OLIVEIRA, p. 7). De acordo com pesquisa realizada, em 2000, pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA) e o Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope), os três maiores problemas dos índios são a invasão de suas terras, o desrespeito à sua cultura e as doenças transmitidas pelo contato com os brancos. Todos eles são problemas decorrentes da convivência dos índios com os brancos. Isso sem contar que a maior parte de suas terras ainda não foi demarcada. Esses pontos são destaques atuais, pois a história mostra uma relação fortemente marcada pela discriminação do índio com o homem branco.



PARTE III

A MEDIAÇÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS: UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE



Caminhada com a comunidade quilombola sob a coordenação de uma monitora.

“Precisamos primeiro saber qual é o problema que a comunidade está enfrentando. Se enfrentarmos todos juntos, teremos mais força. Vamos nos unir, tentar mudar a partir de si mesmo, não falar só no eu, e sim, em nós, porque assim teremos mais força. Um lápis só é fácil de quebrar, mas, vários juntos, não”.

Professor quilombola, município de Guimarães, em 9.7.2002.

Este tópico trata da mediação como uma abordagem necessária e importante para o trabalho com grupos sociais, a partir da constatação que se tem da realidade do ponto de vista do contexto nacional, institucional e principalmente do conhecimento *in loco* da situação das comunidades rurais pelo Brasil afora. Apresenta a compreensão desse processo e como as atividades de capacitação com as populações tradicionais quilombolas e indígenas têm sido desenvolvidas. Ao fazer isso, os detalhes de como se processou a prática de campo com essas comunidades são explicitados, com destaque para as particularidades de cada grupo, o que mostra a flexibilidade de a metodologia ser ajustada e adequada conforme a realidade em respeito aos sujeitos do processo.

São demonstrados também os avanços metodológicos que o trabalho com as comunidades quilombolas propiciou, e que foram incorporados ao trabalho com os índios. Também são relatados os avanços que este último grupo possibilitou.

3.1. A Necessidade da Mediação

A discussão desenvolvida na Parte I instiga à conclusão de que as transformações na composição política, geográfica, econômica, social e cultural ocorridas no mundo, principalmente na última década do século passado, têm afetado direta ou indiretamente a sociedade, apontando para novos paradigmas. O movimento de globalização diminuiu a força do Estado, atribuindo-lhe novos papéis, e oportunizou o surgimento de novas institucionalidades. Em consequência, os organismos locais foram chamados a intervir em seus ambientes para a mobilização da sociedade e exploração de suas potencialidades, como forma de se relacionarem com autonomia frente a esse processo de internacionalização da economia.

No Brasil, se presencia, nos últimos anos, a transferência de funções e responsabilidades da Federação para os estados e municípios e dos estados para os municípios, o que desafia a sociedade a assumir a tomada de decisão, a execução de atividades, a gestão de recursos e a prestação de serviços anteriormente atribuídos ao Estado. Essas novas ações do Estado acabam por implementar processos de descentralização, de municipalização e de desconcentração territorial da economia nacional.

Nesse contexto, a sociedade passa a assimilar novas concepções e conceitos, a reformular conceitos já discutidos e a enfatizar a dimensão territorial do desenvolvimento, também discutida na Parte I, considerando as pessoas e as instituições envolvidas em certos segmentos de reprodução social como atores

sociais. Passa a atuar no espaço rural delimitado por um território e a considerar que as comunidades devem explorar características e potencialidades próprias, na busca de novas atividades que lhes tragam vantagens comparativas de natureza econômica, social, política e tecnológica, numa relação harmoniosa com a natureza e tendo a agricultura familiar como instrumento.

Como consequência desse processo, diferentes formas de intervenção vêm se dando, na maioria dos casos, de forma autoritária, ainda que no discurso apresentem-se como participativas. Por outro lado, surgem experiências de intervenção participativa, o que corresponderia hoje ao que se chama de *mediação*, abordagem adotada nos cursos do IICA com o intuito de capacitar e formar técnicos e comunitários para atuarem no desenvolvimento, na perspectiva da sustentabilidade. O processo de capacitação busca sensibilizar os profissionais e os comunitários por intermédio das mais diversas formas de comunicação e interação; busca despertá-los para a necessidade de compartilhar ações entre eles próprios e suas organizações para o melhor conhecimento da realidade e de suas próprias potencialidades no sentido de desenvolver a capacidade de atuar influenciando as políticas.

A problemática dos afrodescendentes e dos indígenas no Maranhão, que ao longo dos séculos vêm sendo excluídos, está ligada às políticas intervencionistas, autoritárias e até mesmo clientelistas, que não encontraram soluções para os conflitos que vivenciam, ainda como marca do passado.

Assim é que se lançou mão da Abordagem e Metodologia de Intervenção Participativa dos Atores (Inpa), como base para o trabalho de planejamento do desenvolvimento sustentável. A metodologia vem sendo construída ao longo das experiências concretas com as comunidades, utilizadas para o desenvolvimento do segmento prático do curso. Devidamente orientados desde o planejamento, os alunos vão ao campo, considerando o que foi trabalhado no segmento teórico-prático de metodologias participativas, para construir uma experiência de planejamento participativo junto com comunidades de municípios ou de determinadas regiões por eles eleitas, com base em critérios de exclusão social. Nessas atividades, contou-se com a participação de outros facilitadores ou de monitores, sempre de acordo com a necessidade.

A abordagem desenvolvida foi sistematizada no livro da série *metodologias participativas*: a Intervenção Participativa dos Atores (Inpa), publicada pelo IICA no ano de 2000. Entretanto, ao longo dos anos, a prática de campo realizada com diferentes grupos possibilita construir novos caminhos, dinâmicas de grupo, novas vivências, incorporar as sugestões e as experiências dos próprios alunos

dos cursos, criando novas práticas⁵⁹. Alguns dos avanços resultantes do processo de construção desenvolvido no trabalho de campo dos últimos cursos (como avanços metodológicos, instruções voltadas para a autonomia e outros) foram incorporados neste livro.

De acordo com aquela publicação, a metodologia sugerida

apresenta-se basicamente como uma concepção dialética de trabalho, uma forma de ver a realidade de modo crítico, buscando articular, num processo integral e completo, a participação dos envolvidos. (...) Ela tenta superar os aspectos meramente formativos e de capacitação, transformando-se num momento privilegiado de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade, no sentido de fazer com que os participantes possam sentir-se como sujeitos do processo de capacitação, construindo com eles a possibilidade de sua atuação, no desenvolvimento territorial/local, como sujeitos conscientes, críticos e interativos. (FURTADO; FURTADO; 2000, p. 67).

É sabido que as práticas que têm sido adotadas no desenvolvimento rural têm limites históricos e institucionais que acabaram por não apresentar saídas duradouras para os problemas do campo. Por essa razão, a tônica sobre a reflexão dessas práticas e sobre o conhecimento do contexto mais amplo em que se situam levam a uma sistematização num processo de teorização (ação-reflexão-ação). A seguir, um novo caminho do ponto de vista metodológico a dar

um novo rumo à capacitação como um processo dinâmico e contínuo que conduza a um processo transformador. Dessa forma, a abordagem pedagógica a ser utilizada não se limita ao 'treinamento de técnicas e desenvolvimento de habilidades pontuais e descontextualizadas' (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 45 e p. 67).

Os procedimentos metodológicos, ainda segundo os autores, apontam para as seguintes questões:

incorporar a visão das pessoas das comunidades sobre o contexto; trazer o processo de tomada de decisão para elas; excluir o paternalismo e o assistencialismo; promover uma combinação democrática entre o conhecimento local e o formal; criar condições para que as comunidades possam levantar suas necessidades concretas e superar seus problemas e iniciar um processo de organização, ou reforçá-la onde exista (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 69).

⁵⁹ Um exemplo concreto é o trabalho de levantamento da realidade, que antes era feito por meio de representantes das comunidades e hoje é feito diretamente pelos comunitários, com participação ampla dos mesmos, deixando para os representantes apenas a sistematização que, mesmo assim, é socializada e consolidada nas comunidades e sob a própria coordenação dos representantes dessas comunidades.

Em síntese, e já incorporando os avanços conseguidos na própria experiência de planejamento participativo construída nos cursos, a orientação do trabalho com as comunidades direciona-se para a observação dos seguintes pontos, incorporados também o enfoque de gênero: a) sensibilização da comunidade para o conhecimento da realidade, e realização coletiva do autodiagnóstico; b) levantamento conjunto dos problemas, potencialidades, ameaças e oportunidades, a partir desse autodiagnóstico; c) priorização dos problemas e potencialidades como fruto da discussão com os comunitários; d) levantamento da visão de futuro; e) construção de ações estratégicas; f) definição de programas e projetos; g) redação preliminar do plano.

Essa orientação é flexível, adequada à realidade e necessidades do grupo social trabalhado. Pode, em alguns casos, chegar às ações estratégicas e partir para os projetos, como foi o caso das comunidades afrodescendentes. No caso dos indígenas, o trabalho foi realizado nas aldeias das diferentes etnias somente até o levantamento da visão de futuro, com a elaboração de uma agenda de prioridades, dadas as dificuldades de tempo e de compreensão por eles conseguida naquele período do curso (o tempo foi um fator limitador). As outras etapas serão trabalhadas por ocasião do início da implementação do plano de capacitação continuada, em fase de implementação.

A mediação acontece, portanto, por intermédio da participação, tendo em vista a ação conjunta, o senso de responsabilidade, a valorização da cultura local, a valorização dos conhecimentos e saberes, o processo de conscientização, a construção coletiva.

Esses aspectos aqui levantados têm a perspectiva do desenvolvimento sustentável e possibilitam uma construção na direção de uma nova postura da sociedade diante dos desafios do presente e do futuro, consistindo num novo paradigma de desenvolvimento. Exigem, portanto, uma mudança em algumas questões culturais e em relação ao comportamento dos indivíduos, sendo fundamental o diálogo e a participação. Implicam um processo educativo de construção coletiva no qual os atores sociais e institucionais são os protagonistas do processo.

3.2. A Formação e a Capacitação dos Mediadores

Esse processo vem sendo desenvolvido nas atividades de capacitação, diagnóstico e avaliação aplicadas pelo IICA, sempre tendo em vista a concepção de formação como um processo permanente e fortemente marcado pela reflexão sobre a prática. Como tal, o ponto de partida é sempre o conhecimento da reali-

dade, das pessoas, dos grupos e da realidade concreta em que estão inseridos na vida e no trabalho.

3.2.1. O conhecimento prévio da realidade

Essa etapa consiste numa visita de reconhecimento, um primeiro contato com os possíveis participantes do curso e com seus territórios. Possibilita uma primeira aproximação com a realidade a ser trabalhada. Constitui um marco na consolidação do planejamento do curso, na seleção dos participantes e na definição da grade curricular a ser desenvolvida.

3.2.1.1. Negros – Projeto Identidade

O trabalho com o desenvolvimento sustentável hoje é um desafio que estimula a construção de novos relacionamentos territoriais, como forma de enfrentar a pobreza rural, e busca alternativas que possibilitem as próprias comunidades enfrentarem esse desafio. Movidos por essa premissa, e abrindo um espaço de oportunidades de desenvolvimento, acesso ao conhecimento e integração social às comunidades negras rurais e comunidades quilombolas, historicamente excluídas e isoladas, foi realizada uma viagem de reconhecimento⁶⁰ a esses tipos de comunidades existentes no Maranhão, localizadas nos municípios de Cururupu, Mirinzal, Guimarães e Alcântara; Itapecuru–Mirim, Miranda do Norte, Vargem Grande e Codó, que compreendem as regiões da Baixada Maranhense e Itapecuru.

Essa viagem possibilitou a elaboração de um projeto que foi denominado Projeto Identidade, cujo objetivo mais amplo foi o de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas e programas de combate à pobreza rural no Maranhão mediante a construção de uma nova modalidade de intervenção institucional compartilhada, baseada na formulação de estratégias territoriais e sustentada na criação de redes intercomunitárias de cooperação, por intermédio de ações de capacitação e formação de capital humano destinadas a facilitar os processos de planejamento de programas e projetos de desenvolvimento local sustentável. O projeto apresenta uma proposta de capacitação para o planejamento participativo do desenvolvimento sustentável como parte da estratégia de mediação que, antes de tudo, representa uma forma de resgatar a grande dívida social com as comunidades negras rurais do estado.

⁶⁰ Viagem realizada por representantes do IICA (coordenador e facilitadores do processo de capacitação) e por representantes do Governo do Estado do Maranhão.

Dessa forma, a viagem de reconhecimento foi o marco para o planejamento do curso e para a definição das atividades que seriam desenvolvidas com os alunos e com as comunidades onde o trabalho de planejamento, ato prático do curso, se realizaria. A continuidade das ações mediadoras do desenvolvimento seria, por outro lado, uma forma de garantir a extensão das ações iniciadas durante o curso, garantir o atendimento às reais demandas das comunidades e manter vivo o projeto de alavancar o processo de autonomia dessas ações iniciadas.

Extratos do Projeto Identidade – IICA – Carlos Jara (2002)

Um dos desafios críticos do Projeto Identidade é procurar articular a experiência do IICA no desenvolvimento do capital social e no planejamento interativo do desenvolvimento local sustentável nos territórios rurais e, particularmente, nas comunidades afro-maranhenses, com a principal missão do PCPR – MA centrada em resgatar a dívida social com as comunidades pobres rurais do estado com o objetivo de criar uma sociedade solidária e livre das persistentes formas de discriminação manifestadas nas desigualdades econômicas, políticas e sociais. A sociedade maranhense tem uma dívida de justiça com as comunidades negras rurais, mocambos, quilombos e terras de preto, porque, além da pobreza, mais de um século após a abolição da escravidão, qualquer indicador social que seja analisado (emprego, educação, renda, mortalidade infantil, esperança de vida, participação) expressa os afro-brasileiros em grande desvantagem. É urgente desenvolver uma forma de intervenção institucional que considere as especificidades culturais das comunidades negras, possibilitando a integração de identidades, a compreensão da diferença, uma ativa participação social; e não a reprodução dos relacionamentos de subalternidade.

Nessa perspectiva, cria-se um marco estadual conseqüente de políticas públicas que reconhecem os direitos humanos básicos, contribuindo para a erradicação da pobreza e a promoção sustentável do desenvolvimento local. O PCPR incorpora uma ética de solidariedade com o destino das comunidades afrodescendentes e passa a dar importância significativa a um segmento populacional que apresenta um conjunto diversificado de peculiaridades sociais e culturais, formas singulares de viver e produzir e uma riqueza inestimável de música, artes, técnicas, religião, trabalho, maneiras de produzir e de habitar os territórios.

Ainda assim, o objetivo de ampliar as condições de protagonismo das comunidades rurais afrodescendentes coloca o desafio de reconstruir ou adaptar a experiência institucional acumulada junto aos portadores locais de um projeto territorial de desenvolvimento partindo do reconhecimento

da identidade cultural e da construção de novos relacionamentos, um novo tecido organizacional capaz de expressar a força das energias espirituais e dos vínculos de solidariedade e colaboração. Trata-se de contribuir à construção de uma forma alternativa de intervenção e organização social em escala territorial, capaz de abrir um ambiente favorável para o desenvolvimento do capital social, captando a importância da cooperação e da interdependência, e evidenciando a energia transformadora da identidade, das percepções coletivas e das horizontalidades. Cada comunidade negra representa uma especificidade, um feixe de potencialidades a serem valorizadas, abrindo novas oportunidades de renda e trabalho. As identidades singulares podem ser alinhadas numa estratégia de desenvolvimento territorial única, como categoria mobilizadora que entusiasma o coletivo.

A idéia de contribuir à formulação de estratégias territoriais de desenvolvimento para as comunidades negras da Baixada Maranhense e Itapecuru se fundamenta num processo organizacional baseado nos princípios de integração e autonomia social. É fundamental apoiar e estimular o desenvolvimento de uma estrutura organizacional mais aberta e integrada, em escala territorial, criando uma lógica de redes, uma sinergia que anime o movimento social e, ao mesmo tempo, respeite a autonomia das comunidades locais; estimular a construção de redes intercomunitárias que possam oferecer reciprocidades aos esforços e reivindicações das outras redes sociais e, também, dos atores institucionais; sustentar essas redes num processo de formação da identidade coletiva, interpretada como auto-identificação das pessoas e comunidades com uma realidade comum, um senso de pertença da própria pessoa ao grupo e, ao mesmo tempo, as diferenças e identificações que os outros fazem dela⁶¹.

Neste marco estratégico, trata-se de formular projetos específicos de desenvolvimento local que tenham a propriedade de se vincular aos outros, segundo uma lógica de redes, acentuando as complementaridades.

3.2.1.2. O reconhecimento dos territórios indígenas

Dada a diversidade e especificidade da realidade dos sujeitos participantes do evento, os indígenas são o foco agora, o IICA decidiu, mesmo antes de iniciar a etapa de planejamento do curso, fazer a viagem de reconhecimento em busca de elementos para elaborar a grade curricular com base na realidade e selecionar os participantes junto às comunidades. Foram visitadas dezoito aldeias em duas semanas e, segundo a sugestão dos próprios indígenas, cada aldeia indi-

⁶¹ J. Habermas, *Para a reconstrução do materialismo histórico*, Brasiliense, São Paulo, 1985.

cou seus representantes por considerar essa forma um processo mais democrático. A equipe de coordenação do curso acatou a sugestão, mas recomendou critérios. Os indicados a participar deveriam falar e escrever em português, ter disponibilidade de se ausentar das aldeias durante sete semanas e, ainda, assumir a responsabilidade de continuar o trabalho.

O reconhecimento foi de suma importância porque possibilitou uma primeira aproximação com a realidade dos índios e permitiu que alguns ajustes fossem feitos na programação, especialmente na estrutura do trabalho de campo. Várias diferenças culturais foram observadas, principalmente com relação à língua e aos costumes, hábitos alimentares, vestimentas, organização e lazer, e ainda quanto à relação familiar. Outro ponto identificado foi o de que quanto menos contato com o branco, mais vivência em harmonia com os parentes e com a natureza foi percebida, e mais conseguiam preservar suas culturas. Nas aldeias em que o contato com os brancos é mais freqüente, presenciou-se incidência de epidemias, alcoolismo, drogas e prostituição, destacando as reservas indígenas cortadas pelo asfalto, pelas linhas de alta-tensão e as eletrificadas. Constatou-se também que a relação com a Funai é de dependência assistencialista e se dá de forma autoritária.

Dada a diferenciação entre as etnias que participariam do curso, logo se viu que dificilmente se identificaria um território com mais de uma aldeia e que, por isso, a atividade prática deveria se realizar em, pelo menos, uma aldeia por etnia, respeitando as diferenças culturais das diversas etnias que estivessem representadas, para permitir um planejamento exequível.

Ao se identificar, durante a viagem, que haveria dificuldades de comunicação entre os facilitadores do curso e as diferentes etnias e, principalmente, entre elas – a comunicação entre essas etnias seria quase impossível –, além da questão da escolaridade, que estaria quase restrita aos professores, ao chefe de postos, aos caciques e a alguns jovens, a preocupação com o processo de construção coletiva levou a convidar alguns ex-alunos de cursos anteriores para atuar como monitores. Chamá-los a participar desde o início do curso foi uma decisão importante para que pudessem vivenciar e se familiarizar com as características singulares que o curso deveria apresentar, bem como garantir o nível de compreensão dos alunos no trabalho, principalmente com os conteúdos teóricos, acompanhando-os nos grupos de estudos e trabalhos práticos.

3.2.2. Capacitação I: o segmento teórico



Curso dos quilombolas. Dinâmica com “quebra-cabeças”, objetivando a participação, o incentivo e a cooperação.

O curso para os afrodescendentes foi o segundo realizado pelo IICA no Maranhão e o décimo no Brasil. Como os outros, esse foi planejado para ser desenvolvido em dois momentos. No primeiro, de conteúdo essencialmente teórico (*vide* a grade do curso no Anexo I), foram trabalhados os fundamentos e temas referentes ao contexto mundial e nacional, ao desenvolvimento sustentável, ao planejamento municipal e às metodologias participativas. No segundo, foi desenvolvido um trabalho de campo, que possibilitou aos participantes um exercício prático de planejamento comunitário e municipal.

Ao iniciar o curso, que tinha 35 participantes, entre representantes das comunidades negras rurais e quilombolas e dos movimentos negros, técnicos e técnicas⁶² – agrônomos, técnicos agrícolas, economistas, administradores, advogados, professores, assistentes sociais e profissionais atuantes em comunidades

⁶² Era a primeira vez que se trabalhava com grupos especiais, no caso um grupo pertencente às chamadas populações tradicionais, o que representou uma aprendizagem. Em outros cursos, a realidade dos técnicos facilitadores era mais próxima do cotidiano de trabalho da equipe, o que não requeria tanto esforço para compreender o contexto dessas populações.

quilombolas –, os facilitadores e alguns participantes perceberam a necessidade de leitura da realidade e precisaram de muita sensibilidade para captar aquilo que as falas, os olhares, os gestos e as expressões corporais indicavam. As palavras nem sempre diziam tudo. Estava se vivendo um mundo diferenciado do que era costume nesses cursos. O grupo era especial, com muita ternura, com os estigmas da discriminação social e com uma visão de mundo singular. Vários foram os embates e os debates em que a sensibilidade e a postura reflexiva de um ou de outro facilitador, em sua maioria homens “brancos”, iam construindo, ou não, os laços do entendimento para início do diálogo. Esses laços iniciais eram prenúncios de que se iria, ou não, conseguir desenvolver os conteúdos, tão “estrategicamente planejados”. “Ao se abrir a boca”, para ser bem claro, as pessoas já se revelavam. Expressões como “a coisa está preta”, “deu um branco”, “está claro?”, “a pobreza não tem cor”, “a ovelha negra”, “as mulatas”, “as morenas” soavam aos seus ouvidos como “bombos” e suas faces transfiguravam-se. Isso ecoava forte e repercutia muito nos facilitadores. Foi uma construção lenta, mas muito rica. As músicas, comumente utilizadas nos intervalos, eram sempre acompanhadas de dança e faziam o tempero do relacionamento. Era a descontração. Dessa forma, os exemplos, os trabalhos de grupo e as vivências com a música e as danças iam compondo o contexto.

Logo no início, observou-se que os conteúdos planejados necessitavam de um pano de fundo que possibilitasse fazer a sua ligação com o contexto particular do grupo. Percebeu-se que era necessário realizar um seminário para a socialização dos conteúdos específicos, principalmente os relativos à história, à luta do grupo e aos direitos sociais já conquistados ou em processo de conquista. Foi se refletindo sobre o currículo, foi se alterando, ajustando e construindo, em unidade, esse currículo. A linguagem foi sendo adequada e as posturas, transformadas. A metodologia de trabalho cada vez mais foi se firmando com base no diálogo, na reflexão, na construção coletiva: exposições dialogadas, dinâmicas de grupo, dramatizações, desenhos, fitas de vídeo, letras de músicas, poesias e trabalhos de grupo dinamizavam e traziam os conteúdos para a realidade do grupo.

Vieram a prática de campo, o trabalho com as comunidades, a inserção no real e no concreto vivido, trabalho que será abordado mais adiante, no item Capacitação II: o segmento prático. É de se destacar, por ora, apenas a riqueza da experiência de algumas comunidades, distantes do contexto do município, que se organizaram para a sobrevivência quase que por conta própria, à custa de seu esforço e até mesmo de seu sacrifício. Pena que nem todos os facilitadores puderam desfrutar dessa vivência, que representou a compreensão do que é ser negro, apesar de ter sido historicamente esmagado e assim se encontrar

dentro de nós. Para os alunos, essa vivência representou a certeza e a consolidação das possibilidades de autonomia e de empoderamento e conquista da cidadania plena.



Curso dos indígenas. Apresentação de trabalho de grupo.

Em relação ao curso dos indígenas, tudo estava preparado, o planejamento já havia sido aprovado. O curso estava em via de se viabilizar por completo. A viagem de reconhecimento, mencionada anteriormente e realizada por uma equipe multidisciplinar e interinstitucional, mudou o rumo de muita coisa, já às vésperas do início do curso.

Confirmaram-se os 500 anos de massacre de uma cultura que só pedia espaço e liberdade para viver, conforme seu direito de primeiros habitantes do território brasileiro. Contudo, a realidade é muito mais dura do que se esperava. Somente conhecendo-os mais de perto, em suas próprias reservas, é possível entender a tremenda dívida que se tem com eles. A sensibilidade de quem trabalha com Educação Popular já havia alertado de que seria necessária toda uma “pré-disposição”, uma disposição antecipada, para descobrir os interesses e as aspirações desse grupo e penetrar neles. A experiência anterior vivida com afrodescendentes deixou algumas lições, entre as quais a de buscar conhecimento prévio da realidade do grupo social. E mais: a adequação do local de trabalho, a sensibilização de todos os facilitadores, a adequação da grade do curso aos

interesses dos alunos, a socialização de alguns conhecimentos básicos ao desenvolvimento do curso, por meio de seminário introdutório, e principalmente a flexibilidade para ajustar os conteúdos a serem trabalhados.

No curso para os indígenas, foi difícil entender e planejar como “ensinar” aos índios, pois seria um curso de desenvolvimento sustentável. A que ponto se chegou? Não seria arrogância um curso com esse objetivo? Esse pensamento criou um sentimento de insegurança, que fez com que houvesse aprofundamento nas leituras e um mergulho em sua música, pois era o que se tinha de mais próximo naquele momento, dois meses antes do curso. A música era forte e penetrava fundo, abrindo a mente e a alma, aumentando a disposição para ouvir, receber, aprender. E, se não fora isso, estar-se-ia “em maus lençóis” ou, pelo menos, em outro mundo muito distante e de difícil aproximação.

Para o curso, escolheu-se um local próximo da natureza e que facilitava estar ao ar livre, para não fugir muito da realidade dos índios⁶³. Essa aproximação da realidade é crucial em todos os aspectos da capacitação, ao se trabalhar com populações tradicionais. As primeiras semanas de curso foram em sala de aula. Eram 32 alunos de sete etnias, dos quais apenas três eram mulheres. “Elas não podem se afastar dos seus filhos por muito tempo” – explicou um dos caciques. Mesmo em relação aos homens, foi difícil conseguir que se afastassem por tanto tempo do cotidiano da aldeia, devido à ligação muito forte que têm com suas famílias. Logo, o desenvolvimento do curso teve de ser reestruturado em módulos de duas semanas, mas intercaladas por uma outra de folga, para que pudessem retornar às suas aldeias. O horário das aulas também teve de ser reajustado e o cardápio, adequado aos seus hábitos alimentares.

O grupo era bastante heterogêneo. Contava com a participação de técnicos agrícolas, professores, caciques, pajés, chefes de postos e índios com diferentes graus de escolarização. Por exigência deles, a seleção dos participantes do curso foi feita por eles, decidida no Conselho da aldeia, sem observância dos critérios de seleção sugeridos e já apontados. A sugestão de indicação de cinco ou seis, para que, entre estes, dois fossem selecionados foi contestada. Os caciques argumentaram que ninguém deveria ser indicado pelas instituições, porque depois “aqueles que não fossem escolhidos iriam passar vergonha diante de todos da aldeia”. O processo realmente foi democrático, segundo seus princípios e valores. A lição foi aprendida e não houve questionamentos, mesmo conscientes de que estratégias teriam de ser planejadas para lidar com a he-

⁶³ O curso foi realizado no Centro Dehoniano de Treinamento, da Paróquia de Santa Inês, no município de mesmo nome.

terogeneidade referente ao nível de escolarização, de conhecimento da língua portuguesa e dos conteúdos básicos para o desenvolvimento da temática do curso, pontos estes já destacados anteriormente.

O curso desenvolveu-se de forma a haver alternância entre a teoria e a prática e teve, na abordagem da Inpa, a base para o trabalho de planejamento do desenvolvimento sustentável, primando-se pela consideração dos sujeitos indígenas como ponto de partida para todas as atividades. Em outras palavras, por meio de dinâmicas vivenciais, os índios eram questionados, a sua atuação e suas respostas eram observadas e os conteúdos teóricos e práticos eram adequados à cognição deles, tudo sempre em relação íntima com seu mundo concreto de vivência. Para isso, a coordenação pedagógica, além da colaboração dos professores, contou com a dos monitores convidados, que se organizaram em três coordenações de campo.

A primeira semana de curso ocorreu em sala de aula. Planejou-se um seminário introdutório, com a participação de especialistas no tema, oportunidade em que foram abordados os assuntos: a questão indígena no Brasil e no Maranhão, o contexto nacional e internacional do desenvolvimento sustentável e as políticas de combate à causa da pobreza (Anexo II, grade do curso). No transcorrer desse primeiro momento, os índios, muitos deles pela primeira vez num curso dessa natureza, portavam-se atentos, porém silentes em todos os sentidos. Os temas pareciam “distantes” de suas expectativas, de sua própria realidade. Buscou-se, então, rever, a cada dia, o que havia sido compreendido no dia anterior, mas os resultados não foram muito animadores, quando se tratava da análise dos conteúdos trabalhados e das atividades desenvolvidas.

Resolveu-se, então, mudar a dinâmica do trabalho. A turma foi dividida por etnia para a realização de trabalhos em grupo, porque, assim, haveria a possibilidade de trocas mais próximas entre pares, da tradução para a língua nativa, o que garantiria o entendimento e a associação imediata com situações de seu cotidiano, fosse para confirmar ou rejeitar as idéias em pauta.

Mesmo assim, os conceitos teóricos pareciam não tocá-los. Daí tomou-se uma decisão radical: o ponto de partida para trabalhar os conteúdos teóricos deveria ser uma vivência, uma dinâmica ou uma experiência concreta, situação da qual pudessem abstrair os conceitos que se pretendia trabalhar. Isso demandou, como diria Bourdieu, uma “escuta sensível”, muita preparação, mas, antes de tudo, flexibilidade para mudar o curso dos eventos de aprendizagem, quando fosse necessário.

A essa altura, a agenda inicial do curso já não era mais a mesma. A solução foi sair da sala de aula e incluir visitas, músicas, eventos culturais, danças, fogueira, moqueada⁶⁴, lazer, como eventos não só integrantes, mas motivadores dos conteúdos curriculares. Esses momentos foram de sensibilização e de preparação para o desenvolvimento de postura investigativa sobre a realidade, que provocaram reflexão e construção de novos conhecimentos.

O conteúdo sobre Estado e sociedade permitiu trabalhar a organização da sociedade política e civil na sociedade não indígena. Organizou-se um cronograma de visitas e solicitou-se às pessoas das instituições escolhidas que explicassem o seu funcionamento, tendo sido orientadas sobre como proceder nas suas explicações, para garantir a compreensão, pelos índios, sobre governo, Estado, riqueza, pobreza, aculturação e exclusão social. Durante as visitas, os índios passaram a ser investigadores da realidade, devendo observar, questionar, entrevistar e registrar o que viam e ouviam dos diferentes tipos de organização, sempre retornando aos pequenos grupos e, após os eventos, ao grande grupo, para, com base nas constatações, refletirem sobre os conteúdos teóricos.

Foram visitadas as seguintes organizações não-governamentais: Associação de Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (Assema); Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco do Maranhão (AMTR), Cooperativa de Pequenos Agricultores do Lago do Junco (Coopalj); Escola Familiar Agrícola do Lago do Junco; Centro do Trabalho Indígena (CTI), que conta com a participação de comunidades indígenas e onde se visitou uma fábrica de polpa de fruta; Centro de Educação e Pesquisa e uma propriedade rural que adota o sistema agroflorestal; o MST, que possibilitou uma visita a um assentamento e a um acampamento; e a Associação dos Favelados de São Luís e uma favela. Foram visitadas as seguintes organizações governamentais: o Poder Judiciário, o Executivo, o Legislativo, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do município de Santa Inês. Visitaram ainda um *shopping center* em São Luís, onde puderam fazer o contraponto entre a pobreza e a riqueza e refletir sobre os valores da sociedade capitalista.

Nas duas semanas seguintes, foram discutidas as visitas, com tudo o que tinha sido observado na prática de campo, seus diários, e, sempre a partir da compreensão que eles tiveram, foram tirados os temas para aprofundamento teórico, tais como: auto-sustentação dos povos indígenas no Maranhão; Estado e sociedade; biodiversidade: relação sociedade-natureza; economias de reciprocidade e de mercado, entre outros.

⁶⁴ Carne ou peixe assados na brasa.

Assim, o curso foi se desenvolvendo, numa construção permanente. Enquanto isso ia se aprofundando a compreensão sobre o índio, pois “as suas formas atuais e diversas de organizar a vida e de construir as relações entre as pessoas, com a natureza, com a terra, com o sagrado, nos desafiam a pensar de maneira menos universalista” (BONIN, 2001, p. 1). Com isso, logo se derrubou a idéia da categoria única, universal, chamada de “índio”, conforme entendimento bastante ingênuo, como se todos fossem iguais. Isso a convivência com as sete etnias revelou no início do curso, ao se perceber que apenas duas delas conseguiam comunicar-se entre si. Buscou-se aprofundar o conhecimento das diferenças, o que possibilitou entender sua luta pela autonomia e pelo respeito à diversidade étnica e cultural.

3.2.3. Capacitação II: o segmento prático

Normalmente, nos cursos realizados, o segmento prático consiste na realização de prática de planejamento participativo destinada à elaboração de planos municipais para os municípios selecionados, oportunidade em que os alunos do curso refletem sobre os conhecimentos teóricos adquiridos nas aulas e sobre os diferentes temas, enquanto se torna propício um processo de construção coletiva na sociedade civil. No caso dos afrodescendentes, em vez de elaborar um plano municipal, decidiu-se chegar à etapa das ações estratégicas territoriais, realizando um trabalho mais direto com todas as comunidades, por meio de reuniões *in loco*, para, em seguida, escolher representantes para a sistematização dos dados colhidos, que dariam informações sobre o município e, ao mesmo tempo, possibilitariam levantar os territórios com a participação direta dos comunitários.

Na preparação do trabalho de campo, capacitandos e facilitadores elaboraram a programação das atividades a serem realizadas nas comunidades, construindo fichas metodológicas (agendas) para a realização do autodiagnóstico, a identificação dos elementos do planejamento e a elaboração do plano de ações estratégicas, e, ainda, confeccionando os recursos audiovisuais a serem utilizados.

Em linhas gerais, a programação constava de: viagem para as comunidades selecionadas a fim de conhecê-las e mobilizá-las para o trabalho; reuniões destinadas a sensibilizar as diferentes comunidades afrodescendentes para a leitura de sua realidade, objetivando a construção das Ações Estratégicas e Projetos; escolha de quatro representantes (homem, mulher, jovem e idoso), ao final de cada reunião, para participarem de duas oficinas de construção das Ações Estratégicas e Projetos (perfis); implementação do processo construtivo

do autodiagnóstico nas comunidades pelos participantes do curso, facilitadores, representantes comunitários e comunitários em geral, pesquisando sobre a realidade, levantando problemas, potencialidades e futuro desejado, conhecendo a comunidade (caminhadas) e os comunitários (entrevistas – história de vida) e refletindo juntos os conceitos trabalhados; preparação para a primeira oficina a ser realizada com os representantes das comunidades; Primeira Oficina para a Construção do Autodiagnóstico Intercomunitário, a partir do autodiagnóstico das comunidades – nesse momento, devem ser levantados, sistematizados e priorizados as ameaças e oportunidades, o futuro desejado e as opções estratégicas das comunidades; retorno às comunidades para a socialização das informações levantadas na primeira oficina, consolidando a atuação dos comunitários e participantes do curso como sujeitos do processo – ao mesmo tempo, é importante levantar as possíveis soluções para iniciar o processo de identificação dos projetos no âmbito das comunidades; segunda oficina para sistematização das soluções e construção dos projetos e, ainda, construção do modelo Gestão do Território; retorno às comunidades para socializar a proposta dos projetos e da gestão, propiciando aos comunitários promover alterações, ajustes e inclusões nas propostas, consolidando-os como sujeito de todo o processo, discutir os procedimentos para continuidade das atividades de formação dos territórios e definir ações para consolidação das redes intercomunitárias.

No caso dos indígenas, a programação teve outro encaminhamento, embora tivesse sido pensado trabalhar como no curso dos afrodescendentes, porém por regiões. Logo o conhecimento da realidade mostrou que território para eles dizia respeito a cada aldeia em particular, mesmo em relação àquelas de uma mesma etnia. Assim, não se poderia fazer o trabalho intercomunitário.

É visível esse processo de construção coletiva ao longo da experiência prática com as comunidades, o que reforça a importância dessa troca de experiências, saberes e reflexão na ação conjunta entre dois mundos de linguagens, aspirações e perspectivas tão diversas. Além disso, esse processo propicia momentos ricos de reavaliação de práticas, crenças, conceitos e ações no trabalho com comunidades, que chamam a atenção para a riqueza de cultura, espaços e valores presentes em seu cotidiano, os quais, na maioria das vezes, não se encontram em registros oficiais, em livros e escritos acadêmicos. Daí a importância de que se valorizassem e registrassem os momentos de troca vividos, as falas, as reflexões, as descobertas, os conhecimentos novos construídos na busca da possibilidade de um futuro a que aspiram e em cuja definição querem tomar parte.

A seguir, serão descritos como se deu o trabalho de campo no curso dos afrodescendentes e, logo após, no curso dos índios. Antes dessa descrição, é importante esclarecer que um curso dessa natureza não pode ficar limitado ao espaço da sala de aula. Como aprender a elaborar um planejamento participativo com comunidades, sem vivenciar isso na prática? É claro que a experiência de campo representa apenas a iniciação num processo que requer muito mais do que é possível fazer no espaço de tempo restrito disponível, dado o significado político que esse trabalho tem para as comunidades. A experiência tem mostrado que, apesar das limitações, alunos e comunitários realmente se sensibilizam e passam a acreditar que é possível mudar, buscar autonomia, ganhar poder, fazer parte e desempenhar papel ativo no desenvolvimento.

3.2.3.1. Trabalho de campo: comunidades afrodescendentes

Conforme a programação do curso, após ser encerrado o último segmento teórico relativo à metodologia do trabalho de campo, e com o desenvolvimento de uma atividade prática e reflexiva sobre essa metodologia, fez-se o planejamento para o trabalho nas comunidades. Esse planejamento culminou com a elaboração de uma ficha metodológica, uma agenda de trabalho, contemplando as diferentes reuniões e oficinas e a confecção dos materiais a serem usados para cada uma das etapas do trabalho, ou seja: mobilização, reuniões de sensibilização, levantamento de dados, primeira, segunda e terceira oficinas de sistematização com os representantes das diferentes comunidades e reuniões nas comunidades para a socialização dos dados sistematizados nas oficinas.

É claro que o planejamento realizado é referência para o desenvolvimento do trabalho, mas insistiu-se com os alunos que era de suma importância que se chegasse, com os comunitários, a um nível de reflexão e compreensão da dimensão política desses encontros e que, para tal, era necessária uma dinâmica de trabalho mais complexa e intensiva do que as reuniões eram capazes de gerar. Portanto, adequar o planejamento ao tempo disponível é entender que, muito mais que apresentar o produto, um plano, é importante garantir o processo de construção coletiva em todas as etapas supostas para sua realização. A construção de um processo de emancipação das comunidades nesse trabalho é a sua própria essência, é a razão de ser do trabalho de campo, que não pode ser visto apenas como prática ou tarefa do curso. Se assim for, estará se perdendo um importante espaço de interlocução, cheio de potencial para alavancar o processo de autonomia das comunidades e de contribuir para a construção do desenvolvimento sustentável.

A seguir, o autodiagnóstico, ponto de partida e coração do trabalho de campo, será explicitado de forma detalhada.

O autodiagnóstico

O autodiagnóstico consiste no levantamento da realidade feito pela própria comunidade, momento em que todos procedem a uma reflexão sobre sua origem, quem são eles, o que têm e para onde querem ir. Esse processo compreendeu quatro fases de trabalho: reunião de sensibilização, levantamento da realidade pelos comunitários, oficinas com os representantes e a socialização das oficinas nas comunidades. A partir da primeira oficina, os dados coletados foram analisados e sistematizados numa construção também coletiva, agora com os representantes, para a sugestão de propostas com vista à resolução de seus problemas, cuidando sempre para promover a socialização com todos os comunitários, depois de vencida cada etapa. Dessa forma, foram realizadas três oficinas e as correspondentes etapas de socialização.

Como orientação para o trabalho dessas fases, foram elaboradas fichas metodológicas, especificando as atividades, objetivos, técnicas usadas e procedimentos (*vide* Anexo III). Para o levantamento de dados com as comunidades, foram elaboradas fichas de orientação para a pesquisa, que, além de servir como roteiro, ajudaram no registro de informações sobre as próprias comunidades, porque muitas delas não têm registros sobre seus membros e até mesmo sobre seus próprios limites geográficos. Associadas aos desenhos do passado, presente e futuro, fornecem elementos para o levantamento dos problemas, das potencialidades e do futuro desejado.

Foram trabalhadas, na Baixada Ocidental Maranhense, 23 comunidades, das quais 6 ficavam em Guimarães e 17 em Mirinzal, Serrano, Central e Cururupu. Na região dos Cocais foram trabalhadas 29 comunidades, sendo 10 em Codó e na região de Itapecuru e 19 em Itapecuru-Mirim.

1ª FASE: Reunião de sensibilização



Curso com quilombolas. Dinâmica "passado, presente e futuro", utilizada para integração do grupo e conhecimento de suas realidades.

Primeiramente, a reunião de sensibilização foi realizada com o objetivo de os participantes, comunitários e alunos do curso se conhecerem, iniciando, assim, um processo de integração em cada uma das comunidades. Um outro objetivo dessa reunião foi conhecer a realidade das comunidades e estimular um processo de reflexão sobre a mudança dessa realidade. Para que esse objetivo fosse atingido de maneira espontânea, participativa e construtiva a partir dos comunitários, foi usada a técnica do painel da realidade em três tempos: passado, presente e futuro. O procedimento dessa técnica deu-se a partir de trabalho de grupo, em que, um de cada vez, por meio de desenhos e de sua explicação, representaram o passado, presente e futuro de suas comunidades. Na oportunidade da apresentação de cada grupo, esse processo foi estimulado por meio de questionamentos sobre as mudanças ocorridas do passado para o presente e as possíveis mudanças do presente para o futuro, de acordo com o que desejam para sua comunidade.

Dessa maneira foram trabalhados temas transversais, como auto-estima, identidade, cultura, valores, hábitos, normas, costumes, manifestações culturais,

etnia/raça, patrimônio como processo histórico, território, participação, cidadania e desenvolvimento sustentável, sem que os conceitos fossem formalmente mencionados antes. Somente durante ou após a discussão dos dados da realidade e do questionamento dos comunitários, quando revelavam sua compreensão, é que os conceitos foram formalizados.

A partir dos painéis, incentivou-se uma reflexão sobre os instrumentos metodológicos do planejamento estratégico (*problemas* – pontos fracos; *potencialidades* – pontos fortes; e *futuro desejado*) e despertou-se a importância do pleno conhecimento da sua própria realidade. Para isso, houve orientação para que eles se agrupassem por área de interesse (educação, saúde, organização social, cultura e lazer, produção e infra-estrutura), a fim de investigar e discutir com todos os comunitários sobre esses aspectos. Dinâmicas de grupo foram usadas (*vide* ficha metodológica das reuniões de sensibilização – Anexo III) não só para facilitar a expressão e promover a reflexão, como para reforçar os temas transversais mencionados anteriormente.

Também foi trabalhada a questão da representatividade para que os comunitários escolhessem, de forma legítima, quatro representantes de suas comunidades para participarem das oficinas. Esses representantes foram escolhidos de forma a abranger os diversos grupos: homens, mulheres, jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais, entre outros. Além disso, durante a reunião, as fases do trabalho e os objetivos foram devidamente explicados. Antes do final da reunião, acertou-se o cumprimento da tarefa da pesquisa autodiagnóstica, ou seja, o autodiagnóstico comunitário. Para tanto, foram distribuídas fichas de orientação para a coleta de dados pelas áreas já mencionadas (*vide* Anexo IV). Solicitou-se que, na medida do possível, todas as casas fossem visitadas para o envolvimento de todos os comunitários.

Essa etapa também procurou sensibilizar os atores institucionais e sociais para a importância desse trabalho para o município, além de solicitar apoio ao poder público municipal para sua efetivação. Todos foram informados da nova abordagem de trabalho, que considera o plano de desenvolvimento sustentável fruto de construção coletiva. A sensibilização permeou toda a elaboração do planejamento, por ser um processo contínuo.

2ª FASE:

Levantamento da realidade – autodiagnóstico comunitário – acompanhamento



Priorização de problemas e destaque de potencialidades, utilizando a dinâmica de “carinhas”.

É importante destacar que o estudo da realidade compreendeu levantamento prévio realizado por meio de documentos, registros, publicações, entre outros, dos dados secundários: história das comunidades, aspectos geográficos e demográficos, infra-estrutura física, infra-estrutura sociocultural, recursos naturais, aspectos econômicos dos setores primário, secundário e terciário, agrupados pelas dimensões econômica, sociocultural, ambiental, tecnológica e político-institucional do desenvolvimento sustentável.

Completando o estudo, foram coletados os dados primários resultantes da compreensão da realidade pelos comunitários, destacando-se os entraves e aspectos positivos que estão dificultando, ou que poderão facilitar, o processo de mudança na perspectiva da sustentabilidade.

Após a sensibilização dos comunitários para o trabalho coletivo do autodiagnóstico, essa fase iniciou-se formalmente com o acompanhamento dos grupos ou das comissões formadas pelos comunitários, divididas pelas áreas de educação, saúde, organização social, cultura e lazer, produção e infra-estrutura. Na verdade, esse levantamento iniciou-se com a análise das fichas orientadoras do

autodiagnóstico pelos grupos ainda na reunião, oportunidade em que, com as discussões coletivas, foram, em alguns casos, parcialmente preenchidas. Na maioria das comunidades, para complementar os dados e para o conhecimento da realidade na prática, foram feitas caminhadas exploratórias, em que, além da observação, eram feitas perguntas instigadoras para melhor conhecimento e até mesmo para melhor compreensão da realidade.

Após a coleta de dados, cada grupo apresentou o resultado específico de seu trabalho e, como complemento, uma lista de problemas e potencialidades daquela área. Os dados foram sistematizados por área (agrupando-se os parecidos e os repetidos) e contados para que se verificasse a frequência (F). Em seguida, foi avaliada por intermédio de votação a gravidade de cada problema e a intensidade de cada potencialidade. Isso foi realizado por meio da técnica das "carinhas". Para os problemas, foram confeccionadas "carinhas" vermelhas, com as seguintes expressões: séria, feia e chorando, representando, respectivamente, o problema fraco (ao que foi atribuída nota 1), o médio (nota 2) e o forte (nota 3). Para as potencialidades, foram confeccionadas "carinhas" verdes, com as seguintes expressões: fisionomia *normal*; *rindo*; e *feliz*, correspondendo, respectivamente, à potencialidade fraca (nota 1), à média (nota 2) e à forte (nota 3). As pessoas eram orientadas a colocar cada problema, abaixo de cada "carinha", e depois cada potencialidade da lista que haviam elaborado em grupo, conforme a avaliação de sua gravidade. A intensidade foi calculada pelo número de pessoas que votaram, multiplicado pela pontuação da "carinha". Exemplo: $I = 3$ (pessoas que votaram) \times 2 (valor da "carinha" média) = 6. O total foi calculado pela soma da frequência com a intensidade ($T=F+I$), que foi usado para classificar os problemas e as potencialidades por importância que têm na comunidade.

Em seguida, fez-se uma lista do futuro desejado de cada comunidade, retornando-se aos desenhos do presente e do futuro, seguida desta pergunta, feita como motivação: "O que desejamos para o futuro da nossa comunidade?". Analisando o futuro desejado à luz dos problemas, das potencialidades, das ameaças e das oportunidades e refletindo sobre o que desejavam e sobre o que era possível realizar, chegou-se à visão de futuro. Vale ressaltar que foram utilizadas dinâmicas de grupo para reforçar o entendimento sobre problemas, potencialidades e o futuro desejado das comunidades.

Exemplo do cálculo da priorização segundo a intensidade (I)

Guimarães, 18.7.2002

POTENCIALIDADES	I (intensidade) $a = F_a \times \text{nota}$ $b = F_b \times \text{nota}$ $c = F_c \times \text{nota}$ $d = F_d \times \text{nota}$ $(a+b+c+d):4$
Grande quantidade de frutas regionais	$a = 0(1)+0(2)+6(3) = 18$ $b = 0(1)+0(2)+6(3) = 18$ $c = 1(1)+6(2)+6(3) = 13$ $d = 0(1)+0(2)+6(3) = 18$ $18+18+13+18 = 67 \Rightarrow 67:4 = 16$

Um exemplo da priorização dos problemas e das potencialidades de uma comunidade de Guimarães, bem como as listas de problemas, potencialidades e visão de futuro, depois de priorizados de uma outra comunidade do município de Serrano, pode ser visualizado no Anexo V.

Primeira oficina: construção do autodiagnóstico intercomunitário



Curso com quilombolas. Construção do autodiagnóstico intercomunitário.

Ao se iniciar a primeira oficina, momento de análise e sistematização dos dados levantados nas comunidades, foram apresentados os trabalhos de cada comunidade, por meio da visualização móvel dos painéis de passado, presente e futuro e das listas elaboradas nas comunidades contendo problemas, potencialidades, ameaças, oportunidades e visão de futuro. O conjunto dos representantes presentes na oficina foi dividido em quatro grupos, respeitando-se a representatividade das comunidades, ou seja, em cada grupo havia um representante de cada comunidade. Daí em diante, cada grupo ficou responsável pela sistematização das áreas pesquisadas. Os dados relativos a problemas e potencialidades coletados por comunidade foram sistematizados para que houvesse, como produto final, uma só lista do conjunto das comunidades e pudesse ser verificada a frequência. Os próprios representantes foram, aos poucos, agrupando os problemas parecidos até chegarem a uma denominação que melhor incluísse os problemas de mesma natureza. O mesmo foi feito com as potencialidades.

A partir dessa lista única de problemas e potencialidades do conjunto das comunidades, verificou-se a sua intensidade, utilizando-se a mesma técnica usada no levantamento do autodiagnóstico (as "carinhas"). Para finalizar essa

parte do trabalho de grupo, houve discussão sobre a lista do futuro desejado das comunidades, para cuja sistematização e priorização utilizou-se o mesmo procedimento anterior.

O resultado adquirido pelos grupos (sistematização por área) foi socializado em plenário, para depois ser calculada a intensidade única do conjunto de comunidades. Isso foi calculado pela soma das intensidades de cada grupo, dividida por quatro: $I = (I_a + I_b + I_c + I_d) : 4$. Depois de obtida a intensidade, calculou-se o total ($\text{total} = I + F$) como se fez no levantamento do autodiagnóstico comunitário, para priorizar os problemas e as potencialidades por importância.

De posse dos problemas priorizados, discutiu-se que oportunidades a comunidade teria para resolvê-los e o que faria para afastar as ameaças. Foram feitas, dessa forma, as listas das ameaças e oportunidades, procurando-se sempre refletir a realidade das comunidades representadas (*vide* Anexo VI).

É importante destacar que, na oficina, o processo de análise, sistematização e priorização foi construído pelos grupos de representantes das diferentes comunidades e tudo, depois, foi socializado nas suas respectivas comunidades. Essa experiência comprovou a capacidade de reflexão e análise das pessoas simples das comunidades sobre sua própria realidade, sobre suas peculiaridades locais, quando são consideradas sujeito do processo de construção coletiva, que parte de onde estão. Pode-se dizer, portanto, que se trata de processos educacionais emancipatórios necessários ao desenvolvimento local sustentável.

No Anexo VII, há um exemplo de como os representantes agruparam os problemas trazidos do autodiagnóstico das comunidades, juntando os similares e adequando a linguagem (o mesmo foi feito com as potencialidades); no Anexo VIII, um exemplo de como ficou a lista, após a priorização, incluindo ameaças, oportunidades e futuro desejado.

Socialização e legitimação do autodiagnóstico intercomunitário

As informações levantadas na primeira oficina foram socializadas e legitimadas pelos representantes comunitários nas suas respectivas comunidades junto com os alunos do curso. Todas as comunidades foram percorridas para esclarecimento de dúvidas. Nessas reuniões comunitárias, foram levantadas as possíveis soluções dos problemas intercomunitários com vista a iniciar um processo de identificação das possíveis soluções para, então, identificar os projetos e as ações estratégicas.

Segunda oficina: possíveis soluções, projetos e gestão do território



Curso com quilombolas. Debates sobre possíveis soluções e sobre construções de projetos e modelo de gestão dos territórios.

Ao se iniciar a segunda oficina, foi feita uma sistematização das possíveis soluções coletadas nas comunidades. Essa sistematização, ou seja, a consolidação das possíveis soluções parecidas e/ou repetidas, foi realizada por área, em trabalho de grupo, tal como na primeira oficina. Para chegar a esse resultado, solicitou-se aos participantes que agrupassem os problemas de cada área, para que se pudesse resolvê-los por um só caminho (opção estratégica). Após a sugestão dos diferentes grupos, houve a apresentação e, em seguida, a sistematização. Seguindo o mesmo caminho do autodiagnóstico, o processo construtivo das opções estratégicas nas comunidades foi dividido em duas fases. O primeiro iniciou-se com a socialização e a legitimação do autodiagnóstico intercomunitário, ocasião em que as comunidades discutiram com seus representantes os resultados da primeira oficina, e o segundo iniciou-se com a segunda oficina, momento em que os grupos trabalharam as possíveis soluções, a partir das quais foram levantados os projetos e as ações necessárias para atingirem os objetivos esperados. Conseqüentemente as opções estratégicas e os projetos. O resultado foi uma lista única, intercomunitária, de possíveis soluções, opções estratégicas, projetos e ações de cada problema, por área (*vide* o Anexo IX).

Essa oficina dedicou-se a finalizar, em grupo, a sistematização e a definição dos projetos e das ações e, principalmente, criar o fórum, fechar o modelo de gestão e continuar a discutir e sistematizar a noção de redes territoriais. Um exemplo de ações e projetos propostos para a solução dos problemas, conforme foram sistematizados na oficina dos representantes comunitários.

Socialização dos dados da segunda oficina nas comunidades

Após a oficina, os dados sistematizados foram trabalhados nas comunidades por seus representantes, com o acompanhamento dos alunos, tal como ocorreu na primeira oficina. O objetivo era referendar e legitimar o trabalho dos representantes e a socialização e legitimação das propostas de projetos, seu detalhamento e desdobramento nas comunidades, que também tiveram a oportunidade de sugerir outros projetos e ações.

Terceira oficina: projetos, ações, fórum e modelo de gestão



Curso com quilombolas. Construção de redes territoriais. Atividade coordenada por um aluno.

Durante a oficina, foram desenvolvidas várias dinâmicas, conforme a ficha metodológica do Anexo X, para provocar a reflexão dos comunitários, partindo de algo concreto do seu cotidiano: a rede de pescar. A rede intercomunitária foi, en-

tão, trabalhada, fazendo-se a ligação com os territórios, conforme a sua própria vivência cotidiana e compreensão.

A avaliação final mostrou que os representantes compreenderam o objetivo do trabalho, consideraram suas expectativas atendidas além do esperado, assumiram o compromisso de animar as comunidades para a continuidade do trabalho e solicitaram a continuidade das ações iniciadas.

Assim, em todo o trabalho, buscou-se fortalecer a instância local por meio da participação de todos, promovendo a mudança social e consolidando a cidadania. A mudança social passa pela organização da sociedade civil, na qual a responsabilidade não é apenas de um sujeito, mas, sim, de todos que estão, de alguma forma, comprometidos com o planejamento do seu desenvolvimento, na perspectiva da sustentabilidade.



Curso com indígenas. Dinâmica da "estrela" para trabalhar a auto-estima dos participantes.

O processo de construção do Plano de Desenvolvimento Territorial

O processo participativo e de decisão democrática na construção coletiva do plano de desenvolvimento sustentável dos territórios passa por uma busca de espaços, em que a descentralização se faz necessária. Nesse contexto, o modelo de gestão compatível com o desenvolvimento sustentável implica também o controle social do processo.

As comunidades participaram ativamente da elaboração do Plano de Ações Estratégicas das comunidades quilombolas dos municípios trabalhados e mostraram-se comprometidas em continuar nesse processo participativo e organizativo para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial. Considerando que a elaboração desse plano requer maior amadurecimento e até mesmo o envolvimento de outras comunidades, que, daquela feita, não foram envolvidas, é importante que ele seja produto de um processo de construção coletiva e, como tal, seja dinâmico e flexível e atenda aos anseios dos sujeitos e comunidades participantes.

As ações estratégicas foram sistematizadas e delas foram retiradas as propostas de projetos, que foram discutidas com os comunitários para maior aprofundamento, com vista à construção coletiva.

A figura seguinte sintetiza o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial, que foi explorada com o grupo para que, após a realização do trabalho, fosse capaz de visualizar a síntese das atividades desenvolvidas e o que representa o processo organizativo do fórum social das comunidades – os espaços da cidadania.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO

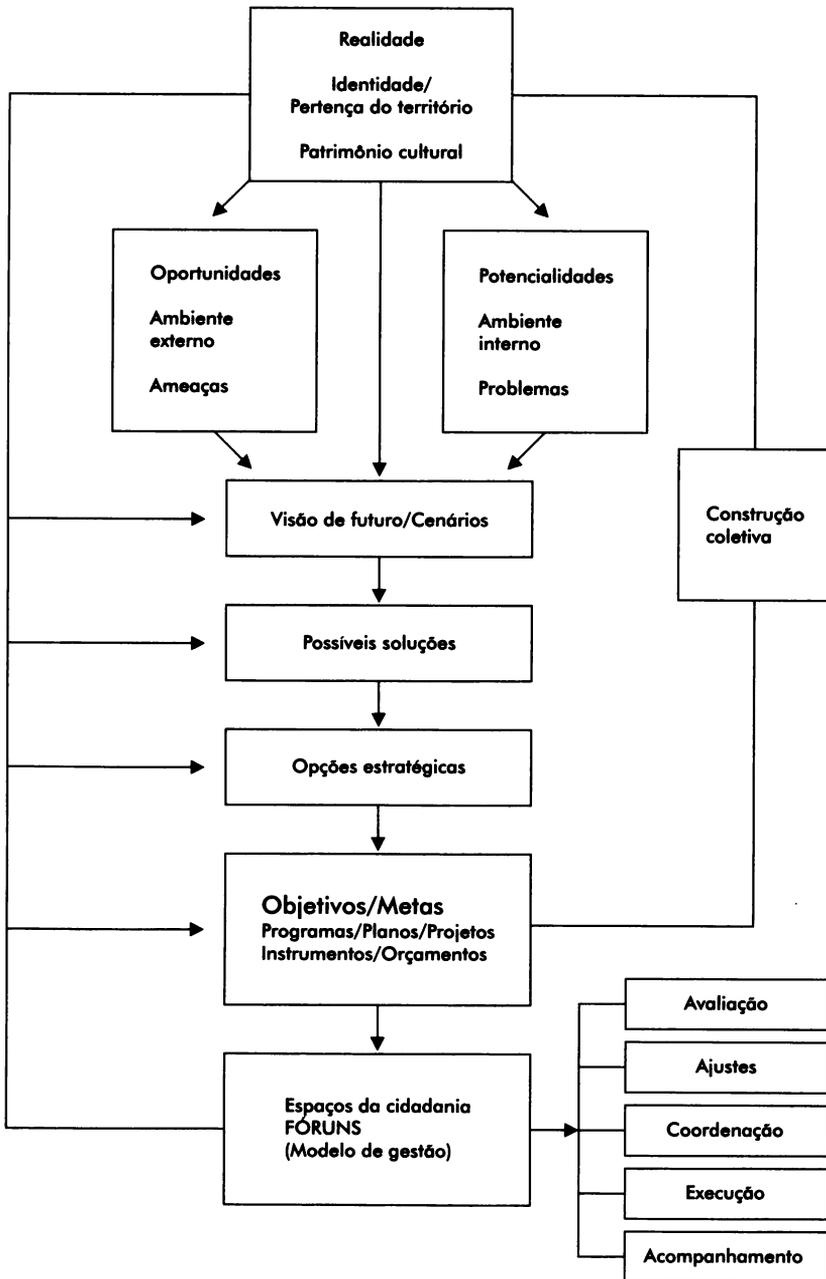


Figura 1

3.2.3.2. Trabalho de campo: comunidades indígenas



Aldeia indígena.

A segunda etapa, o trabalho de campo, constou de prática realizada em sete aldeias, com carga horária de 160 horas, e foi realizada de 7.10 a 1º.11.2002. Dela participaram indígenas de sete etnias/nações: Krikati, Kanela, Guajajara, Awa, Gavião, Timbira e Kaapor, pertencentes a 24 aldeias Ipu, Urucu-Juruá, Bacurizinho, Cocal, Escalvado, Felipe Bone, Ximboreda, Riachinho, Governador, Rubiácea, Tiracambu, Canudal, Juçaral, Zutíua, Januária, Cocalinho, Colônia, Cachoeira, Mangueira, Sardinha, São José, Sibirino, São Pedro e Barreirinha. O objetivo desse trabalho foi realizar, na prática, um autodiagnóstico para a análise crítica da realidade e desenvolver nos participantes a capacidade de articulação dos dados levantados com a proposta de ações auto-sustentáveis, que culminou com elaboração de uma agenda de prioridade.

As atividades foram as mesmas realizadas com os afrodescendentes e a sequência, semelhante, variando conforme a realidade de cada aldeia. Foi clara a preferência natural pelos desenhos, atividade em que se revelaram muito bons. Aqui merecem destaque os desenhos do presente, passado e futuro, nos quais mostraram bem as aldeias em diferentes momentos, o que, pela expressão verbal, não conseguiram comunicar com clareza. As atividades no pátio, possibilitando o contato com a natureza, a dança e a expressão corporal também

foram freqüentes, proveitosas e revelaram aspectos da cultura. Muitas foram as dinâmicas que tiveram de ser adaptadas. De qualquer forma, as atividades sempre exigiam deles concentração, verbalização e participação.

Autodiagnóstico⁶⁵

O autodiagnóstico consistiu no levantamento da realidade feito pela própria comunidade, momento em que todos refletiram sobre sua origem, quem eram, o que tinham e para onde queriam ir. Esse processo compreendeu: a mobilização da aldeia; duas reuniões de sensibilização, em que foram usadas dinâmicas, situações vivenciais e exposição dialogada sobre o objetivo do trabalho; o autodiagnóstico, isto é, o levantamento da realidade pelos índios, para cuja pesquisa foram elaboradas fichas de orientação. Os dados coletados foram então analisados e sistematizados e serviram de base para a construção, também coletiva, de propostas para resolução de seus problemas. Como orientação para o trabalho dessas fases, foram elaboradas fichas metodológicas, especificando as atividades, os objetivos e as técnicas usadas

1ª fase – mobilização e sensibilização



Curso com indígenas. Reunião de sensibilização para estudo da realidade.

⁶⁵ A abordagem pedagógica e a metodologia foram as mesmas utilizadas com os quilombolas (Inpa), porém com os devidos ajustes à natureza do grupo e à sua realidade específica. Por essa razão, levantar-se-ão novamente todas as fases, para destacar as diferenças e até mesmo os avanços possibilitados por esse contexto.

O processo de mobilização iniciou-se, em algumas aldeias, durante a visita da viagem de reconhecimento. Esse processo foi desenvolvido diretamente nas aldeias pelos participantes do curso, que ali iriam fazer o trabalho, fato que diferenciou do curso dos quilombolas, em que este processo ficou a cargo do aluno do curso residente no município.

Assim, a mobilização das aldeias escolhidas para a realização do trabalho prático foi feita, inicialmente, pelos contatos com as lideranças, pelas visitas domiciliares e reuniões. Nessa ocasião, solicitou-se àqueles que estavam presentes que também se encarregassem de convidar seus parentes para participar da reunião de sensibilização (*vide* as fichas metodológicas do planejamento das reuniões no Anexo XI).

Quanto à sensibilização tal qual realizada com os afrodescendentes, uma primeira reunião teve como objetivo fazer que os participantes, índios e alunos do curso se conhecessem, iniciando assim um processo de integração em cada uma das aldeias. Quanto ao objetivo de conhecer a realidade por meio dos desenhos do passado, presente e futuro, vale destacar a riqueza desse momento pelos desenhos e maquetes com minúcias de detalhes reveladores da sua realidade e cultura, o que possibilitou profundas reflexões. No momento das análises temporais dos desenhos e maquetes, iniciou-se uma discussão sobre alguns elementos do planejamento estratégico, tais como problemas, potencialidades e futuro desejado.

Restou, ao encerrar-se a reunião, a tarefa de elaboração do autodiagnóstico coletivo, para cuja realização foram distribuídas fichas de orientação para a coleta de informações (*vide* Anexo XII), adaptadas à realidade indígena.

2ª fase - Levantamento da realidade – autodiagnóstico coletivo – acompanhamento



Curso com indígenas. Elaboração de autodiagnóstico coletivo.

Como nesse caso havia monitores trabalhando com seus grupos de alunos nas aldeias selecionadas, foi possível realizar uma pesquisa autodiagnóstica mais minuciosa. Além de ser possível trabalhar com o universo da aldeia, as questões puderam ser mais bem aprofundadas. Essa pesquisa sempre começava com um passeio, em grupo, pela aldeia, para que seus integrantes reconhecessem seu ambiente, contassem suas histórias e fossem tomando consciência e, ao mesmo tempo, percebessem que antes muitas coisas eram vistas, porém sem um olhar mais crítico. Algumas aldeias puderam desenvolver coletivamente suas próprias questões de investigação para levantar a realidade, observando as diferentes dimensões do desenvolvimento, mas sempre acompanhados pelos monitores. Após as caminhadas e visitas domiciliares, os próprios índios, com o apoio e sob a coordenação dos monitores, sistematizaram as informações obtidas, para daí, com o auxílio de outras atividades ou dinâmicas coletivas, levantarem seus problemas, suas potencialidades e seu futuro desejado.

O resultado desse trabalho nas sete aldeias gerou uma sistematização feita pelos monitores, que mostra, em síntese, a realidade das aldeias. É importante que se apresente agora essa caracterização, para possibilitar uma visão panorâmica daquela realidade:

Caracterização geral das aldeias indígenas – Relatório do trabalho de campo do III Curso de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável (dezembro, 2002)

Em geral, as aldeias trabalhadas sobrevivem do cultivo da roça tradicional (toco), cujos tratos culturais constam apenas de capina, sem nenhuma assistência técnica especializada. Esse cultivo é de base familiar e produz apenas para o consumo, não sendo o seu produto, na maioria das vezes, suficiente para se manterem de um ano para o outro. Plantam maniva, arroz, milho, feijão, fava, algodão e algumas variedades de leguminosas e raízes e praticam o extrativismo da juçara, da bacaba, do buriti e do bacuri. Algumas delas, como Colônia, coletam ocasionalmente folhas de jaborandi e fava danta para vender a atravessadores na cidade mais próxima. Além da agricultura, caçam, pescam, criam galinhas e, raramente, o gado.

Também trabalham com o artesanato de palha, linha, miçanga, sementes, piaçaba, penas, que usam na fabricação de colares, pulseiras, cestos, cocares, braceletes, bolsas, pacarás, arcos, flechas, maracás, tarrafas, esteirões, esteiras, tapitis, balaios, peneiras. Essa é a principal atividade das mulheres, embora os homens, algumas vezes, também a exerçam.

Outra fonte de recurso vem da aposentadoria dos mais velhos. Em sua maioria, as reservas indígenas possuem ainda uma boa extensão de fauna, flora e rios preservados, mas já se observa a existência de degradação ambiental, provocada pela prática das queimadas, pelo assoreamento dos

rios, o que vem ocasionando o desaparecimento das cacimbas e a poluição das lagoas. Ocorrem também a caça e a pesca predatórias e a retirada ilegal de madeiras, para comercialização com os brancos. Em algumas aldeias, já existe, da parte de alguns moradores, inclusive professores e lideranças, a preocupação com a preservação da natureza.

As escolas existentes nas aldeias funcionam em condições precárias e oferecem o ensino de 1ª a 4ª série multisseriada. O serviço de saúde é de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que dispõe de auxiliar de enfermagem e agentes de saúde. As doenças mais freqüentes são verminose, diarréia, febre, dor de cabeça, dengue, pneumonia, gripe e malária. Quanto à medicina natural, já foi muito utilizada pelos idosos, mas atualmente não se usa com freqüência. As chamadas doenças de índio são tratadas com ervas manipuladas pelos pajés das aldeias e com plantas que ainda utilizam, destacando-se o mastruz, a samambaia e craibo.

Os alimentos mais consumidos são farinha, paparuta, grolado feito na panela, arroz, feijão, buriti, beiju feito de macaxeira. A água utilizada nas aldeias vem dos rios, das cacimbas, do brejo. Algumas aldeias mais próximas da sede do município e nas quais a água é escassa contam com água de um carro-pipa enviado pela Funai. Poucas possuem poço artesiano com bomba a diesel.

A energia elétrica monofásica e a energia solar existem somente em algumas aldeias, o que não ocorre com o sistema de telefonia pública (orelhão), que existe em quase todas as aldeias. Não há banheiros (privadas) e as fezes são depositadas a céu aberto. Há fossas sanitárias apenas nas escolas, nos postos de saúde e nos postos da Funai, mas essas instituições nem sempre existem nas aldeias. O lixo, em sua maioria, fica espalhado pelas aldeias. Não existe sistema de coleta ou de tratamento de lixo. O que há é a incineração praticada por somente algumas pessoas.

No tocante às práticas culturais, são mantidas com algumas dificuldades, porém muitas tradições ainda são cultivadas, como as reuniões no pátio para tomadas de decisão e outros eventos. Existe a figura do chefe do pátio, encarregado de fazer a convocação por meio de um canto específico. É comum fazer-se essa convocação nas primeiras horas da manhã, antes das atividades de trabalho, ou à noite para eventos recreativos; as pinturas corporais; a festa do mel; a festa do moqueado ou da menina moça; os jogos tradicionais, como a corrida de tora, a corrida de flecha ao redor da aldeia, o jogo de peteca e o jogo de futebol, este o mais praticado. Os mais velhos reclamam da falta de interesse dos jovens pela cultura nativa, principalmente no que diz respeito aos cantos e à corrida de tora, corrida esta não mais praticada pelos jovens como antes. Outro aspecto da cultura que ainda é fortemente preservada é a língua. Nas aldeias, todos falam duas línguas: a nativa e o português, sendo que os mais idosos apresentam dificuldades no uso da língua portuguesa.



Aldeia indígena. Corrida de toras.

Para trabalhar os elementos do planejamento (problemas, potencialidades e futuro desejado), as atividades foram desenvolvidas da mesma forma que no curso para os afrodescendentes. Como ponto de partida, foram utilizados os desenhos da comunidade sobre passado, presente e futuro, as informações da pesquisa autodiagnóstica e o diálogo aberto, para que, aos poucos, adquirissem a confiança de que eram capazes de atuar sobre sua realidade e de modificá-la.

Após a discussão dos problemas, das potencialidades e do que desejavam para o futuro das aldeias, o autodiagnóstico culminou com a elaboração de uma agenda de prioridades para a solução dos problemas detectados, que foi sistematizada, após discussão, pelos alunos do curso (Anexo XIII). As diferentes agendas foram apresentadas e discutidas em plenário, para que houvesse noção das propostas de soluções comuns, com vista, no futuro, ao aprofundamento de estratégias de soluções territoriais.

Agenda de prioridades

Após o levantamento dos problemas por área e a sua priorização nas aldeias, os alunos do curso sistematizaram os problemas numa única lista, por ordem de prioridade, estabelecida de acordo com a votação realizada na aldeia e selecionaram os considerados mais sérios, por intermédio da técnica das carinhas. Em seguida, foram levantadas as possíveis soluções e as ações ou projetos que

deveriam ser viabilizados para solucioná-los, o que veio a constituir a Agenda de Prioridades, trabalhada por aldeia, cujo detalhamento encontra-se no Anexo XIV.

Como se vê, nessa fase, o trabalho com os índios diferenciou-se do realizado com os afrodescendentes, porque a agenda de prioridades foi trabalhada com todos da aldeia, o que, nesse caso, não justificava a realização de oficinas com seus representantes. Além do mais, depois de as possíveis soluções levantadas, passou-se direto para o levantamento das ações ou dos projetos, dadas as limitações geradas pelas características próprias do grupo, além das limitações de disponibilidade de tempo.

Percebeu-se que o trabalho os tocou. Compreenderam o conteúdo político das ações construídas no coletivo e, principalmente, o fato de que não precisavam esperar pelas instituições para que se alavancasse o seu processo de desenvolvimento, até mesmo pelo respeito próprio que têm à preservação de sua cultura e às suas novas gerações.

Espera-se que o curso tenha lançado uma semente para a conquista da autonomia e da auto-sustentação dos indígenas e para que eles possam ser “eles mesmos”, o que implica a não-fragmentação da vida, o respeito à cultura e a importância, não exclusiva, do fator econômico.

3.3. Os Espaços da Cidadania

Esses espaços foram discutidos, construídos e sistematizados nas comunidades afrodescendentes, na oportunidade em que se discutiu o modelo de gestão pretendido para sua organização, o que tinha sido propiciado pelo trabalho de campo do curso. Com relação às comunidades indígenas, os espaços foram discutidos, mas não chegaram a ser construídos, porque se considerou a necessidade de dar continuidade ao processo de capacitação, já que a carga horária era menor, além de questões próprias da organização interna do grupo. Eles não estavam, naquele momento, suficientemente preparados para uma discussão sobre espaço coletivo com a participação de todas as etnias, muito embora cada aldeia já tivesse seus próprios espaços consultivos e deliberativos. De qualquer forma, a questão foi levantada para ser discutida nos espaços de cada aldeia.

3.3.1. Os espaços construídos pelos afrodescendentes

A discussão sobre os espaços a serem construídos pelos afrodescendentes foi tratada e analisada nas comunidades afrodescendentes, para sensibilizá-los sobre a importância do concurso de todos no acompanhamento e desenvolvimen-

to do Plano de Desenvolvimento Territorial (PDT), com vista a garantir o desenvolvimento das ações, conforme havia sido acordado em diferentes momentos do trabalho. Essa discussão foi aprofundada com os representantes nas oficinas, para que tivessem consciência de que suas comunidades e seus municípios dependiam da atuação de todos na busca do desenvolvimento e de que sua tarefa, como representantes, era animar e garantir a continuidade das ações.

A implantação das Ações Estratégicas Territoriais das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas – o modelo de gestão dessas ações, com seus planos, programas e projetos – tem implicação na forma de organização da sociedade civil e política para a sua coordenação, a sua execução, o seu acompanhamento e sua avaliação, tendo como referencial maior as questões da sociedade negra quilombola e, nestas, as de gênero e geração. O modelo deve explicitar os mecanismos e instâncias de participação dos atores institucionais e sociais dos territórios quilombolas em todo o processo de planejamento, apresentando seu sistema institucional e sua arquitetura organizacional necessária à implementação das ações estratégicas, dos programas e dos projetos e definindo as responsabilidades dos atores institucionais e sociais nas diversas atividades propostas. Ele ainda deve ser fiel à concepção de desenvolvimento territorial para a inclusão dessas comunidades. Essas ações estratégicas devem ser implementadas com a participação democrática da sociedade, a partir da descentralização das decisões, permitindo a socialização do poder em todos os níveis de implementação.

Conforme o processo descrito, as Ações Estratégicas Territoriais surgiram de uma construção coletiva com os comunitários quilombolas e tiveram como sujeito os participantes do II Curso de Especialização em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável no Maranhão. O trabalho, desenvolvido de maneira participativa com os comunitários no meio rural, possibilitou conhecer a realidade do(a) território/comunidade nos seus ambientes interno e externo. Partindo-se daí, com a visão de futuro das comunidades negras quilombolas, e tendo como referência um marco teórico, os participantes redigiram as ações estratégicas, com metas, projetos e modelo para gestão.

Como proposta para a gestão das ações estratégicas, aponta-se para a necessidade de criação de um sistema organizacional constituído de um fórum territorial e/ou comunitário, uma comissão provisória de animação, câmaras setoriais e um colegiado, além de espaços para debates e capacitação dos atores institucionais e sociais dos territórios. A proposta considera a proporcionalidade nas diferentes representações e nos diversos níveis da arquitetura organizacional. A seguir, apresenta-se a descrição dessas instâncias do modelo, amplamente

discutido com as comunidades, ainda que em algumas não tenham sido criadas as instâncias.

Comissão Provisória de Animação

O início do processo deu-se a partir da formação da Comissão Provisória de Animação, composta por técnicos e representantes das sociedades política e civil organizadas do território quilombola, como o Centro de Cultura Negra, as associações comunitárias, a Sociedade de Direitos Humanos e a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq).

As funções dessa comissão são animar, mobilizar, sensibilizar e responsabilizar-se por propiciar momentos de discussão sobre o Fórum Territorial/Comunitário, com vista à sua posterior criação. Depois de cumprida suas funções, essa comissão deixará de existir, uma vez que o fórum terá legitimidade para a criação de suas instâncias.

O Colegiado

O Colegiado é a equipe gestora do fórum. Deverá compor-se de um coordenador geral, dois coordenadores técnicos, primeiro e segundo-secretário e cinco membros representantes dos vários segmentos das sociedades política e civil. O Colegiado deve ser representativo perante as esferas municipais, estaduais e federais, de acordo com as deliberações do Fórum Territorial/Comunitário, e manter relação direta com as câmaras setoriais e com o fórum.

Para serem regulamentadas as ações desse Colegiado e das demais instâncias do modelo, elaborar-se-á um estatuto com a participação de todos os atores envolvidos, que deverá definir a proporcionalidade na sua composição, o processo eletivo e o período de mandato de seus membros.

O Colegiado tem a função de coordenar e orientar os trabalhos das Câmaras Setoriais para a continuidade da elaboração do PDT, no primeiro momento. Concluída a versão final do PDT, ele assumirá a coordenação, a execução, o acompanhamento, a avaliação e os ajustes do PDT, mas submetendo suas decisões à aprovação do Fórum ou ouvindo-o.

Câmaras Setoriais

As Câmaras Setoriais são compostas por representantes das sociedades política e civil do território quilombola e compreendem diferentes setores, tais como: educação, saúde, produção, lazer e infra-estrutura. Integram esses setores pessoas provenientes de comunidades rurais, associações, cooperativas

e sindicato rural, segmentos políticos e religiosos, instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e do funcionalismo público federal, estadual e municipal inseridos nos territórios negros quilombolas.

Como nessas câmaras existe representação de todos os segmentos sociais, sua função é encaminhar os assuntos específicos, por área, para a elaboração e definição das sugestões de ações, programas e projetos a serem apresentados ao fórum. Em sua rotina de trabalho, as Câmaras Setoriais poderão formar grupos para discussão de temas de interesse do território, tomar decisão sobre as propostas do Colegiado, oferecer sugestões de novos programas e projetos aos poderes municipais constituídos para os territórios não contemplados pelo PDT, propor a captação de recursos nas esferas estadual e federal, sugerir novas fontes de arrecadação municipal nos territórios, eleger o Colegiado.

Equipe Técnica

A Equipe Técnica é constituída de técnicos de diferentes áreas, cujas bases estão nos locais de trabalho ou em outros municípios mais próximos do território. Sua função precípua é assessorar tecnicamente o Colegiado.

O Fórum

Integram o Fórum as Câmaras Setoriais no processo de construção coletiva, tendo, essas câmaras, direito a voto. Ele deve também estar aberto à participação de todos os atores sociais e institucionais que têm voz nos debates e participam de ações planejadas por ele. Isso garante a aproximação dos projetos à realidade local, o que facilita a implementação de suas ações. O Fórum é soberano em suas decisões e relaciona-se diretamente com as Câmaras Setoriais, com o Colegiado e, por representação, com todos os segmentos da sociedade. Essa representação deve assumir os interesses de suas categorias e organizações, fugindo de interesses próprios, sem perder de vista o objetivo maior de seu papel, que é, *a priori*, salvaguardar os anseios da sociedade negra quilombola. Os encaminhamentos do processo ficam a cargo do Colegiado, que deve propiciar espaços diferenciados e com legitimidade de expressão, para abrigar os diversos grupos dos diferentes segmentos societários, considerando, entre outras, as relações de gênero e geração, etnias, com destaque para a etnia negra.

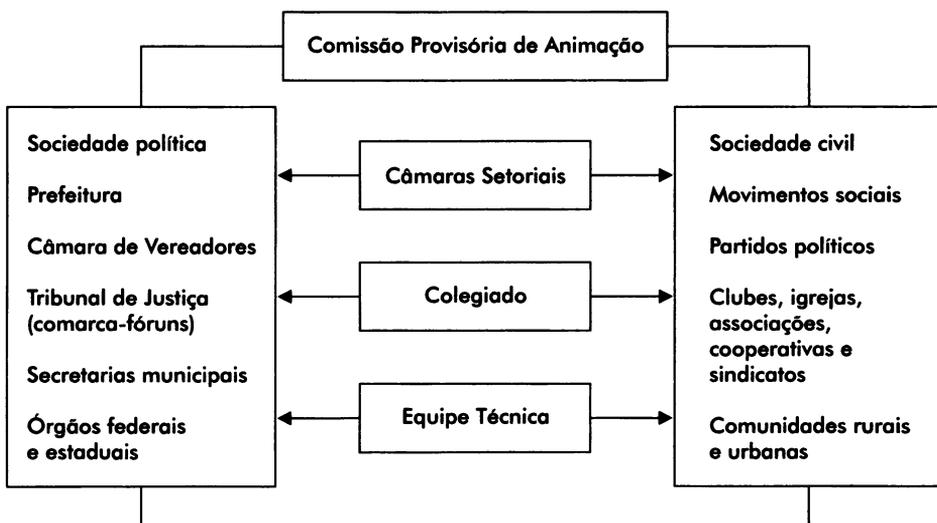
O grande problema a ser encarado pelos atores sociais e institucionais com relação à vida do Fórum é como mantê-lo como espaço democrático e transparente, de forma que se permita aos atores evitar que ele se transforme em mais um aparelho burocrático e fique longe de propiciar a melhoria, conforme a visão de seus habitantes, das condições de vida do território, por meio de verdadeira gestão

compartilhada. Para implementar os mecanismos democráticos e viabilizá-los, é necessário atentar para o processo pedagógico de socialização das informações circulantes, no âmbito interno e externo do Fórum, e para sua organização. A comunicação deve ser individual, grupal e massiva, tais como: reuniões, visitas, rádios comunitárias, boletins, jornais, revistas, internet, rádio (onde não houver energia), mensagens por meio das escolas. Quanto à organização, é necessário garantir a sua forma de organização, a forma de divisão das responsabilidades, o desempenho a contento dos papéis por seus membros, a transparências em seu orçamento, as fontes de recursos, a prestação de contas, entre outros pontos.

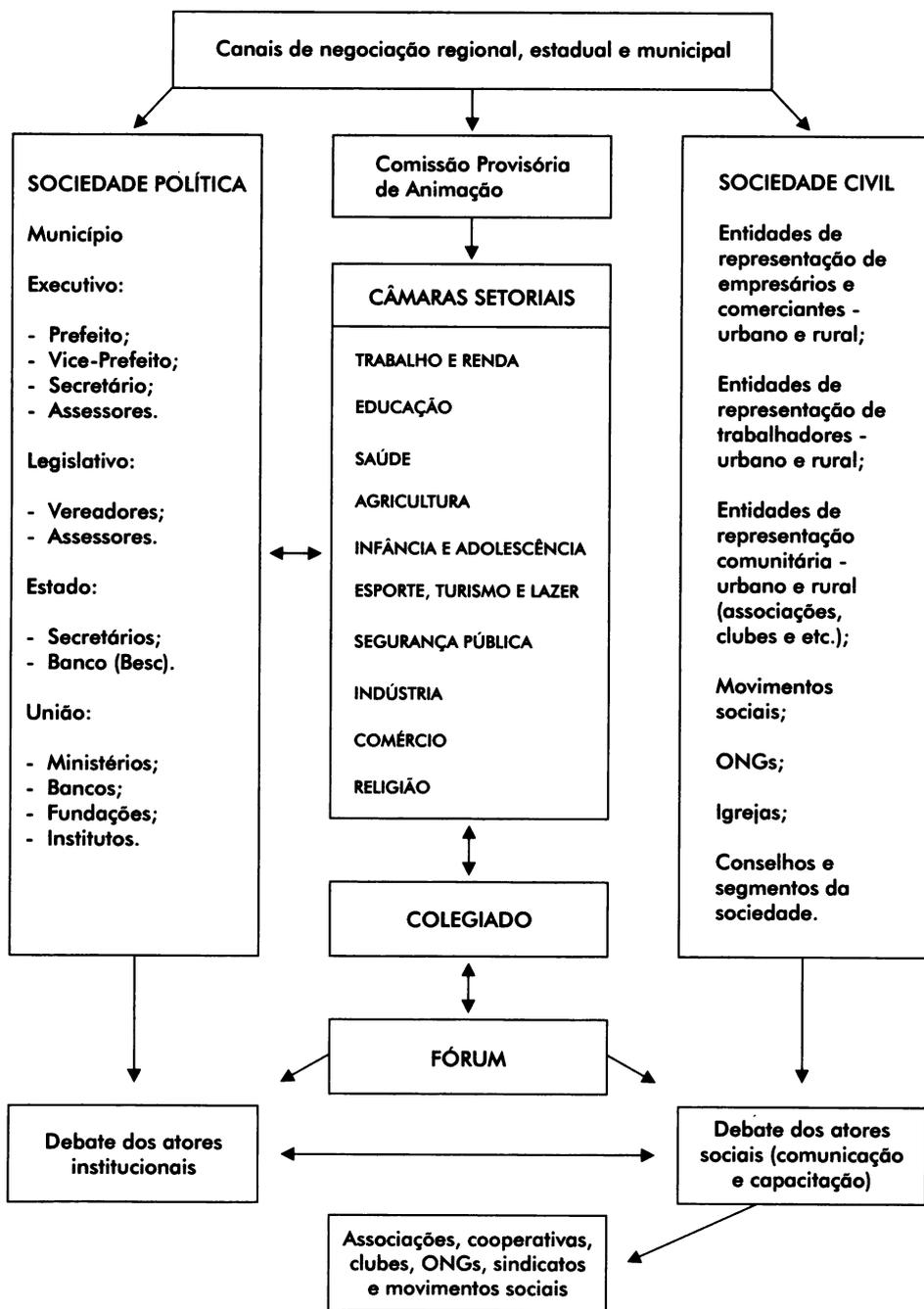
O Fórum deverá ser criado por projeto de lei e ter orçamento próprio, por meio da criação de um fundo denominado Fundo Territorial/Municipal para o Desenvolvimento Sustentável. Os recursos para esse fundo serão provenientes de dotação orçamentária consignada no orçamento do município, constituída de receitas geradas por meio de alocação de recursos oriundos de percentuais sobre financiamentos, convênios com outras esferas governamentais, com ONGs nacionais e internacionais e novos impostos.

Foram sistematizados dois modelos de gestão: um, de forma simples, a cujo processo de construção só foi possível chegar com a participação dos afrodescendentes e um outro a cujo processo de construção chegaram alguns grupos mais avançados do ponto de vista da organização.

MODELO SIMPLIFICADO DE GESTÃO



MODELO DE GESTÃO



3.3.2. Os espaços dos indígenas

Esses espaços foram discutidos, construídos e sistematizados nas comunidades afrodescendentes. Com relação às comunidades indígenas, os espaços foram discutidos, mas não chegaram a ser construídos coletivamente, porque, sendo menor a carga horária do curso, era necessário dar continuidade ao processo de capacitação. Além disso, questões próprias da organização interna desse grupo específico não permitiu maior avanço. Considerou-se que eles não estavam suficientemente preparados para discutir, naquele momento, um espaço coletivo com a participação de todas as etnias, muito embora cada aldeia já tivesse seus próprios espaços consultivos e deliberativos. Do ponto de vista coletivo, essa discussão ainda é elementar. De qualquer forma, levantou-se a questão da construção dos espaços coletivos para que eles discutam nos espaços de cada aldeia e procurem se articular posteriormente, pelo menos por etnia. Com isso, deu-se um tempo de amadurecimento para surgir o sujeito coletivo despertado neles, fruto do esforço da reflexão crítica sobre a realidade. Apesar de ter sido alterado o que se havia programado como meta para o trabalho de campo, foi importante dar esse tempo para que as comunidades indígenas melhor refletissem sobre as possibilidades de serem sujeitos do processo de sua autonomia.

Pode se considerar que essa foi uma das lições aprendidas das experiências de trabalho com populações tradicionais, porque, mesmo que se tenha, como um dos princípios, o respeito à cultura, ao ritmo dos grupos sociais com quem se trabalha, ouvir e ver a realidade do lugar do outro requer sensibilidade.

PARTE IV

LIÇÕES APRENDIDAS: CONTRIBUIÇÕES PARA FUTURAS MEDIAÇÕES



Modelo de gestão construído pelos comunitários. Utilização de um artefato pesqueiro (a rede) como motivador do tema.

“A primeira democracia organizada que tivemos no Brasil foi ‘Palmares’”.

Quilombola idoso, município de Guimarães, em 18.7.2002.

A descrição da experiência relatada na parte anterior parece incompleta ou insuficiente para destacar as lições aprendidas pelos que participaram do processo direta ou indiretamente. Várias lições foram aprendidas, porém serão destacadas algumas, consideradas mais importantes para novas mediações, no enfoque territorial e na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Com os devidos ajustes, essas lições servirão de referência para a construção permanente desse tipo trabalho. Uma delas foi trabalhar numa abordagem de desenvolvimento que considera a etnia dos participantes da mediação, ou seja, considera o etnode-senvolvimento uma abordagem imprescindível na busca do desenvolvimento sustentável. As experiências sinalizam fortemente para a necessidade de que sejam respeitadas as especificidades das comunidades inseridas na mediação, ou seja, a etnia, a cultura, o gênero e a geração.

A outra lição foi considerar a realidade dos comunitários e o contexto em que estão inseridos como elementos importantes na mediação, eis que são geradores do conteúdo programático da capacitação e da sua pedagogia. Esses elementos sempre foram considerados como princípio desde os primeiros cursos, mas, na prática, eram assumidos parcialmente, dadas as limitações de tempo, a natureza dos participantes e as exigências formais dos financiadores. No curso para os indígenas, pode-se dizer que foi possível colocar em prática esse princípio de forma radical, já que os conteúdos foram alterados por força da realidade cultural dos alunos e de suas comunidades. A abordagem desses conteúdos foi realizada a partir dos questionamentos dos alunos, que foram provocados pelas visitas nos momentos de alternância em campo. Com isso houve necessidade de criar novos instrumentos e adaptar alguns já utilizados. Essa prática comprovou a incorporação, por parte dos alunos e comunitários, dos conteúdos trabalhados, o que, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, é de suma importância.

Lições amplamente incorporadas nos projetos de cooperação do IICA dizem respeito à compreensão da capacitação como processo continuado e do processo participativo do planejamento situado no *locus* das comunidades. Cada vez mais se torna clara a necessidade de dar continuidade ao processo de capacitação, uma vez que deve ser vista na perspectiva da formação de novos atores (profissionais e comunitários) críticos e reflexivos, capazes de construir um modelo de gestão singular do território, atuando, assim, no desenvolvimento de forma duradoura. Por meio da capacitação continuada, espera-se que os atores envolvidos cheguem à compreensão entre si e da mutualidade de seus interesses: trabalhem juntos, concordem e discordem, construam planos comuns e possíveis de serem viabilizados, consultem outras pessoas e/ou instituições e se

comprometam com a ação (FURTADO; FURTADO, 2000), palavras que reforçam agora os autores com mais convicção, fruto das experiências aqui destacadas e que serão mais profundamente discutidas a seguir.

4.1. O Etnodesenvolvimento como Ponto de Partida

Uma das causas da falta de sustentabilidade das intervenções públicas com foco nas comunidades rurais e, por conseguinte, da persistência da pobreza diz respeito à fragmentação dos projetos que se formulam, que, via de regra, são pontuais, não têm visão estratégica, não provocam mudanças de comportamento nem práticas sociais novas. Geralmente, os problemas estruturais permanecem, ou até mesmo se agravam.

Enquanto for mantido esse esquema fragmentado e compensatório de “combate à pobreza” rural, haverá pouca mobilização social e permanecerá a concentração do poder bem como a verticalidade no estilo de gestão. Por isso, optou-se por potencializar as capacidades territoriais e fomentar os vínculos horizontais entre comunidades, centrando-os em suas identidades, para formular estratégias territoriais contextualizadas de desenvolvimento. Desenvolveu-se uma metodologia de intervenção que permitiu concretizar a idéia de que o território representa o eixo que estrutura a estratégia de desenvolvimento, construída com base num modelo de gestão compartilhada.

A primeira lição da experiência foi a necessidade de se considerar o caráter “etno” no desenvolvimento de abordagem territorial construída de forma participativa, resgatando o significado da identidade cultural dos grupos especiais. Essa necessidade surgiu a partir das viagens de reconhecimento quando, respaldados pela abordagem pedagógica da Educação Popular, percebeu-se que o conteúdo programático do curso deveria ser adequado àquela realidade com a qual se deparava naquele momento.

Buscou-se aprofundar o conceito de etnodesenvolvimento, que, segundo Stavenhagen, “seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade” (1984, p. 57). Nesse sentido, o processo de formulação de abordagem alternativa de desenvolvimento dos territórios quilombolas e indígenas gerou um espaço repleto de potencialidades, um novo entusiasmo e novas percepções coletivas sobre o futuro do território.

A idéia de contribuir para a formulação de estratégias territoriais de etnodesenvolvimento para as comunidades pobres e para os grupos étnicos – caboclos, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e quebradeiras de coco – funda-

menta-se num processo organizacional baseado nos princípios de integração e autonomia social. Como diz o Projeto Identidade (JARA, 2002, p. 7)⁶⁶:

É fundamental apoiar e estimular o desenvolvimento de uma estrutura organizacional mais aberta e integrada, em escala territorial, criando uma lógica de redes, uma sinergia que anime o movimento social e, ao mesmo tempo, respeite a autonomia das comunidades locais. Estimular a construção de redes intercomunitárias que possam oferecer reciprocidade aos esforços e reivindicações das outras redes sociais e, também, dos atores institucionais. Sustentar essas redes num processo de formação da identidade coletiva, interpretada como auto-identificação das pessoas e comunidades com uma realidade comum, um senso de pertença da própria pessoa ao grupo e, ao mesmo tempo, as diferenças e identificações que os outros fazem dela.

Com relação, principalmente, às comunidades quilombolas e indígenas, do ponto de vista político-administrativo, elas pertencem a diversos municípios. Entretanto, as identidades negras e índias apresentam-se firmemente enraizadas em territórios geográficos bem delimitados. “Elas atravessam as fronteiras artificiais estabelecidas pelo Estado, sendo fraturadas por uma história cheia de práticas discriminatórias, projetos assistencialistas, com seus impactos de subalternidade e dependência [...]” (JARA, 2002, p. 5). Era preciso construir uma estratégia territorial de desenvolvimento alternativo, cuidando de mobilizar, capacitar, organizar e democratizar as comunidades e os grupos étnicos, para, de forma conjunta, formular uma estratégia territorial que levasse a políticas de etnodesenvolvimento coerentes e compartilhadas.

A experiência propiciou a reorientação do enfoque tradicional de desenvolvimento comunitário. Buscou-se apoiar processos participativos de articulação comunitária, inserindo as organizações numa nova dinâmica de integração, por meio de redes que visam ao desdobramento das potencialidades territoriais. Nesse novo olhar, a dimensão da identidade e etnia surge como fator determinante dos processos de desenvolvimento territorial, conferindo uma energia especial à sociabilidade e um significado especial aos esforços coletivos, estimulando e ativando o potencial dos processos de mudança.

Buscou-se estimular o desenvolvimento da auto-estima, do autoconceito positivo, do senso de pertença a uma tradição e a um território, que passa a ser va-

⁶⁶ Projeto elaborado pelo IICA, de autoria de Carlos Jara, fruto da viagem de reconhecimento às comunidades negras rurais e quilombolas do Maranhão, assunto já abordado na Parte III.

lorizado. O que significa ser negro ou índio num território rico em capital natural e muito pobre em capital social? O fortalecimento de identidades locais visto como estratégia propositiva pode levar a uma mudança nas relações sociais e nas políticas locais de desenvolvimento, com base na energia e na comunhão ao redor de novo projeto de futuro. Trata-se de recuperar sua pureza anterior, de valorizar seus atributos positivos, de aproveitar as unidades, os vínculos de reciprocidade e os sonhos possíveis, que são sentidos como frustrações (FURTADO; FURTADO, 2000).

Orientados pelos princípios da equidade social, da alteridade cultural, do bem-estar econômico, da participação política e da sustentabilidade ambiental, além de valorizar a subjetividade humana das comunidades, visualizou-se tornar dinâmicas as potencialidades dos seus territórios, promovendo o uso diversificado e sustentável, a partir das próprias vocações culturais, ambientais e econômico-produtivas.

As forças que impulsionarão o etnodesenvolvimento visualizam-se apoiadas em redes de atores organizados e em cadeias que vinculam atividades produtivas e setores, segundo uma lógica de cooperação a ser desenvolvida pelas próprias comunidades, informadas, organizadas, articuladas e devidamente capacitadas. A etnia autóctone, tribal ou outra, controla suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e cultural e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seu interesse (STAVENHAGEN, 1984).

O etnodesenvolvimento e a abordagem territorial como pontos de partida da mediação, em vez de priorizar o crescimento econômico, ensinaram a objetivar a satisfação das necessidades básicas do maior número de comunitários; a dar resposta prioritária à solução dos problemas e das necessidades locais; a valorizar e a utilizar conhecimento e tradição locais na busca por soluções dos problemas, considerando as potencialidades dos territórios; a manter uma relação equilibrada com o ambiente; a perseguir a auto-sustentação e a independência do capital humano, dos profissionais e dos comunitários; a promover uma ação integral de base, com ações, atitudes e comportamentos participativos que visam equidade social.

4.2. As Especificidades das Comunidades: etnia, cultura, gênero e geração

A experiência adquirida com as comunidades quilombolas e indígenas nas atividades realizadas em sala de aula e no trabalho de campo, voltadas para o levantamento da realidade, são importantes para discutir fatos ligados a esses marcadores sociais. Para uma eloquente reflexão sobre o assunto, é crucial o

entendimento do conceito de etnodesenvolvimento, que considera o diferencial sócio-cultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. As experiências construídas historicamente, nos confrontos que se desenrolam nos diferentes grupos sociais, trazem diferentes sentidos que marcam fortemente suas culturas.

Dessa feita, deve-se considerar o conceito de cultura não somente entendida como um conjunto de experiências e crenças, valores, tradições e comportamentos compartilhados no interior de diferentes grupos humanos, mas também como um campo de lutas e contestação que envolve sentidos compartilhados, a fim de entender melhor todo o processo de exclusão social dos negros e dos índios e, então, inserir as idéias, atividades e atitudes destinadas à mediação. Isso significa admitir o sentido sócio-antropológico que considera a cultura "implícada com a forma pela qual tais experiências, crenças, tradições, são produzidas nos sistemas de significação, estruturas de poder e instituições sociais" (MEYER, 1998, p. 370). Obviamente o conceito é imprescindível à compreensão das populações tradicionais e dos grupos étnicos específicos com os quais os trabalhos foram desenvolvidos ao longo da experiência relatada.

É preciso estar atento para entender as construções sócio-culturais desses grupos nas mais diversas esferas. As relações de gênero, por exemplo, orientam comportamentos de homens e mulheres. As reações de ambos, ora resistindo, ora buscando transformações, seja nas estruturas familiares, de convivência com a vizinhança ou no trabalho, são no sentido de ampliar suas possibilidades de existência social. Isso significa mudança permanente na forma de organizar o cotidiano e nas formas de inserção nas políticas.

As experiências vividas com as comunidades negras rurais, com os quilombolas e com os indígenas foram bastante ricas em vários sentidos, assim como o foi a utilização do gênero como perspectiva de análise, considerando sobretudo o pensar e o trabalhar com as mulheres em favor do desenvolvimento sustentável.

Pode-se dizer que na tradição ocidental, construída ao longo do último milênio, há um padrão predominante de relação entre os gêneros que confere ao homem o lugar do poder, da decisão, do dinheiro, da iniciativa. A história brasileira mostra que a organização da vida e do trabalho nas fazendas escravagistas destinava às mulheres posições bastante diferenciadas, ainda que brancas e negras estivessem em posição subalterna a dos homens. Senhora da casa, a mulher branca tinha como principal função procriar; enquanto as mulheres negras, indígenas ou mestiças eram exploradas no trabalho doméstico, na lavoura, nas minas ou no comércio, além de serem usadas como objeto sexual do senhor branco, dos filhos deste e dos feitores.

Em texto anterior, Eliane Furtado (2003) alerta que não é de se admirar que ao longo dos séculos construiu-se e se consolidou um contexto cultural fortemente discriminatório para as mulheres. A educação muito contribuiu para tal, consolidando, inclusive, a divisão sexual do conhecimento, isto é, as ciências exatas eram áreas conotadas como masculinas; bem como o uso do corpo, no esporte, era mais voltado para os homens; a distribuição diferencial de sanções: as mais pesadas, para os homens; da qualificação do trabalho, e conseqüentemente da remuneração em função de quem realiza as atividades. Além disso, há a situação da não-inserção no currículo de questões sociais que incutem a mulher em situação de desigualdade como violência familiar, assédio sexual ou violação, gravidez adolescente, uso de preservativos, anorexia ou suicídio, considerando-as como questões a serem tratadas apenas no âmbito doméstico. A história, centrada em fatos políticos e militares, deixa as mulheres relegadas ao papel incidental, secundário, quando se sabe que na história da vida cotidiana não se restringiram à educação dos filhos, "tomaram parte ativa nos movimentos sociais de liberação nacional e em setores vitais como a saúde, a educação e a assistência social" (MORGADE, 2000, p. 386).

Ainda são exemplos as imagens e as mensagens dos livros escolares, em que as mulheres raramente ocupam postos de condução no trabalho, na política, nas associações e no âmbito científico. Na maioria das vezes, quando mencionada, a figura feminina aparece em registros antigos, documentos e produções literárias, como objeto de prazer, negociação, adoração, bruxaria; em espaços para inspiração e repouso dos guerreiros, sempre sob o olhar masculino, sempre como propriedade de alguém (mulher ou filha de fulano). Como se tais fatos não bastassem, há ainda o chamado sexismo lingüístico cujo gênero masculino sobressai à denominação de grupos constituídos por homens e mulheres, independente da proporção de seus participantes.

A despeito de tudo isso, "as mulheres estão mudando, mas é preciso mudar o registro de sua participação na História" (REDEH, 2000, p. 8). É preciso que a participação da mulher seja construída nestas relações de gênero, considerando suas especificidades desde o planejamento.

No cotidiano das comunidades negras rurais, as mulheres são responsáveis pela escola, assumem a lavagem da mandioca, as associações comunitárias, a organização da construção do galpão, da capela, as rezas de nossa senhora, as negociações com a prefeitura, as festividades na comunidade, dançam o tambor de crioula e cultivam a beleza negra, mantendo a tradição e a cultura também nos penteados e nas vestimentas. Já na produção rural as tarefas parecem invisíveis.

É imprescindível considerar as possibilidades de atuação da mulher no desenvolvimento para além da distribuição de tarefas conforme sua natureza e possibilidades. É preciso encarar o gênero não mais com o objetivo de retratar a divisão de papéis entre homens e mulheres, pois essa perspectiva não se dá conta (...) “das dimensões de poder e desigualdade que estão implícitas nas situações que descrevem” (CORREA, 1997, p. 20). O desenvolvimento exige muito mais.

Um breve apanhado do trabalho realizado, enfocando a discussão de gênero, ajudará a compreender como é possível tratar a questão no meio rural sem ferir os melindres das comunidades quanto à cultura, que de modo geral é considerada machista.

Conforme detalhado anteriormente, por ocasião da dissertação sobre metodologia, o trabalho de planejamento participativo teve início com reuniões nas comunidades negras rurais dos municípios envolvidos para sensibilização e levantamento da realidade feito pela própria comunidade. Estimulados a participar, homens, mulheres, crianças, jovens e pessoas da terceira idade, foram observadas as atuações das mulheres e de todos os demais membros das comunidades. Por intermédio das mais diversas atividades, os integrantes das comunidades eram chamados a refletir sobre os problemas vivenciados e as potencialidades existentes e a buscar alternativas para resolvê-los e administrá-los. Dessa forma, as mulheres eram incitadas a participar. Como o processo baseava-se na reflexão das ações, as relações de gênero (também de geração) eram discutidas de forma aberta e natural, do ponto de vista da equidade social, promovendo nos comunitários uma postura positiva de enfrentamento da realidade e possibilitando-lhes momentos de revisão das atitudes e das ações que não mais eram pertinentes. O processo de construção coletiva, também no campo da cultura e da renovação de mentalidades junto àquelas comunidades, permitiu a resignificação do lugar das mulheres.

Numa segunda etapa, sistematização dos dados com a participação das comunidades nas três oficinas dos representantes, a mulher estava entre os quatro representantes eleitos em cada comunidade. Após cada etapa de sistematização, no retorno dos representantes para socializar o que haviam feito e ouvir sugestões, legitimando o trabalho realizado, a mulher sempre aparecia em papel de destaque. Os elos territoriais que iam sendo identificados e/ou construídos pelas trocas de experiências e relacionamentos compartilhados permitiam a identificação de normas, valores e percepções e iam definindo uma identidade coletiva. Essa construção possibilitava ações propositivas num marco de equanimidade e leva-

va a uma mudança nas relações, o que, com certeza, trouxe contribuições para o aperfeiçoamento das políticas e dos programas de combate à pobreza rural.

Feitas essas considerações gerais do trabalho como um todo, cabem algumas observações em relação à questão de gênero nas comunidades negras da Baixada Ocidental Maranhense.

As atividades femininas foram logo vistas, desde o início, pelo simples fato da arrumação apresentada: “sentia-se a mão das mulheres”. Tudo pronto: sala limpa, mesa arrumada, vasos de plantas espalhados pela sala e até lanche nos intervalos, sempre com iguarias produzidas na comunidade como suco de frutas, beiju, mandioca ou bolo assado no forno comunitário. Por vezes, serviram até mesmo almoço. Em muitas dessas atividades, os homens também tomavam parte com seus tambores, prontos para, com música, receberem os atores envolvidos ou despedirem-se deles. As senhoras mais idosas eram sempre convidadas e tratadas com atenção especial e respeito quando se pronunciavam.

Nos locais em que já havia algum tipo de organização, a presença da mulher era sempre destacada, seja pelo posicionamento que tomava por ocasião das atividades, seja pelo fato de exercer alguma forma de influência sobre os comunitários. Onde a organização social não era evidente, havia o respeito pela figura feminina pelo notório fato de ser mulher. As famílias quilombolas organizam-se, por tradição, numa linhagem matrilinear, e essa configuração de parentesco confere às mulheres grande autoridade. A mãe é o pivô da organização familiar e isso acaba estendendo-se à comunidade.

Observação reforçada pelas conversas informais, a mulher mais velha no grupo é sempre respeitada pelas jovens e também pelos homens, como se fosse mãe tanto destes quanto daquelas. Mesmo na dança “tambor-de-crioula”, quando uma mulher mais velha entrava na roda, logo recebia posição de destaque e respeito. Isso confirma a matriz matriarcal, uma vez que “tem sua estrutura baseada nas mulheres ancestrais, que lhes conferem origem e sentido” (OLIVEIRA, 2003, p. 57). Os homens governam, mas as mulheres dão legitimidade. Essa complementaridade garante o bem-estar social e, assim, a estabilidade política da comunidade. Acrescente-se a isso o aspecto das matrizes religiosas em que os poderes masculino e feminino são complementares e o respeito às diferenças entre os gêneros é contemplada. Estudos sobre gênero e candomblé mostram o favorecimento à inclusão da mulher (OLIVEIRA, 2003; CARNEIRO, S., s/d; CURY, s/d).

Em todas as comunidades, a mulher tinha tarefas destinadas a ela inclusive na produção agrícola, visto que sua sobrevivência tem a unidade de produção fa-

miliar como base. Isso revela influência da origem ancestral em que a “natureza comunitária da produção formula-se materialmente enquanto elemento decisivo da realidade social” (LEITE, 1984, p. 46). Dona Janete, mulher negra ativa, líder da sua comunidade, relatou “também vou pra roça, todo dia, como todos aqui, cedo pela manhã, ou vou pro rio tirar a mandioca do molho, quando é tempo de fazer farinha”.

Acompanhar a educação dos filhos, conversar com a professora, ou mesmo ser ela a própria professora, era sempre papel da mulher. Quanto à participação em programas e projetos que envolviam financiamento, a associação estava à frente e, quase sempre, um homem posava como presidente, mas, com regularidade, havia mulheres envolvidas e presentes nas discussões. Apenas duas associações das comunidades estudadas apresentaram mulheres na presidência.

Nas caminhadas de reconhecimento das comunidades, para o levantamento da realidade, as mulheres demonstraram conhecer sobre a produção local tanto quanto os homens. Embora muitas vezes não aparecessem, participavam, no âmbito da intimidade da família, dessas decisões. Com relação à questão da terra, que no período de seus ancestrais era uma relação mística, de respeito à fertilidade, e talvez como fruto dessa raiz histórica, os quilombolas não se preocupavam muito, no quesito posse, até bem pouco tempo atrás, quando os territórios por eles legitimamente ocupados passaram a ser alvo de conflitos. O quilombo do Frechal (Mirinzal) vale como exemplo. Como persistissem os conflitos, e a comunidade manteve-se resistindo, o referido território passou para a tutela do Ibama como área de preservação ambiental, garantindo a permanência dos quilombolas em terras onde historicamente têm vivido. Hoje já possuem o título da terra.

De modo geral, embora tais dados não fossem intencionalmente avaliados, as mulheres apresentavam um maior nível de escolaridade, o que as permitia, de alguma forma, influenciar nas ações locais e ter participação mais ativa nos encontros nas comunidades e nas oficinas dos representantes. Nem sempre o destaque feminino prevalecia nos primeiros encontros. Frequentemente era preciso estimulá-las a participar, a falar e a se posicionar publicamente. Nas comunidades quilombolas trabalhadas, havia respeito pelas mulheres, embora a atuação destas e a participação nas decisões acontecessem no âmbito mais privado. É notório que na sociedade as mulheres negras fazem parte da categoria mais discriminada, sobretudo se forem pobres e não escolarizadas.

O trabalho realizado mostrou que na maioria das comunidades, especialmente naquelas em que já apresentavam um maior nível de organização, as mulheres tomavam parte ativa na vida cotidiana, revelando seu envolvimento nas atividades

comunitárias, fosse na representação nos conselhos, nas atividades produtivas e/ou na comercialização do artesanato. No geral, tiveram atuação significativa. Destacaram-se sobretudo pela flexibilidade nas trocas de experiências e nas propostas de solução de seus problemas por demonstrarem visão mais global da realidade, conferindo uma energia especial à sociabilidade e estimulando os esforços coletivos por intermédio da capacidade de entusiasmar, articular e facilitar a democratização das ações. Os fatos relacionados denotam e reafirmam a importância do papel da mulher na consolidação dos territórios quilombolas e conseqüentemente no desenvolvimento sustentável.

Em relação aos indígenas, com certeza, o valor conferido pelos povos indígenas aos seus espaços públicos e privados e aos diferentes aspectos de suas vidas permite compreender a raiz das diferenças das suas relações com o mundo. Novamente a utilização do conceito de etnicidade e de cultura ajuda a compreender a realidade da raça. Existe um lugar social construído e reconstruído coletivamente, ao longo da história, na tradição cultural, no cotidiano, nos mitos e ritos que emprestam aos indígenas uma marca específica, características que lhes são próprias. "Eles têm cosmovisões e relações com o mundo natural e sobrenatural totalmente diversas das nossas, e as matrizes de relações com as pessoas também são distintas" (BONIN, 2001, p. 1).

Foi difícil penetrar na compreensão que eles têm sobre gênero, até mesmo pela própria natureza do conceito como construção social e histórica, portanto, distinta nas diferentes culturas e nos diferentes povos. Por essa razão, não se pode dizer *a priori* que existe desigualdade nas relações de gênero quando culturas diferentes são consideradas. É bem possível que exista, mas faz-se necessário tomar outros elementos de análise que possibilitem perceber como essas relações se constroem. Novamente Lara Bonin ajuda a refletir sobre essa questão:

(...) os povos indígenas possuem outras línguas, outras culturas, outras lógicas, e não se trata de traduzir as palavras ou os mitos, ou suas histórias cheias de simbolismo, a partir da nossa lógica e daquilo que vivenciamos em nosso modo de organização social. É necessário transcender os nossos padrões de pensamento, a nossa forma de ver, para interpretar, no contexto do pensamento e da experiência indígena, os fatos que observamos em sua realidade (ibid, p. 2).

Portanto, se eles têm modos de vida, de organização política, social, econômica e religiosidade completamente diversa do restante da sociedade, não há porque analisar a questão de gênero a partir dos paradigmas e dos valores dessa sociedade. Não há porque esperar que os relacionamentos entre homens e mulheres

aconteçam nas mesmas bases que na sociedade capitalista. Na verdade, nas formas indígenas de organização social e produtiva há uma divisão entre os sexos de tarefas meramente complementares, sem aparente sobrecarga para nenhum deles, revelando relações recíprocas de solidariedade. Apresentam tranquilidade em relação a isso, embora a valorização que cada etnia dá a essas tarefas possa variar.

As relações de gênero construídas pelos índios são experiências históricas e culturais próprias e precisam ser compreendidas buscando entender como cada etnia estabeleceu suas relações nesse aspecto, ainda que os mais variados estudos etnográficos tenham mostrado alguns pontos de convergência em relação ao papel da mulher como: desempenhar o papel primordial no cotidiano da aldeia na preparação dos alimentos e na colheita da produção de seus roçados; ajudar aos homens na feitura da farinha e na recepção da pesca e da caça capturada; carregar água e madeira para o fogo na preparação inicial dos rituais e das festas; confeccionar utensílios de palha, redes, artesanato, entre outros.

A mulher está voltada para a reprodução da vida da aldeia, para a criação dos filhos, para a amamentação. Ajuda ainda a preparar as lideranças ensinando-lhes as tradições, a história do povo e a confiança nos anciãos. É no seu espaço, no envolvimento com as atividades familiares, que se produz e reproduz a tradição, os costumes, a língua e a cultura. A aldeia é seu domínio, é onde mantém sua soberania, tanto quanto cabe ao homem defendê-la, afastando os perigos e ameaças que vêm de fora. Todas as observações similares foram constatadas numa etnia e/ou noutra.

Na etnia Kanela havia um “cacique das mulheres”, que entre outras coisas as orientava e organizava os rituais, as festividades, as brincadeiras, como “a corrida de tora” e a pintura do corpo. As mulheres mais idosas cozinhavam numa trepe de pedra feita no chão, quase sempre a céu aberto e acocoradas, ou numa cobertura de palha ao lado da casa; e as mulheres com bebês os mantinham colados ao peito o dia inteiro. As que não estavam amamentando, acompanhavam o marido na colheita da mandioca e no preparo da farinha.

Na etnia dos Guajajara, há mais tempo em contato com os não-índios, e com maior aproximação das cidades ou do asfalto, as mulheres dedicavam-se majoritariamente ao artesanato, vendido pelos homens no mercado da cidade ou na própria aldeia, ou, ainda, expondo-os à margem das rodovias. Estes já não caçam e se transformaram em potenciais consumidores.

Quanto à participação da mulher nas definições políticas e decisões importantes, dá-se de maneira invisível, nos bastidores. Elas discutem as questões

importantes, mas seu papel é realizado por intermédio do convencimento dos homens, que posteriormente decidem as questões na esfera pública (BONIN, 2001), assertiva confirmada por observações e entrevistas.

É inquestionável que a convivência com a sociedade envolvente provoca algumas alterações nos processos sociais e demanda novas tarefas para ambos os sexos. A mulher tem sido cada vez mais chamada a participar, engrossando as fileiras da luta pelos direitos dos povos indígenas. Realiza e participa de encontros com mulheres de outras etnias para aprofundamento de temas que dizem respeito à religião, à família, à saúde. Tem contribuído para a construção e reconstrução da resistência no seu cotidiano, mas também no âmbito externo.

Conclui-se que ao abordar, de modo geral, o papel das mulheres nos processos de desenvolvimento, o destaque à divisão sexual do trabalho é comum aos grupos sociais ou etnias, mas não há que se ignorar que varia conforme os contextos e as culturas em que se inscrevem. Diante de duas situações tão específicas, quilombolas e indígenas, parece mais fácil compreender, embora seja preciso ter claro que variações acontecem também em diferentes contextos regionais, nacionais e até locais. Essas diversidades trazem à baila questões específicas para as relações entre os sexos nas mais diversas dimensões às quais é necessário dar atenção.

Como bem delineado por Rua e Abramovay (2000), “o desconhecimento da especificidade que marca a contribuição das mulheres favorece a subestimação das suas atividades na família e no espaço produtivo, acentuando a idéia de invisibilidade” (2000, p. 30), o que tem sido uma marca do trabalho da mulher no campo. É um indicador da dinâmica de poder que está em jogo nas relações de gênero. Essa situação foi até bem pouco tempo assumida “cegamente” por homens, mulheres, instituições e até mesmo pelas políticas públicas.

As políticas e programas de desenvolvimento rural ignoraram a hierarquia de gênero, não alertaram para o devido lugar do trabalho da mulher, descuidaram da tarefa de dar-lhes o verdadeiro *status* de trabalhadoras, falharam na valoração do trabalho doméstico e produtivo e de certa forma acabaram por contribuir com o aprofundamento das desigualdades e da desvalorização do trabalho feminino. Importa ressaltar o que dizem as autoras citadas: “gênero é uma entre várias relações sociais, portanto tem classe, tem raça e etnicidade; é vivenciado em gerações; tem história em histórias; (...) apontando tanto para políticas universais como específicas” (ABRAMOVAY, 2000, p. 15).

A análise das diferenças de gênero ajuda na compreensão e na identificação das assimetrias e hierarquias existentes entre os dois sexos; ajuda nas relações

que constroem homens e mulheres e que criam e reproduzem por meio de uma teia de relações de poder. Os valores predominantes da família patriarcal, reinantes no campo, limitam direitos às mulheres como o exercício do poder decisório, o acesso e controle aos meios de produção e até mesmo ao produto do seu trabalho. Entretanto já é reconhecida a influência que têm as mulheres sobre a modificação das condições de vida de suas famílias. Sua participação nos processos de desenvolvimento tem propiciado maior acesso aos serviços básicos e se traduz no aumento do bem-estar e na qualidade de vida das famílias rurais.

É reconhecido que os direitos constitucionais não são suficientes para transformar a realidade e trazer melhorias à vida e ao trabalho das mulheres. É preciso criar condições para uma maior sensibilização e conscientização das mulheres e da sociedade em geral, a fim de que conquistem uma garantia de maior participação e com maior equidade na família e na comunidade e na vida social, econômica e política do país.

Pode-se dizer que o enfoque de gênero no desenvolvimento sustentável já encontra algum respaldo entre os formuladores de políticas, mesmo que ainda de forma tímida, expressão do pouco conhecimento de como se dão os processos sociais no campo.

No entanto, além da questão de gênero, é preciso colocar na pauta das discussões a necessidade de destacar a questão de geração que, embora com dificuldade, vem ganhando *status*. Jovens e idosos são chamados a tomar parte ativa no desenvolvimento, até mesmo como garantia de sobrevivência do rural, seja por intermédio da valorização da história de vida e cultura das comunidades, seja para assegurar a produção rural e sua reprodução como importantes para o equilíbrio e para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Os jovens de modo geral, negros e índios, têm consciência da juventude que carregam e, com empenho, freqüentam a escola. Sabem que podem contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades, embora as precárias condições de vida, a dificuldade para dar prosseguimento aos estudos e a falta de lazer não estimulem sua permanência no campo. Falta motivação e compromisso com o coletivo. Essa realidade tem levado muitos deles, entre as comunidades afrodescendentes, principalmente quando conseguem algum nível de escolaridade, a buscar emprego nos médios e grandes centros urbanos. Entretanto, nas comunidades em que já há movimentos de afirmação e de valorização do *ser negro* e da efetiva consciência da negritude, os jovens vislumbram a possibilidade de melhores condições de vida e se sentem comprometidos com isso. Estudam fora e retornam movidos pelo desejo de trabalhar pelo coletivo.

A mão-de-obra jovem masculina é absorvida principalmente dentro da própria família e predominantemente na agricultura, o que significa trabalho sem carteira assinada e não remunerado. Os jovens, além da ausência de salário, trabalham sob condições adversas, uma vez que lhes falta financiamento, terra, semente e até assistência técnica para que desenvolvam suas atividades de maneira autônoma. Por outro lado, inserido na agricultura familiar, ele não só aprende com os mais velhos as atividades desenvolvidas na propriedade rural, além do sentimento de pertença e de uma forte relação com a terra, como incorpora os valores da solidariedade, da cooperação e da coletividade.

Portanto, um ponto importante a destacar quando se fala de desenvolvimento sustentável é a presença desse contingente capaz de contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais e que não vem sendo contemplado nos projetos. Não se vislumbra iniciativa de atividades capazes de adequar melhor a juventude à realidade, nem mesmo para melhor aproveitar as capacidades juvenis desenvolvidas pelo processo de escolarização, presente hoje nas comunidades rurais. O trabalho realizado pelo jovem tem sido considerado como ajuda, e seus estudos completamente dissociados da realidade em que vive. Por isso, a afirmativa de que equilíbrio e bom senso deveriam ser buscados na formulação das políticas públicas que, se por um lado devem ser universais, não podem, por outro, abandonar as especificidades.

É preciso considerar ainda, como bem lembra Celecina Sales (2002, p. 1) que “os jovens rurais, como sujeitos desejantes, sonham com uma sociedade nova e acreditam que nas organizações podem inventar práticas criativas, revolucionárias. Seus sonhos se transformam em ação quando se manifestam, se recusam a legitimar a ordem vigente, quando se rebelam e questionam a segregação, a exclusão, o comportamento das elites e, ainda, desenvolvem também formas de estar no mundo para garantir, muitas vezes, a sua própria sobrevivência”.

Para finalizar, e considerando o desenvolvimento sustentável, seguem alguns pontos importantes na mediação social, sobretudo no sentido de:

- observar que os projetos de desenvolvimento têm incidências diferenciadas nas mulheres e nos homens pela participação desigual dos mesmos, assim como há incidência diferenciada nos jovens, nas pessoas da terceira idade e nas diferentes atividades das comunidades;
- conhecer os arranjos existentes nas unidades produtivas familiares e nas comunidades e as diferentes responsabilidades de mulheres, homens, jovens e terceira idade;

- conhecer as relações de gênero e de geração e as formas em que a iniciativa de desenvolvimento as articula ou as modifica, além de conhecer as repercussões para a comunidade, para as mulheres, homens, jovens e terceira idade;
- identificar como as relações de gênero e de geração podem determinar o êxito de um programa ou projeto considerando as diferenças, especificidades e as possibilidades de participação das forças vivas da comunidade;
- prever os benefícios das iniciativas de desenvolvimento para homens, mulheres, jovens e terceira idade e as incidências na comunidade;
- consolidar processos democráticos – requerer participação representativa (classe, categoria, gênero e geração);
- promover e fortalecer a participação cidadã das mulheres, dos jovens e das pessoas de terceira idade;
- incorporar a percepção holística das mulheres e dos homens nas novas formas de articulação da sociedade civil, Estado e setor privado;
- superar a segmentação dos espaços de participação promovendo a convivência democrática entre diversos atores e setores; a confluência de interesses; a participação das mulheres, homens e jovens nos processos de descentralização regional e local; e a participação na tomada de decisões políticas e econômicas que reverta a distribuição desigual dos recursos e dos benefícios.

Isso implica:

- reconhecer a participação das mulheres, homens e jovens na produção rural, na reprodução e na gestão comunitária;
- fortalecer nas mulheres e nos jovens o desenvolvimento humano, a auto-estima, as atitudes e as habilidades e o potencial, a fim de adquirirem confiança e conhecimento como sujeitos do desenvolvimento;
- favorecer o acesso das mulheres, jovens e idosos, e conseqüentemente suas famílias, aos serviços de saúde, educação, nutrição, energia e ao abastecimento da água;
- potencializar a participação das mulheres nas decisões e na gestão do desenvolvimento para garantir a representatividade e a validade das propostas de desenvolvimento;

- incorporar os interesses e as necessidades das mulheres, homens jovens e idosos com o intuito de obter propostas includentes, representativas, democráticas, viáveis e que beneficiem o conjunto *população rural*.

Sílvia Camurça (1997) levanta a idéia de que as políticas públicas são orientadas por uma racionalidade de conotação patriarcal, deixando pouco ou nenhum espaço para que mulheres e jovens se façam presentes de forma propositiva ou pelo menos que garanta a eles *status* de igualdade perante os homens. A condição da mulher é sempre afetada pelo encargo quase exclusivo das tarefas reprodutivas, que as mantêm maior parte do tempo nas tarefas domésticas, confinadas ao ambiente do lar ou, quando muito, ao bairro. O jovem se vê discriminado pela visão paternalista de que "não é", "ainda será, um dia, no futuro, alguém". Os idosos, por outro lado, "já foram" e, se hoje voltam aos poucos a ter importância crescente nas comunidades, isso tem se dado pelo peso que representa a aposentadoria na receita familiar, sendo, em muitos casos, a única renda.

Deve-se inserir uma portentosa ressalva quanto às comunidades indígenas em relação aos idosos: são respeitados pela sabedoria que os anos de vida lhes conferiu e também por manterem vivo o patrimônio cultural, um exemplo a ser imitado.

4.3. A Realidade Geradora do Conteúdo e da Pedagogia da Capacitação

Tendo como premissa a concepção pedagógica dialética de educação popular, numa forma de ver a realidade de modo crítico, considerando os sujeitos envolvidos em todo o processo formativo, foi realizada a viagem de reconhecimento às comunidades negras e indígenas.

O primeiro contato com os sujeitos e seus respectivos ambientes gerou um questionamento à orientação inicialmente estabelecida para o curso e teve, como consequência, a radicalização da concepção de currículo situado no sentido de aprofundar as experiências a partir das realidades desses grupos. Foi preciso inverter a lógica tradicional de pensar os conteúdos considerados básicos e elaborar a grade curricular a partir de temas gerados nas situações concretas vivenciadas nas visitas planejadas e nas diferentes situações ou realidades observadas. Das observações e anotações dos diários de campo, numa atividade de socialização, surgiam os conteúdos teóricos para serem refletidos. A grade mínima do currículo passa a ser subordinada às necessidades e às motivações provocadas pela realidade. Nascia o currículo situado.

A viagem também permitiu o conhecimento dos limites históricos e institucionais das práticas desenvolvidas pelas organizações que atuam na ambiência dos sujeitos que seriam formados. A prévia apreciação da área serviu para ajudar na definição de um rumo teórico-metodológico do conteúdo programático, propiciando o primeiro passo para a construção de um processo transformador, envolvendo educandos e educadores.

Além da visita às comunidades negras rurais, quilombolas e aldeias, o levantamento da realidade, feito com os comunitários durante o trabalho de campo, objetivava “superar os aspectos meramente formais de diagnóstico, transformando-se num momento privilegiado de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade” (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 57), o que propicia um maior conhecimento para a elaboração do planejamento bem como maiores possibilidades de atuar nessa realidade.

Um segundo momento para conhecimento da realidade geradora, agora com maior ênfase no grupo social, foi o processo de seleção dos candidatos. A abordagem dos entrevistadores foi dialógica e dialética e com o intuito maior de identificar formadores em potencial. Buscou-se também identificar potenciais de discernimento, de comunicação, ou seja, não se procurou indivíduos “prontos” e “acabados”. A preocupação maior foi selecionar pessoas comprometidas com a causa dos negros e dos indígenas no país. A auto-identificação⁶⁷ com negro ou índio foi ponto importante nesse processo, e tudo analisado no contexto dos grupos sociais e respeitando a realidade quanto aos seus níveis de desenvolvimento intelectual. A escolaridade foi considerada, porém não foi condição maior no processo seletivo, que também recebeu retoques em virtude da realidade encontrada, *fugindo* assim da abordagem tradicional de selecionar pessoas para eventos de capacitação. A lição foi apreendida desde o início do envolvimento com os atores negros e índios e com suas instituições. Eram os primeiros contatos com a problemática desses grupos especiais.

Na seqüência, um seminário introdutório sobre as questões das comunidades negras e indígenas, ministrado por especialistas com conhecimento do contexto nacional e mais particularmente do Maranhão, foi realizado, somando-se às etapas anteriores. O evento proporcionou um aprofundamento desses problemas, dando mais conhecimento ao quadro de docentes e discentes sobre a realidade, uma nítida lição de destaque que ajustou ainda mais os conteúdos e fortaleceu

67 “Você se considera negro? Você se considera índio?” Essas perguntas ajudaram na auto-identificação. Para o processo pedagógico que visou a formação de formadores, não seria interessante selecionar pessoas sem essa identificação.

a abordagem pedagógica. Como um dos exemplos, muitos dos professores do curso admitiam, antes do curso com os quilombolas, que a “pobreza no Brasil não tinha cor”⁶⁸. Os conteúdos dos cursos prestados foram então realmente construídos e reconstruídos ao longo da capacitação, num processo continuado e dinâmico, subvertendo a abordagem conservadora de planos e programas de cursos pré-estabelecidos e “engessados”.

O autodiagnóstico realizado em campo teve importância relevante por permitir a reflexão sobre os conteúdos trabalhados em sala de aula, a adaptação da metodologia de capacitação, os ajustes pedagógicos e a interação com os alunos⁶⁹.

A leitura crítica que essas experiências propiciam em relação às políticas públicas é que, quanto à capacitação, tem sido direcionada a estimular resultados concretos, no que tange ao benefício aos grupos sociais trabalhados. A pressão desses grupos sociais, ao final dos cursos, pela continuidade do trabalho nas suas comunidades é exemplo disso. Reivindicam junto ao PCPR os projetos por eles definidos, alguns até por eles elaborados, o que implica uma mudança na definição da demanda.

4.4. A Capacitação Continuada

Na corrida pelo desenvolvimento rural em que os governos têm se envolvido, constata-se que as ações de capacitação não têm propiciado, a contento, resultados que apontem para a sustentabilidade do desenvolvimento. De modo geral, fatores como a forma com que as ações têm sido desenvolvidas, descontextualizadas e fragmentadas, decididas de forma autoritária; o recrutamento dos capacitadores, possuidores de habilidades específicas, mas sem conhecimento da dinâmica do espaço rural e da realidade dos diferentes povos rurais, e, na maioria dos casos, inseridos em realidades urbanas, podem ser apontados como responsáveis.

⁶⁸ Vide o trabalho de Ricardo Henriques, intitulado *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*, obra relacionada na bibliografia deste trabalho.

⁶⁹ Os autores destacam que as experiências vivenciadas serviram como reflexões teóricas e lições para a prática pedagógica de professores e pesquisadores em Educação Popular. Os conceitos teóricos foram analisados de forma mais crítica, o que permitiu com que pontuassem algumas considerações, entre as quais, a de mudarem não só a forma de planejar os cursos assumidos pelo IICA, mas também atitudes, posturas e comportamentos a partir das lições com os quilombolas e com os indígenas.

A capacitação concebida é vista como um processo pedagógico que supõe sensibilização, estimulação e assessoramento à população, tudo com o intuito de que os comunitários e suas lideranças tenham meios de apreensão contínua da realidade social e saibam analisá-la, situando os seus interesses, assim como as novas injunções e redefinição dos canais de comunicação que sustentam sua organização. “É uma dimensão relacionada à construção do conhecimento prático ou de habilidades que permite ao sujeito agir sobre a realidade” (FUNDEP, 1994, p. 49) e, como tal, diz respeito também às relações da população com as instituições, o que requer compreensão das políticas interna e externa para atuação junto às formadas pelas comunidades.

Para um plano de capacitação, é necessário garantir a capacitação continuada e, como tal, considerar os seguintes aspectos: a) levantamento das demandas dos comunitários, lideranças e organizações, numa abordagem participativa; b) compatibilidade e prioridade das demandas, em articulações com as instâncias municipal, estadual e federal; d) definição das ações a serem desenvolvidas para atender as demandas; e) elaboração e monitoramento da execução dos planos territoriais de desenvolvimento sustentável. Além disso, é preciso proporcionar conhecimentos, habilidades e tecnologias necessárias aos processos de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização agrícola; ampliação das atividades de disseminação de novas tecnologias coerentes com as necessidades dos comunitários; promoção da difusão de experiências com êxito nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura, entre outras, e gestão social competente.

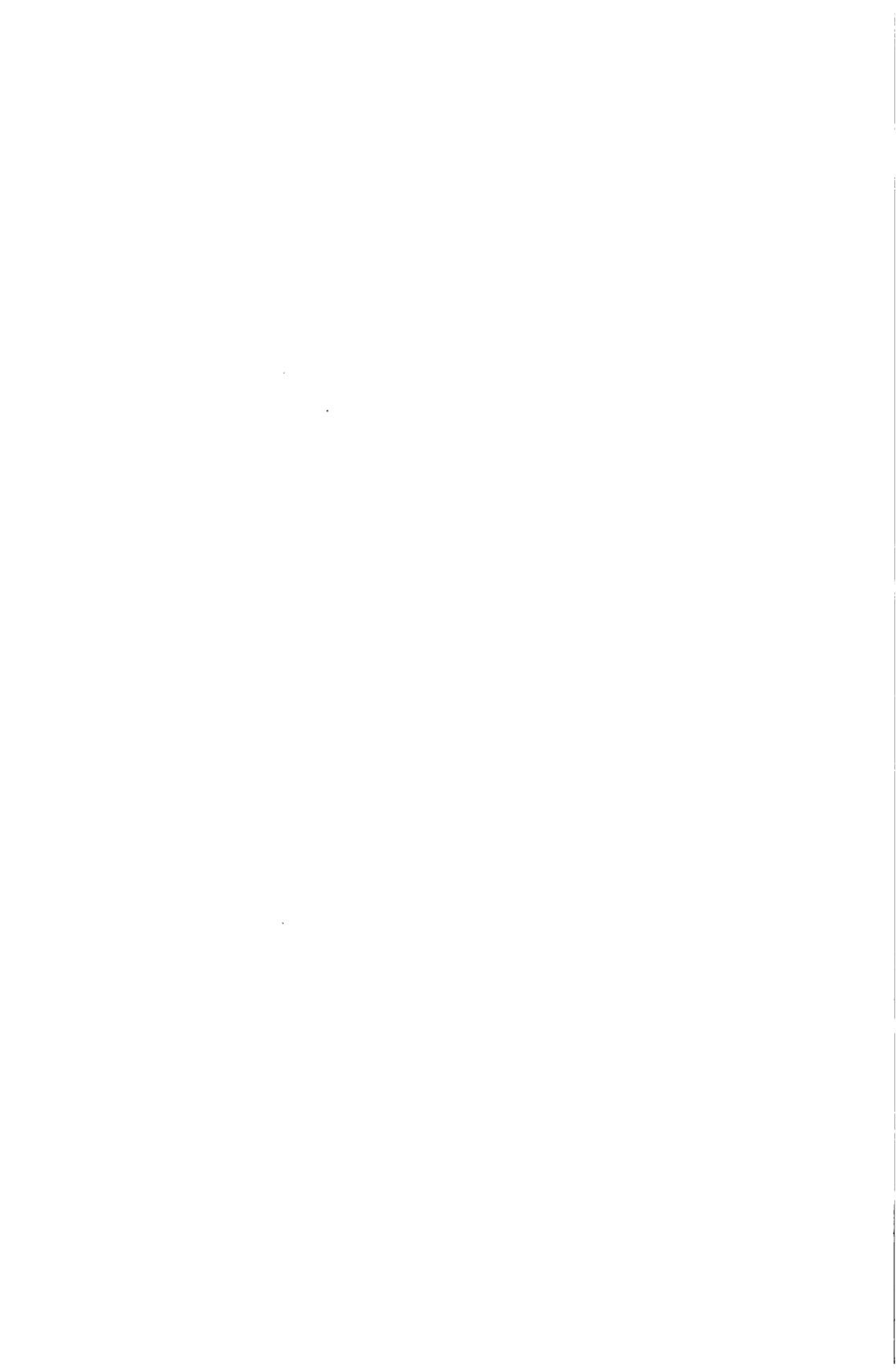
A conseqüência esperada é levar à consciência da necessidade da organização dos diferentes segmentos das comunidades, bem como da organização da produção por intermédio de investimentos comunitários, considerando as dimensões do desenvolvimento sustentável, quais sejam, ecológica, econômica, social, político-institucional e tecnológica. É preciso destacar que as organizações comunitárias não são entendidas aqui como simples estruturas formais, mas como articulação consciente, permanente e dinâmica dos grupos de uma população ao redor de interesses comuns, objetivos reais, percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos.

Algumas das lições aprendidas, por ocasião da mediação nos territórios quilombolas e indígenas, e que devem ser consideradas na implementação de novas experiências com grupos de natureza similar, merecem ser registradas:

- promover uma nova formação de profissionais que atuam em organizações governamentais e não-governamentais, com diferentes etnias, para a mediação nos territórios rurais;

- implementar atividades de capacitação que deverão ser integradas e continuadas com uma abordagem pedagógica progressista e metodologias participativas, apresentando conteúdos programáticos construídos coletivamente por técnicos e comunitários;
- contribuir na construção de uma rede de gestão social e facilitar a dinamização das informações e da veiculação das informações de forma mais rápida e transparente;
- construir uma ampla consciência coletiva ecológica;
- propiciar o aquecimento dos movimentos sociais e promover parcerias com o terceiro setor;
- resgatar o patrimônio cultural, fortalecer as identidades, combater a discriminação racial e observar as questões de gênero e de geração;
- colaborar na construção, implementação e avaliação de políticas públicas diferenciadas para a inclusão social dos grupos especiais;
- envolver de forma ampla os diversos segmentos da sociedade civil e política no processo de capacitação, enfocando os territórios.

Essas “lições” observadas e aprendidas embasam os argumentos principais deste trabalho. No item seguinte, a discussão sobre a chamada nova “cara” do desenvolvimento rural e sobre os aspectos que devem ser considerados no processo de sua construção será concluída.



CONCLUSÃO

CONSTRUINDO A NOVA “CARA” DO DESENVOLVIMENTO RURAL



Representantes comunitários no encerramento do curso dos quilombolas.

“(...) estou convencida de que o único caminho para avançar na luta para criar as condições da profunda transformação social a que não renunciamos – apesar das enormes dificuldades que se divisam no horizonte – é evitar cair numa atitude nostálgica em relação ao passado e partir da nova realidade em que estamos inseridos”.

Marta Harnecker

“A gente tá aqui hoje saindo para ser borboleta e deixar de ser lagarta e levar isso para a aldeia para ela ver um novo mundo como borboleta”.

Aluno do curso, índio Krikati, aldeia São José, município Montes Altos,
31.10.2002.

Inicialmente, é importante destacar que a discussão sobre mediação e a discussão sobre abordagem territorial, como uma estratégia de enfrentamento da exclusão social sofrida pelas comunidades quilombolas e indígenas, respaldadas no conceito ampliado de desenvolvimento sustentável e na experiência relatada, são elementos para a construção de uma nova “cara” do desenvolvimento rural.

A construção dessa nova “cara” do desenvolvimento rural, apresentada ao longo de toda a exposição deste trabalho, diz respeito a um amplo processo participativo e a uma nova forma de organização entre os atores e as instituições, baseada numa lógica de participação que se inicia na comunidade e caminha para a construção de redes, visando desenvolver nos territórios rurais, nos atores sociais, nas organizações governamentais e não-governamentais, nos movimentos sociais e no terceiro setor as mais diversas capacidades e relações interpessoais e interinstitucionais, enfim institucionalidade. Considerando o exposto, alguns tópicos merecem destaque.

- Participação efetiva do Estado, intervindo na superação das condições de discriminação, desigualdade e exclusão social por intermédio de políticas universais e diferenciadas voltadas para os grupos especiais que vivem no espaço rural. Assim, deve o Estado estabelecer redes públicas universais que garantam o acesso desses grupos à sociedade pela ampliação e redistribuição de bens e serviços públicos, além de possibilitar o acesso aos outros serviços e à redistribuição de renda para a devida inclusão social. No caso, as políticas para delimitar a titulação das terras quilombolas (artigo 68 da Constituição de 1968) e para delimitar as terras indígenas devem ser implementadas. Enfim, criação de políticas públicas que respondam ao conhecimento e às necessidades dos grupos mais pobres dos territórios rurais, os quilombolas e os índios, permitindo a eles o acesso à saúde (previdência e seguro), acesso às escolas e conseqüente permanência, com a devida adequação dos currículos, fim do trabalho infantil, inserção no mercado de trabalho, condições habitacionais dignas e oportunidades para o consumo de bens duráveis. Uma agenda atual de políticas públicas tem que considerar os aspectos históricos, éticos, políticos e socioeconômicos da exclusão social. Mister se faz repensar a perspectiva de igualdade de oportunidades, igualdade de condições e igualdade de resultados, promovendo a inclusão dos mais pobres e, em particular, os quilombolas e os índios.

- Por intermédio das universidades e outras unidades de ensino público e privado, deve o Estado promover a revisão dos projetos formativos dos

profissionais que atuarão na mediação com o enfoque territorial para o desenvolvimento rural. É preciso formar profissionais com habilidades específicas de acordo com seus cursos e com habilidades generalistas, ou seja, no espaço rural necessita-se de um profissional com características inclusive de um gestor social. No que se relaciona às ações afirmativas, as unidades de ensino em foco podem atuar no sentido de: (i) melhorar o ensino público fundamental e médio; (ii) introduzir pré-vestibulares para negros, índios e outros socialmente excluídos; (iii) adotar uma política de bolsas de estudos para vestibulandos negros, índios e outros excluídos; (iv) estabelecer um sistema de cotas de admissão de estudantes negros e índios; estabelecer metas de absorção dos profissionais recém-formados, negros e índios, no mercado de trabalho; (v) ampliar o número de vagas nas universidades públicas e gratuitas beneficiando negros e índios; (vi) promover programas de capacitação para docentes nos organismos de ensino para ministrar disciplinas que tratem da "História e Cultura Afro-Brasileira", de acordo com a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

- Articulação dos atores sociais e institucionais, dos movimentos sociais e das organizações governamentais e não-governamentais para a criação de vínculos que possibilitem realizar um trabalho conjunto, integrando as políticas governamentais nos níveis federal, estadual e municipal. Novas alianças com outros grupos sociais como as organizações ambientais, os movimentos dos negros, índios, mulheres e de orientação sexual, os sindicatos de outros setores econômicos, ONGs internacionais que estão dispostas a apoiar as mudanças tecnológicas e políticas. As ações unilaterais e multilaterais, a multidisciplinaridade e as relações transnacionais alternativas para a sustentabilidade das ações desenvolvimentistas estão fortemente inseridas no âmbito da mediação. O uso de espaços inovadores de negociações e de mediação que atravessam as fronteiras institucionais deve ser considerado nas mesas de negociação nacional e internacional, evitando-se a superposição de recursos humanos, financeiros e materiais.
- Inserção de pessoas nas organizações não-governamentais com o objetivo de defender os direitos da sociedade, fazendo com que essas organizações não assumam funções que pertenciam ou pertencem ao Estado, e de se relacionar com outros organismos nacionais e internacionais com autonomia, sem se cooptar nessas parcerias.
- Inserção dos atores para trabalhar com a mediação e a abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável, discutindo os con-

ceitos teóricos e conhecendo as origens desses conceitos para ajustá-los à realidade do espaço rural brasileiro, evitando-se equívocos de apontar territórios sem estudos prévios.

- Construção de uma proposta de desenvolvimento rural que se oponha à visão neoliberal, exigindo assim um diagnóstico “não neoliberal” antes de propor as mudanças “não neoliberais”, mesmo que se tenha que enfrentar o chavão de que os diagnósticos “já estão feitos”. É preciso *fazer algo*; é preciso *agir*. Essa é a “cara” do desenvolvimento rural.
- Concepção de planejamento (com todas as suas fases: execução, acompanhamento e avaliação) repensada no sentido de entendê-lo como um processo de construção coletiva, evitando-se o tecnicismo, o positivismo, tudo numa abordagem de complementaridade dos indicadores quantitativos e qualitativos.
- Ações abrangentes e continuadas voltadas para o desenvolvimento rural com atividades de capacitação e, principalmente, formação, para que essas ações produzam impactos coletivos; pois, muitas vezes, imagina-se que pequenos exemplos, numa visão reducionista e mecânica (com a alegativa de poucos recursos), podem ser replicados numa área maior de atuação das organizações e com um maior número de comunitários não assistidos.
- Construção de novas abordagens pedagógicas, metodologias, métodos, procedimentos, instrumentos e técnicas participativas para capacitar e formar diferentes categorias dos mediadores, reflexivos e interativos, em potencial: os trabalhadores rurais, os agricultores, os pescadores, os técnicos, os formuladores de políticas, além da implementação de uma nova concepção de trabalho nas suas organizações e nos instrumentos de implantação das políticas públicas, associações, cooperativas, conselhos, comitês, fóruns, dentre outros.
- Formação do capital humano e criação e fortalecimento do capital social dos territórios como ponto de partida para a mediação e para a adoção do enfoque territorial. Deve-se trabalhar a auto-estima e o estado de consciência dos comunitários, *a priori*.
- Promoção do fortalecimento da base organizacional das comunidades nos territórios, realizando com eles uma leitura crítica e holística da realidade, recorrendo ao resgate da história de cada grupo bem como do patrimônio cultural respectivo.

- Construção de espaços comunicativos que levem ao surgimento de redes sociais que possam atuar em sintonia e de forma complementar, implementando ações coletivas e estabelecendo vínculos, inclusive com outros setores que não o rural e com outras categorias, numa concepção ampliada e territorial de atividades, ações, projetos, programas e planos, considerando a divisão política e administrativa do país: federação, estado e município.
- Promoção de um entusiasmo coletivo entre os comunitários, considerando emoções pessoais para novos estágios de satisfação (o “intangível”, Carlos Jara, 2001) e novas relações interpessoais mais solidárias e igualitárias”.
- Geração de renda e ocupação, explorando o potencial local mediante a implementação de projetos produtivos de natureza diferenciada (desenvolvimento alternativo: economia solidária e escambo), voltados para a sustentabilidade e adequados à realidade dos territórios, tendo a qualidade de vida dos comunitários como alicerce, as novas abordagens institucionais dos órgãos governamentais e não-governamentais coerentes com a mediação e o enfoque territorial como orientação do trabalho para a construção da nova “cara” do desenvolvimento rural.
- Organização, procura de espaços para a mediação, processo de avaliação, mercados, relação dos comunitários com suas respectivas instituições (pesquisa, ensino, extensão rural e produção), otimismo e cautela devem ser considerados elementos da mediação.
- Revisão da posição de desvantagem no que tange à inserção de mulheres, jovens e pessoas da terceira idade nos processos de desenvolvimento. É fundamental que as políticas de mediação, em relação a essas categorias, considerem a participação, o acesso a informações e ao controle sobre recursos; viabilizem oportunidades; e que isso seja construído nas relações de etnia, gênero e geração na base dos programas e projetos que, em princípio, deveriam ser construídos junto com as comunidades. Essa é a nova “cara” do desenvolvimento rural: considerar políticas que respondam ao conhecimento e às necessidades dos grupos mais pobres nas comunidades rurais, os quilombolas e os índios.

Por fim, esta obra apresenta uma proposta de trabalho para inclusão social dos “excluídos entre os excluídos”, os quilombolas e os índios, entre outros grupos, que, no seu cerne, é revolucionária. Tem raízes teóricas espelhadas nos escritos de Marx, propondo uma relação interativa e igualitária entre Estado e sociedade

e as classes sociais entre si, ainda que em ambiente adverso. Portanto, é uma causa instigante e desafiadora. Requer *paciência histórica*, confiança, prudência, tolerância e humildade, pureza e justiça.

Não basta que a causa seja pura e justa, é necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós (Agostinho Neto)⁷⁰. Essa causa exige que os espaços sejam ocupados com prudência, os recuos procedidos com paciência, as relações com os excluídos sejam puras e justas, as vitórias embaladas com humildade e o trabalho vivido com intensidade, otimismo e, antes de tudo, compromisso. Nessa caminhada para a construção de uma nova “cara” do desenvolvimento rural, não interessa a quantidade de sementes germinadas: o importante é que haja germinação.

⁷⁰ Trecho retirado de uma mensagem eletrônica encaminhada por uma ex-aluna e amiga, Francisca Marta, em 1° de dezembro de 2003.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. (Coord.) *Juventude e agricultura familiar*. Brasília: Unesco, 1998.

ALMEIDA, A. W. B. de; SILVA, M. H. P. (Orgs.). *O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais*. São Luís, MA: CPT, 1998.

ANDRADE, M.C. de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.

AROCENA, J. *Développement par l'initiative locale: lês cas français*. Paris: L'Harmattan, 1986.

AZEVEDO, J. C. de et al. (Orgs.). *Utopia e democracia na educação*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BAHIA (Estado). Poder Executivo. *Faz cidadão – noções básicas em administração comunitária*. Salvador: Governo da Bahia, 2000.

BAREL, Y. *Modernité, code, territoire*. Paris: Anais da Pesquisa Urbana, 1981.

BARROS, S. et al. *Povos indígenas do Maranhão: exemplo de resistência*. São Luís, MA: Cimi, MA, 1988.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BLAUERT, J.; ZADEK, S. (Coords.). *Mediación para la sustentabilidad: construyendo políticas desde las bases*. México: Plaza y Valdez, 2000.

BILLAUD, J. P. *Regards sur la localité*. Groupe Recherches Sociologiques, Université de Paris-Nanterre, 1983.

BOBBIO, N. Gramsci and the conception of civil society. In: MOUFFE, C. *Gramsci and marxist theory*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.

BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

BOURDIN, A. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: UFPR, 1999.

BRASILEIRO, J. *Congadas de Minas Gerais*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001.

CALDERÓN, A. I.. *Democracia local e participação popular*. São Paulo: Cortez, 1999.

CAMMACK, P. *The mother of all governance: The World Bank's Matrix for Global Governance*. Manchester: University of Manchester, 2000. Mimeografado.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. *Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro – Incorporando a noção de desenvolvimento local*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 1999.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARITAS. *20 anos de economia popular solidária*. Brasília: Caritas Brasileira, 2003.

CARNEIRO, M. J. Sobre classificações e tipologias: agricultores familiares e pluriatividade. In: SEMINÁRIO "O NOVO RURAL". Campinas: IE/Unicamp, 1999.

CARNEIRO, R. *A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectiva*. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

CARNEIRO, S. Luvas de pelica. *Correio Braziliense*, Brasília, 19 dez. 2003. Coluna Opinião.

CASTELLS, M. *Fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CEBRIÁN, J. L. *A rede: como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação*. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. *A verdadeira história do Brasil são outros quinhentos*. São Luís, MA: CCN, 2000.

CHESNAIS, F. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. Campinas: Unicamp, 1992.

CHOMSKY, N. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- CNBB. *Participação popular em conselhos paritários: aprendendo e ensinando uma nova lição*. Petrópolis: CNBB, 1999; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COHEN, R.; SHIRIN, M.R. *Global social movements*. Londres: The Athlone Press, 2000.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *A violência contra os povos indígenas no Brasil*. Brasília: Cimi, 1996.
- CORRÊA, K. N. F. *Muita terra para pouco índio? O processo de demarcação da terra indígena Krikati*. São Luís, MA: UFMA-Proin-CS, 2000.
- CORRÊA, V. *Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você professor?* Rio de Janeiro: Quartet, 2000.
- CORTINA, R.; STROMQUIST, N. *Promoviendo la educación de mujeres y niñas en América Latina*. México: Editorial PAX México, 2001.
- COUTINHO, L. Nota sobre a natureza da globalização. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, p. 11-182, 1995.
- CYPHER, J.; DIETZ, J. *The process of economy development*. Nova York: Routledge, 1997.
- DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Eds.). *Social capital. A multifaceted perspective*. Washington: Banco Mundial, 2000.
- DEFFONTAINES, J. P.; PROD'HOMME, J. P. *Territoires et acteurs du développement local: de nouveaux lieux de démocratie*. France: l'Aube, 2001.
- DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. *Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out.1999.
- DEMO, P. *Combate à pobreza – desenvolvimento como oportunidade*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. Relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2001.
- DOS ANJOS, F. S. Imprecisões, ambigüidades e contradições. Das sociologias do "rural" às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Brasília, v. 27, n. 1, 2 e 3, jan./dez. 1997.

DOWBOR, L. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENCONTRO NACIONAL DE LIDERANÇAS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS TITULADAS, I., 2002. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998.

FERREIRA, L. da C. (Org.). *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

FINE, B. *Social capital versus social theory. Political economy and social science at the turn of the millennium*. Londres: Routledge, 2001.

FISCHER, N. B.; MOLL, J. *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, A. de. *Capital social*. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

FRIEDMAN, J. *Empowerment: the politics of alternative development*. Cambridge: Blackwell, 1992.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Quilombos no Brasil*. Brasília, 2000.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Terras indígenas do Maranhão*. São Luís, MA: FUNAI/DEDOC/SEII, 2002.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

FURTADO, F. P. *Uma construção coletiva do desenvolvimento local sustentável com comunidades negras rurais: a voz dos atores*. 2003. Monografia. São Luís, MA. Mimeografado.

FURTADO DE SOUZA, J. R; FURTADO, E.D. P. *A intervenção participativa dos atores – Inpa: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2000.

GANDIN, D. *A prática do planejamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GENTILI, P. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GEORGE, S. *O relatório Lugano*. São Paulo: Boitempo, 2002.

- GIDDENS, A.; TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.
- GILLARDOT, P. *Géographie rurale*. Paris: Ellipses, 1997.
- GOMES, E. et al. *Crise & reestruturação do Estado Brasil*. Recife: UFPE, 1993.
- GOMES, M. P. *O índio na história: o povo Tehetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOMES, N. L.; SILVA, P. B.G.(Orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- GORE, C. The rise and fall of the Washington consensus as a paradigm for developing countries. *World Development*, Geneva, v. 28, n. 5, p. 799-804, 2000.
- GRAMSCI, A. *A selection from prison notebook*. London: Kuintin Hoare & Geffey Nowell Smith, 1971.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 1999.
- _____. O novo rural brasileiro. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 1999.
- _____. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 99.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out.1999.
- _____. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 1999.
- GRUNEWALD, R. de A. *Os índios do descobrimento: tradição e turismo*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. Salvador: Novos Toques, 1998.
- _____. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: USP, 2002.
- HADDAD, S. *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002.

HARNECKER, M. *Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HELLER, A. et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Universidade Federal Fluminense, 2001.

HIGGOTT, R. *Contested globalization: the changing context and normative challenges*. Londres: British International Studies Association, 2000.

HINES, C. *Localization: a global manifesto*. London: Earthscan, 2000.

IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IICA. *El desarrollo rural sostenible en el marco de una nueva lectura de la ruralidad – nueva ruralidad*. Costa Rica: IICA/Dirección de Desarrollo Rural Sostenible, 2000.

INSTITUTO DO HOMEM. *Manual de capacitação dos conselhos municipais de políticas públicas*. São Luís, MA: Instituto do Homem, 1997.

JARA, C. J. *A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção*. Brasília: IICA, 1998.

_____. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2001.

_____. *Projeto Identidade: construindo o desenvolvimento sustentável das comunidades afrodescendentes do Estado do Maranhão*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2002.

JOLLIVET, M. *Le développement local, mode ou mouvement social*. *Économie Rurale*, Paris, n.166, 1985.

JOYAL, A. *PME et développement territorial, dans théorie et pratique dans les PME*. Paris: Presses interuniversitaires, Québec et Économica, 1999.

JUNIOR, P. N. B. Mitos da "globalização". *Revista Estudos Avançados*, USP, São Paulo, v. 12, n. 32, jan./abr., 1998.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar*. Campinas: Unicamp, 1993.

- LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões e normativas. Disponível em: <<http://nead.org.br/artigodomes>>. Acesso em: 21 jan. 2004.
- LEMOS, R. de O. *O negro na educação e no livro didático: como trabalhar alternativas*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001. (Cadernos Ceap.)
- LESBAUPIN, I. *Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LESMOUNIER, M. L. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papyrus, 1988.
- LIMA, A.P. de et al. *Administração da unidade de produção familiar*. Ijuí: Unijuí, 1995.
- LINHARES, L. F. Comunidade negra rural: um velho tema, uma nova discussão. Disponível em: <<http://nead.org.br/artigodomes>>. Acesso em: 20 dez. 2002.
- LIRA, F. J. de. Evolução da ocupação agrícola e não-agrícola no meio rural de Alagoas. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 1999.
- LONGHI, C.; SPINDLER, J. *Le développement local*. Paris: L.G. D. J, 2000.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 1999.
- KAGEYAMA, A.; GRAZIANO da SILVA, J. *A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: Unicamp/IE, 1987.
- _____. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Brasília: Ipea, 1990.
- KAYSER, B. *La renaissance rurale*. Paris: Armand Colin, 1990.
- KLAUSMEYER, A.; RAMALHO, L. *Introdução a metodologias participativas: um guia prático*. Recife: SACTES/DED/ABONG, 1995.
- MANDER, J.; GOLDSMITH, E. (Orgs.). *The case against the global economy*. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.
- MARQUES E. *Mídia e experiência estética na cultura popular: o caso do bumba-meu-boi*. São Luís, MA: Imprensa Universitária, 1999.
- MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARX, K. *El capital, crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica (Tomo I).

MATIAS, M. *Os (outros) segredos do Maranhão*. São Luís, MA: Estação Gráfica, 2002.

MATOSO, J. *A desordem no mundo*. São Paulo: Scritta, 1995.

MCMICHAEL, P. *Development and social change*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1996.

MCKINSEY&COMPANY. *Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais*. São Paulo: Fundação Peiropólis, 2001.

MEDEIROS, L. et al. *Agricultura familiar e desenvolvimento democrático: notas de uma viagem à Alemanha*. Rio de Janeiro: Ibase, 1994.

MENDRAS, H. *La sagesse ei lê désorde*. France: 1980, Gillimard, 1981.

MONTRICHER, N. de. *L'aménagement du territoire*. Paris: La Decouverte, 1995.

MORIN, E. *O homem e a morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J-L. *A inteligência da complexidade*. Petrópolis: Peirópolis, 1999.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita*. Repensar a reforma – reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

_____. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, O. N. de S.; NETO, P. dos S. B. *Ocupações não-agrícolas: novas opções de emprego no campo*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 1999.

NASCIMENTO, E. P. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Cadernos do CRH*, Salvador, (21), p. 20-47, jul./dez., 1994.

NARVÁEZ, I. *Huaorani vs Maxus*. Poder étnico vs poder transacional. Quito: Fundacion Ecuatoriana de Estudios Sociales, 1996.

NEAD. *Distribuição de riqueza e crescimento econômico*. Brasília, 2000.

NIELSEN, K. *Reconceptualizing civil society for now: some somewhat Gramscian Turninig*. University of Warwick, 2000. Mimeografado.

- NORBERG-HODGE, H. Shifting Direction: from dependence local to local interdependence. In: MANDER, J.; GOLDSMITH, E. (Orgs.). *The case against the global economy*. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.
- OLIVEIRA, D. D. de et al. (Orgs.). *50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados*. Goiânia: Ministério da Justiça, 1999.
- OLIVEIRA, E. *Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Fortaleza: Ibeca, 2003.
- OLIVEIRA, J. P. de. *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, 1998. Mimeografado.
- OLIVEIRA, N. S. de. *Guia dos direitos do brasileiro afrodescendente*. Brasília: Ministério da Justiça/Ceap, 2001.
- PAULY, L.W. *Good governance and bad policy: the perils of international organizational overextension*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2000.
- PEARCE, J. Civil society, the market and democracy in Latin America. *Democratization*, Londres, v. 4, n. 2, p. 57-83, 1987.
- PENA-VEGA, A.; NASCIMENTO, E. P. do. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- PHILIP, G. *The dilemmas of governance: a Latin America perspective*. Oxford: University of Oxford, 1997.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- PNUD/IPEA. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília: Ipea, 1996.
- PNUD/ONU. *Human development report*. Nova York: ONU, 1996.
- POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA. *África ventre fértil do mundo*. Salvador: Carlos Bugia – Publicidade e Serviços Gráficos, 2001.
- PROJETO VIDA DE NEGRO. *Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. São Luís, MA, 2002.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUIJANO, A. *La economía popular y sus caminos em América Latina*. Lima: Mosca Azul, 1998.

REDEH. *Cidadania e gênero*. Rio de Janeiro: Banzal Marketng & Desing ME, 2000.

REYNAL, V. DE et. al. *Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica*. Belém: Lasat/CAT, 1995.

RIBEIRO, M. Pela promoção da igualdade social. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 nov. 2003. Sessão Tendências/Debates.

ROCHA, J.G. da. *Religião e ética*. Brasília: Ministério da Justiça/Ceap, 2001.

ROCHEFORT, M. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROMÃO, J. *Por uma educação que promova a auto-estima da criança negra*. Brasília: Ministério da Justiça/Ceap, 2001.

ROMEIROS, A. R. *Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade*. Aracaju: Embrapa, 1998.

SACRISTÁN, J. C. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SADER, E. (Org.). *Pedaços do capital*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SADER, E. Governo Lula 2006 (?). Disponível em: <<http://www.outrobrasil.net>>. Acesso em: 19 fev. 2004.

SALES, C. de M. V. *Realidade e sonhos dos jovens rurais*. Fortaleza, 2002. Mimeografado.

SANTANA, E. *Órfãos da abolição: tráfico de trabalhadores e trabalho escravo*. Fortaleza: IOCE, 1993.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, M. et al. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, H. Discriminação racial no Brasil. In: SABÓIA, G. V; GUIMARÃES, S. P (Orgs.). *Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

_____. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARACENO, E. *O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 1999.

SCHNEIDER, S. *Agricultura, pluriatividade e peri-urbanização: a nova dinâmica das relações rural-urbano no Rio Grande do Sul*. In: WORKSHOP INTERNACIONAL CAMPO-CIDADE – ELOS DA VIDA URBANO-RURALS. Curitiba, 1998.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. *Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural (um estudo sobre as tendências recentes)*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/.html>>. Acesso em: 26 out. 1999.

SCHOLTE, J. A. *Civil society and democracy in global governance*. Coventry: University of Warwick, 2001. Mimeografado.

SCHWARTZ, S. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEOANE, J.; TADDEI, E. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SEPÚLVEDA, S. et al. *El enfoque territorial del desarrollo rural*. Costa Rica: IICA, 2003.

SILVA, L.H. da (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, A. L. da. *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, R. H. D. da. *A autonomia como valor e a articulação de possibilidades: um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus encontros anuais*. São Paulo: Abya-Yala, 1998.

SINGER, P. Desafios com que se defrontam as grandes cidades brasileiras. In: STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: *Anuário Antropológico*. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 13-56.

STIGLITZ, J. E. *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002.

SOARES, J. A.; CACCIA-BAVA, S. *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo: Cortez; Toronto: University of Toronto, 1998.

SOARES, L. T. *O desastre social*. São Paulo: Record, 2003.

SOARES, L. T. Desigualdades sociais: o contexto latino-americano. Disponível em: <<http://www.outrobrasil.net>>. Acesso em: 19 fev. 2004.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

STONES, D. (Ed.). *Banking on knowledge: the genesis of the global development network (GDN)*. Londres: Routledge, 2000.

TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEISSERENC, P. *Les politiques du développement local: approche sociologique*. Paris: CNFPT, Economique, 2002.

TEIXEIRA, E. *O local e o global: limites de desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.

THÉVENIAUT-MULLER, M. *Le développement local: une réponse politique à la mondialization*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999.

UNDP. *Reconceptualizing governance: discussion Paper 2*. Nova York: UNDP, 1997.

VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil da globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILELA, S. L. de O. O meio rural no contexto da crise agrícola moderna: o exemplo do Estado do Piauí. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/>>. Acesso em: 26 out.1999.

ZICCARDI, A. *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los limites de las políticas sociales en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2001.

WAGNER, A. (Org.). *Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito de isolamento*. São Luís, MA: Centro de Cultura Negra do Maranhão & Sociedade Maranhense de Direitos humanos, 2002. 271p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT 17 – PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS, Caxambu, MG, 1996.

_____. Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da Sociologia Rural Brasileira. In: V JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Marília, SP, 1994.

WEISS, T.G. *Governance, good governance and global governance: conceptual and actual challenges*. New York: The Cuny Graduate Center, 2000.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WILLIAMSON, J. *Latin American adjustment: how much has happened?* Washington, DC: Institute International Economics, 1990.

WORLD CONFERENCE AGAINST RACISM. Declaração de Durban e plano de ação (tradução). Brasília: Ministério da Justiça, s.d.

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

II Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão: construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para as comunidades afrodescendentes.

Parte I – Conceitos Básicos e Metodologia

Carga horária: 244 horas

1ª Semana – 13 a 17 de maio de 2003

Recepção dos participantes

Integração e dinâmica de grupo

Ribamar Furtado

O contexto nacional e internacional do desenvolvimento

Ribamar Furtado

Características do modelo de desenvolvimento do maranhão: a situação da população negra

Luís Fernando Linhares

2ª Semana – 20 a 25 de maio de 2003

Metodologia de planejamento do desenvolvimento local sustentável

Sérgio Buarque

Metodologia do trabalho científico

Ribamar Furtado e Raimunda Nonata Santos de Lemos

3ª Semana – 27 a 30 de maio de 2003

Ciclo de projetos comunitários

Rodolfo Teruel e Carlos Jara

Metodologia do trabalho científico

Ribamar Furtado e Raimunda Nonata Santos de Lemos

4ª Semana – 3 a 8 de junho de 2003

Gestão pública municipal

Carlos Muniz e Guilherme Lafayette

Experiência bem-sucedida de gestão pública no Maranhão
Conceição Andrade

Desenvolvimento de cadeias de pequenos agronegócios
Roberta Meira Lins

Seminário sobre pequenos agronegócios no Maranhão
Instrutor local

Metodologia do trabalho científico
Ribamar Furtado e Instrutor local

5ª Semana – 10 a 15 de junho de 2003

Formação de capital social
Carlos Jara

O capital social no Maranhão
Alfredo Wagner

Capacitação para formação do capital social e humano
Ribamar e Eliane Furtado

Metodologia do trabalho científico
Ribamar Furtado e instrutor local

6ª Semana – 17 a 22 de junho de 2003

Intervenção Participativa dos Atores (Inpa)
Ribamar e Eliane Furtado

Metodologia do trabalho científico
Ribamar Furtado e Instrutor local

Parte II – Laboratório e trabalho de campo

Carga horária: 228 horas

7ª Semana – 1º a 5 de julho de 2003

Metodologia do trabalho científico
Ribamar Furtado e Instrutor local

Preparação para o trabalho de campo
Gabriel Katter, Marcos Castro, Ribamar Furtado e Eliane Furtado

Seminário sobre perspectivas do desenvolvimento sustentável das comunidades afrodescendentes do Maranhão

8ª Semana – 8 a 13 de julho de 2003

Viagem para os municípios selecionados

Laboratório de sensibilização comunitária (campo)

Gabriel Katter, Marcos Castro, Ribamar Furtado e Eliane Furtado

9ª Semana – 15 a 19 de julho de 2003

Laboratório de sensibilização comunitária (campo)

Gabriel Katter, Marcos Castro, Ribamar Furtado e Eliane Furtado

Avaliação

Retorno a São Luís

10ª Semana – 22 a 26 de julho de 2003

Laboratório de processamento e organização do material (campo)

Gabriel Katter, Marcos Castro, Ribamar Furtado e Eliane Furtado

11ª Semana – 29 de julho a 3 de agosto de 2003

Viagem para os municípios selecionados

Laboratório de planejamento (campo)

Gabriel Katter, Marcos Castro, Ribamar Furtado e Eliane Furtado

Retorno a São Luís

12ª Semana – 5 a 9 de agosto de 2003

Laboratório para produção da primeira versão dos planos estratégicos e dos projetos de desenvolvimento (São Luís)

Gabriel Katter, Marcos Castro, Ribamar Furtado e Eliane Furtado

Avaliação e encerramento

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

III Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão: construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para as comunidades indígenas.

Bloco I – Fundamentos Teóricos e Metodológicos

Carga horária: 284 horas

MÓDULO 1 – O desenvolvimento sustentável: contexto local, nacional e internacional

1ª Semana – 9 a 14 de setembro de 2003

Abertura

Integração do grupo

Ribamar Furtado e Eliane Furtado

Seminário Introdutório

A questão indígena: Brasil e Maranhão

- A trajetória histórica

José Augusto Pereira (Funai) e Elizabeth Coelho (UFMA)

- A diversidade cultural

José Augusto Pereira (Funai) e Elizabeth Coelho (UFMA)

- A organização social, política, econômica e religiosa

José Augusto Pereira (Funai) e Elizabeth Coelho (UFMA)

Auto-sustentação dos povos indígenas (1)

As grandes tendências e o impacto nas aldeias indígenas

Carlos Jara

A crise dos modelos do desenvolvimento

Carlos Jara

Desenvolvimento sustentável

Carlos Jara

As políticas de combate à pobreza

Carlos Jara

Caracterização do cenário em que estão inseridos os povos indígenas

Ribamar Furtado e Eliane Furtado

MÓDULO 2 – Estado de sociedade: a prática no Maranhão

2ª Semana – 16 a 22 de setembro de 2003

Visita a uma ONG

Assema (Comunidades de São Manoel e Ludovico e a Coopalj - Lago do Junco)

Regina Teixeira, Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Visita à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores – Santa Inês

Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Visita ao Tribunal de Justiça da Comarca de Santa Inês e ao Banco do Brasil de Santa Inês

Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Palestra sobre o Estatuto do Índio

Regina Teixeira, Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Visita a uma favela e a um *shopping center* – São Luís, MA

Regina Teixeira, Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Visita a um movimento social

MST (Assentamento Diamante Negro, Igarapé do Meio, e ao acampamento de Matões do Norte na fazenda Cantanhede)

Regina Teixeira

Deslocamento para Carolina, MA

Regina Teixeira e Ribamar Furtado

Visita ao Centro de Trabalho Indigenista

Regina Teixeira, Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Lazer: visita à Cachoeira do Itapecuru e à Pedra Caída em Carolina, MA

Regina Teixeira, Eliane Furtado e Ribamar Furtado

MÓDULO 3 – Estado de sociedade: a teoria

3ª Semana – 23 a 28 de setembro de 2003

Deslocamento para Santa Inês

Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Relato das atividades e avaliação dos dias 20, 21 e 22 de setembro

Reflexão: Estado e sociedade na prática

Eliane Furtado, Regina Teixeira e Ribamar Furtado

Avaliação da semana de visitas

Eliane Furtado, Regina Teixeira e Ribamar Furtado

Auto-sustentação dos povos indígenas (2)

Estado e sociedade – cultura, etnia, identidade e parentesco

Eliane Furtado e Ribamar Furtado

A relação sociedade e natureza (biodiversidade)

Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Economia (organização sócio-cultural) de reciprocidade e sua relação com a economia de mercado

Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Modos de produção: subsistência e reciprocidade, a propriedade da terra e a organização familiar

Eliane Furtado e Ribamar Furtado

A auto-sustentação e as novas tendências no espaço rural brasileiro

Os conceitos: auto-sustentação, território rural, pluriatividade agrícola, cadeias produtivas e agricultura familiar

Ribamar Furtado

Formação e capacitação do capital humano e capital social

Eliane Furtado e Ribamar Furtado

Reunião com técnicos do IICA e da Associação Brasileira de Cooperação Técnica (ABC)

Facilitadores e monitores

Deslocamento para as aldeias

MÓDULO 4 – Metodologias participativas para o desenvolvimento sustentável: capacitação, planejamento e intervenção

4ª Semana – 7 a 13 de outubro de 2003

Retorno a Santa Inês

As políticas públicas indigenistas no Brasil: universais ou propositivas?

Elizabeth Coelho (UFMA)

Sociedade e natureza – conclusão

A auto-sustentação e as novas tendências no espaço rural: agricultura familiar e pluriatividade na agricultura – conclusão

O conceito de etnodesenvolvimento

Ribamar Furtado e Eliane Furtado

Intervenção Participativa dos Atores (Inpa): planejamento para o preparo do trabalho de campo

Ribamar Furtado e Eliane Furtado

Deslocamento para Barra do Corda

Inpa nas aldeias: preparo do trabalho de campo

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira e monitores

Preparo do trabalho de campo – conclusão

Socialização e avaliação das atividades preparatórias para o trabalho de campo

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira e monitores

Planejamento do trabalho de campo

Deslocamento para as aldeias

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira e monitores

Bloco II – Prática de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável

MÓDULO 1 – AUTODIAGNÓSTICO: ESTUDO DA REALIDADE DAS ALDEIAS (I)

5ª Semana – 14 a 18 de outubro de 2003

Laboratórios

Mobilização e sensibilização para o trabalho

Ribamar Furtado, Eliane Furtado e Regina Teixeira

Estudo da realidade.I – Autodiagnóstico

Ribamar Furtado, Eliane Furtado e Regina Teixeira

Estudo da realidade II – Problemas, potencialidades, ameaças, oportunidades e visão de futuro

Ribamar Furtado, Eliane Furtado e Regina Teixeira

MÓDULO 2 – AUTODIAGNÓSTICO: ESTUDO DA REALIDADE DAS ALDEIAS (II)

6ª Semana – 21 a 25 de outubro de 2003

Laboratórios

Continuação dos laboratórios anteriores

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira e monitores

MÓDULO 2 – AUTODIAGNÓSTICO: ESTUDO DA REALIDADE DAS ALDEIAS (III)

7ª Semana – 28 de outubro a 1º de novembro de 2003

Laboratórios

Conclusão das atividades do curso

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira

Conclusão dos laboratórios

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira

Sistematização das informações por aldeia

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira

Discussão e elaboração de uma agenda de prioridades (possíveis soluções)

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira

Retorno a Santa Inês

Socialização das informações sistematizadas

Avaliação do trabalho de campo

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira

A legislação indígena no Brasil

Elaboração de agenda de prioridades por etnias

Ribamar Furtado, Eliane Furtado, Regina Teixeira

Avaliação do curso

Carlos Miranda

Encerramento

Considerações:

- . O trabalho de campo será desenvolvido em cada aldeia, e os alunos serão índios da aldeia, podendo ser de outra, mas da mesma etnia.
- . Para cada duas aldeias, haverá um monitor para acompanhar os trabalhos dos participantes do curso.
- . Em cada região da Funai (Imperatriz, São Luís e Barra do Corda), onde estão as aldeias selecionadas para o trabalho de campo, haverá um coordenador.
- . Considerando que o trabalho será desenvolvido nas três regiões da Funai, e contemplará 10 aldeias, a equipe de campo será constituída por três coordenadores e cinco monitores.

ANEXO III – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO

FICHA DE SENSIBILIZAÇÃO (afrodescendentes)

Atividades	Objetivos	Técnicas
Apresentação	Conhecer os participantes (os participantes deverão explicitar o que estão jogando e o porquê)	Raiz da vida
Levantamento da história da comunidade	Conhecer a história da comunidade	Diálogo
Discussão sobre mudanças envolvendo temas transversais (auto-estima, identidade, território, aspectos culturais)	Descobrir e ilustrar a visão que o grupo tem dos aspectos físicos e humanos da realidade, centrados na experiência do grupo e na gestão	Painel da realidade em três tempos (passado, presente e futuro)
Detalhamento das fases do trabalho; objetivos e conceitos a serem trabalhados (potencialidade, problema e futuro desejado)	Socializar o detalhamento das fases e os objetivos do trabalho com a compreensão dos conceitos	Diálogo e painel da realidade
Discussão sobre a participação e a representatividade	Obter informações em relação à visão da comunidade sobre participação e representatividade, envolvendo intangíveis tais como compreensão, cooperação, união e solidariedade; e levantar como isso se dá na prática hoje. Perceber a importância da sensibilização, estimulando a reflexão de como proceder a possíveis mudanças	Quebra-cabeça
Escolha dos representantes do grupo	Eleger quatro representantes do grupo para participarem das oficinas em que serão contemplados homens, mulheres, jovens e idosos (caso tiver portadores de necessidades especiais, também um deste será contemplado)	Votação
Avaliação	Avaliar os pontos positivos e os negativos e provocar sugestões para o próximo encontro	<i>Que bom, que pena, que tal</i>
Encerramento	Encerrar a reunião e estimular a reflexão para a importância do papel de cada um na solução de problemas, promovendo a elevação da auto-estima	

Procedimentos	Tempo	Materiais necessários
Uma planta do mato será passada de mão em mão. Cada um que a receber, falará sobre a própria vida: dizer o nome, a razão daquele nome, o apelido e qual a origem	20'	Uma planta
Questionamentos provocativos	10'	Capital humano
Trabalho de grupo, usando recortes de figuras, para que representem a realidade do passado e do presente da comunidade. Depois de uma problematização, solicita-se um novo painel que represente a comunidade como eles gostariam que ela fosse (futuro desejado)	30'	Tesoura, cola, revistas, TNT ou tecido, pincel, cartolina
Exposição participativa a partir dos painéis da comunidade. Pedir aos comunitários que destaquem os problemas, as potencialidades e o futuro desejado	30'	Capital humano e painel preparado pela comunidade
Descontração. Entrega-se a cada participante uma peça de um quebra-cabeça; questiona-se o que significa um pedaço isolado e espera-se que expliquem que é preciso unir os pedaços para ter sentido; por meio de perguntas, todos são convidados para irem ao centro da sala montar a figura. Sistematizar a atividade em plenária e discutir participação e representatividade	30'	Quebra-cabeça
Os comunitários, por intermédio de indicação e votação, escolhem os quatro representantes: homem, mulher, jovem e idoso	20'	
Os participantes, um a um, alternam-se em dizer um ponto positivo, um negativo e uma sugestão para o complemento das expressões <i>Que bom... Que pena... Que tal...</i>	15'	Pincel, papel e uma bola
Em um canto da sala, coloca-se uma pequena caixa com um espelho colado no fundo. Promove-se uma discussão sobre como se resolvem os problemas de um grupo. Concluída a reflexão, solicita-se aos participantes que se dirijam até o local da caixa, onde será encontrado o responsável pelas soluções dos problemas. A visão da própria imagem faz com que os participantes sintam a importância de cada um na solução dos problemas. Para finalizar, serão feitos ou não (dependo da reação do grupo) comentários	10'	Caixa com espelho dentro

ANEXO IV – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO FICHA DE ORIENTAÇÃO DO AUTODIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO (afrodescendentes)

1. comissão de cultura e lazer

- origem da comunidade: história – escravatura
- etnias – raças
- religiosidade: religião, crenças e valores
- hábitos normais e costumes
- culinária
- festas, brincadeiras, jogos e divisões
- artesanato

2. comissão de produção – situação da terra (agricultura e pecuária)

- situação da terra: herança, terra de santo, ocupação, grilagem, pagamento de algum tipo de taxa ou imposto
- área: número de hectares – fatores socioeconômicos, históricos, jurídicos (uso e fruto); ameaças de perda ou diminuição do território
- elementos que constituem ameaças: fazendeiros, grupos econômicos nacionais e internacionais, empreendimentos ou projetos governamentais, tipos de exploração: agrícola, pecuária (criação de animais) e florestal
- recursos naturais: solo, vegetação, relevo, temperatura, água, chuvas, fauna
- sistema de produção: exploração da terra (individual ou coletiva), organização produtiva, meios de produção e força de trabalho (homem, mulher, jovens e idosos), sistema de ajuda mútua, cooperação, atividade do sistema de produção
- a questão ambiental (preservação e/ou degradação)
- comercialização de produto (venda, relações de troca)
- atividades não-agrícolas
- recursos hídricos
- infra-estrutura, máquinas e equipamentos, construções
- assistência técnica e intenção rural (apontar as instituições); planos elaborados e seus efeitos na comunidade; projetos (de qualquer tipo) realizados ou em relização e suas conseqüências ou resultados

3. comissão de educação

- dados gerais da população: homens, mulheres e crianças (brancos e negros) e idosos (a partir de 60 anos)
- escolas: nível de ensino e número de escolas ou de salas de aulas (tipos: multisseriado, alfabetização de jovens e adultos); grupos de educação informal ou cursos alternativos de profissionalização
- escolaridade: número de letrados, número de crianças e de jovens fora da escola, evasão escolar (abandonos), nível de escolaridade, média de anos de estudos, filhos da comunidade estudando e trabalhando fora (no município, fora do município, fora do estado)

4. comissão de saúde

- serviços de saúde: preventivo, curativo
- agentes de saúde: parteiras, enfermeiras, auxiliares
- hospital mais próximo
- posto de saúde na comunidade
- índice de natalidade e mortalidade (previsão)
- principais doenças
- condições de habitação
- saneamento básico: fossas, sumidouros, latrinas, caixa d'água, cacimba, poço artesiano
- plantas medicinais
- repelentes de insetos

5. comissão de infra-estrutura

- físico: habitações, prédios públicos, construções comunitárias (barracão, galpão, clube, forno), capela, igreja
- estradas: vias de acesso, abastecimento de água e energia
- serviços gerais: pedreiro, carpinteiro, bombeiro, ferreiro, sapateiro, construtor de barcos, remos, cangas, carros-de-boi

6. comissão de organização social

- instituições formais (associação, cooperativa, igreja – pastorais –, sindicato, partido) e não-formais (comissões, clubes, times de futebol, grupos de jovens, de mulheres, brincadeiras)
- construção dos sentimentos de pertença: herança, doação, compra, troca de serviços de segurança ou religiosos; como identificá-los ou denominá-los
- momentos em que a etnia é externada: por que e como se posicionar
- expectativa de direitos do grupo social ou das lideranças sobre o território: conflitos manifestos ou latentes, origem do conflito, problemas decorrentes do conflito e das ameaças que o grupo sofre (mudança, abandono das terras, morte ou outros)
- processo de territorialização
- diferenças atributivas: como se relacionam interna e externamente; a construção coletiva, nível de participação, exercício da cidadania, conflitos, gênero e geração, sujeitos sociais internos (diferenciação dentro do grupo – comerciantes, agricultores, pescadores, agentes sociais mais prósperos e a relação de cada um dentro do grupo) etc.



ANEXO V – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO PRIORIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E POTENCIALIDADES SEGUNDO A INTENSIDADE

Município: Guimarães. Comunidade quilombola: Damásio (15.7.2002).

Votação de toda a comunidade presente à reunião: 56 pessoas

PROBLEMAS	fa (1)	me (2)	fo (3)	Total
Assistência técnica	1		43	1+0+129=130
Pouca participação	1	18	5	1+36+15=52
Intercomunicação fraca		20	2	0+40+6=46
Não-aceitação das funções	5	9	20	5+18+60=83
Falta de equipamento	8	13	4	8+26+12=46
Não-conscientização racial	15	17	14	15+34+42=91
Desmatamento e queimada			20	0+0+60=60
Inexistência de horta			15	0+0+45=45
Não-preservação do pescado	5	9	6	5+18+18=41
Abastecimento de água	7	26	1	7+52+3=62
Escola sem infra-estrutura			32	0+0+96=96
Inexistência de posto de saúde			39	0+0+117=117
Inexistência de saneamento		3	37	0+6+111=117
Carência de iluminação pública			29	0+0+87=87
Inexistência de um espaço físico para centro de beleza negra	5	3	17	5+6+51=62
Comunicação (orelhão)		1	32	0+2+96=98
Precariedade do cemitério		11	28	0+22+84=106
Precariedade do clube das mães		3	29	0+6+87=93
Habitação carente			25	0+0+75=75
Desvalorização do sacramento			32	0+0+96=96
Desconhecimento do nome Damásio			26	0+0+78=78
Desmembramento			25	0+0+75=75
Desorganização e ausência de interesse		16	09	0+38+27=65
Ausência de política pública para a cultura	1	9	32	1+18+96=115
Desorganização do grupo de trabalho – não-valorização		9	16	0+18+48=66

POTENCIALIDADES	fa (1)	me (2)	fo (3)	Total
Mar e manguezal			13	0+0+39=39
Marisco e crustáceo			20	0+0+60=60
Solo bom para algumas culturas			17	0+0+51=51
Grande quantidade de frutas regionais			17	0+0+51=51
Abundância de adubo			14	0+0+42=42
Curativos e alguns analgésicos		22		0+44+0=44
90% da população alfabetizada			36	0+0+108=108
100% das crianças na escola			30	0+0+90=90
Água em abundância			25	0+0+75=75
Madeira		1	10	0+2+30=32
Igapó			21	0+0+63=63
Pedra			26	0+0+78=78
Mão-de-obra habilitada na beleza negra	9	11	9	9+22+27=58
Carro-de-boi		17		0+34+0=34
Terra			25	0+0+75=75
Tambor-de-crioula	15	7	2	15+14+6=35
Aniversário da comunidade	3	15	4	3+30+12=45
Farinha d'água		24		0+48+0=48
Trabalho de mutirão		17	6	0+34+18=52
Artesanato	18			18+0+0=18
Juçara	22			22+0+0=22
Religião	9	10	17	9+20+51=80
Clube de mães		16	5	0+32+15=47
Disponibilidade		16	5	0+32+15=47
Clube de jovens		21		0+42+0=42
União	11	19	4	11+38+12=61
Espírito de luta	1	21	4	1+42+12=55
Recursos humanos (brincadeiras)	9	3	11	9+6+33=48
Determinação para trabalhar: decisão		10	7	0+20+21=41
Consciência étnica			30	0+0+90=90

Problemas, potencialidades e futuro desejado

Município: Serrano, MA. Comunidade quilombola: Rio de Peixe.

Classificação por importância	PROBLEMAS
1º.	Titulação inexistente
2º	Inexistência de energia elétrica
2º	Conflito de limite municipal
3º	Meios de comunicação precários
3º	Degradação ambiental
4º	Política de saúde inadequada
5º	Inexistência de água tratada
5º	Política agrícola inadequada
6º	Difícil acesso
7º	Terra fraca
7º	Prédios fracos
8º	Baixo nível de participação dos jovens
9º	Política de educação inadequada
10º	Atividade não-agrícola inadequada
10º	Descontinuidade de algumas manifestações culturais

Classificação por importância	POTENCIALIDADES
1º	Remédios caseiros
2º	Forte identidade
2º	União, participação e respeito
2º	Existência de casas de forno
3º	Trabalho coletivo
4º	Existência de associação
4º	Preservação da natureza (consciência ambiental)
5º	Agente de saúde da comunidade
5º	Recursos naturais
5º	Intercâmbio com outras comunidades
6º	Time de futebol (lazer)
7º	Existência de atividade não-agrícola
7º	Escola na comunidade
8º	Manifestação cultural
9º	Professor da comunidade
10º	Religiosidade

FUTURO DESEJADO
Segurança, titulação de terra e moradia; melhor condição de terra
Agricultura diversificada, criação de peixe, aumento da produção, água tratada
Política de saúde adequada, política educacional adequada, telefone público
Energia, conservação da natureza, trabalho coletivo, roça mais adequada, mecanizada
Associação em dia, mais participação, continuidade das manifestações culturais

ANEXO VI – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO IDENTIFICAÇÃO DE AMEAÇAS E OPORTUNIDADES – POR ÁREA

I Oficina dos Representantes das Comunidades Quilombolas de Guimarães:
(18 e 19.7.2002).

AMEAÇAS

Educação	Organização social	Cultura e lazer	Saúde	Produção	Infra-estrutura
Descontinuidade de políticas públicas no município	Interferência de políticos na comunidade	Promessas não cumpridas em relação à ajuda às brincadeiras		Políticas agrícolas autoritárias	Exploração inadequada dos recursos naturais por parte de estranhos (areias dos rios)
Bolsa-escola (fim eleitoreiro)		Filmagens de grupos de fora sem devolução para a comunidade visualizar o trabalho			Não-aplicação das verbas por parte do poder público
Imposições: fruto da mudança de poder público (farda dos alunos)		Críticas destrutivas que inferiorizam a cultura negra			Falta de interesse dos políticos locais
					Não-manutenção das estradas por parte do poder público

OPORTUNIDADES

Educação	Organização social	Cultura e lazer	Saúde	Produção	Infra-estrutura
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	Sindicato	Torneio de futebol entre as comunidades		Financiamento e capacitação na área agropecuária	Projeto de redistribuição da água (municipal)
II Curso de Especialização em Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão para Comunidades Afrodescendentes	Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC)	Contratações de brincadeiras para eventos sociais externos			Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)
					Recursos municipais (fundos)

ANEXO VII – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO SISTEMATIZAÇÃO DOS PROBLEMAS

I Oficina dos Representantes das Comunidades Quilombolas de Guimarães (18.7.2002).

PROBLEMAS sistematizados na oficina	PROBLEMAS listados nas comunidades (bruto)
Inexistência/precariedade de posto de saúde	Posto de saúde precário
Carência de política agrícola	Assistência técnica, inexistência de crédito para a pequena agricultura, uso de plantas medicinais, solo de baixa fertilidade, inexistência de equipamentos para a lavoura, inexistência de hortas, desmatamento e queimada
Abastecimento de água indevido	Água não potável, inexistência de água encanada, água de péssima qualidade, ausência de poço artesiano
Dificuldade/ausência de comunicação externa	Comunicação (orelhão), comunicação externa
Ausência de política educacional voltada para comunidades afrodescendentes	Escola sem infra-estrutura, inexistência de escola, prédio escolar sem funcionamento, ausência de transporte escolar, ausência de programas de alfabetização de adultos, não-aproveitamento de professores locais, evasão escolar
Habitação carente	Residências precárias, casas frágeis, casas de taipa cobertas de palha
Dificuldade de acesso	Estradas em más condições, pontes precárias, conservação manual da estrada, acesso ao porto
Carência de iluminação pública	Energia precária, rede elétrica deficitária
Desorganização no grupo	Desorganização e ausência de interesse, pouca participação, desunião, intercomunicação fraca
Ausência de alternativa profissional	Desemprego
Desconhecimento da origem do nome Damásio	
Migração dos comunitários	Desmembramento da comunidade
Ausência de política pública para a cultura	
Precariedade do clube de mães	
Precariedade do cemitério	
Falta de compromisso e de consciência	Não-aceitação das funções
Não-conscientização da identidade racial	Ausência de consciência negra, inexistência de espaço físico para o centro de beleza negra
Comunitários sem documentos	

ANEXO VIII – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO PROBLEMAS, POTENCIALIDADES, OPORTUNIDADES, AMEAÇAS E FUTURO DESEJADO – POR ÁREA (afrodescendentes)

INFRA-ESTRUTURA

Problema	Potencialidade	Oportunidade	Ameaça	Futuro desejado
Difícil acesso	Inexistente	Construção de estradas e pontes	Projetos mal elaborados sem a participação da comunidade	Construção de cerâmica
Inexistência de Igrejas		Projetos bem elaborados com a participação da comunidade	Construções de estradas e pontes	Construção de creche
Construções precárias		Instalação de energia elétrica	Instalação de energia elétrica	Reforma do centro cultural
Inexistência de água tratada				Escola agrícola
Inexistência de energia elétrica				Porto de embarcação
Meios de comunicações precários				Embarcação pesqueira
				Ativação do campo de pouso
				Construção e reforma da igreja
				Construção da casa de farinha
				Fortalecimento do patrimônio cultural
				Construção de estradas e pontes
				Energia elétrica
				Melhoria habitacional
				Agricultura moderna
				Água encanada
				Transporte para a comunidade
				Mercado público
				Água tratada
				Posto de saúde
				Área de lazer
				Rede telefônica

PRODUÇÃO

Problema	Potencialidade	Oportunidade	Ameaça	Futuro desejado
Baixa qualidade alimentar	Solos férteis para a agricultura	Exportação	Madeiras	Horta comunitária
Terra fraca	Aptidão para piscicultura	Técnicos e assistência técnica	Tráfico de drogas	Criação de animais
Criação de animal extensivo	Disponibilidade de matéria-prima para medicamentos fitoterápicos	Projetos bem elaborados	Importação de produtos agrícolas	Alimentos de boa qualidade
Política agrícola inadequada	Atividades não-agrícolas	Políticas públicas diferenciada	Assistência técnica (técnicos)	Políticas agrícolas adequadas
Pouca atividade não-agrícola	Recursos naturais	Formação – capacitação – curso	Projetos mal elaborados	Recuperação de terras fracas
Degradação ambiental	Matéria-prima para artesanato			Diversificação da produção
Terra sem título				Aumento da produção agrícola
Conflito de limite municipal				Conservação ambiental
				Implantação de serviços comerciais
				Assistência técnica
				Título da área
				Agroindústria
				Arborização
				Fruticultura
				Criação de peixes
				Geração de trabalho e renda

CULTURA (LAZER)

Problema	Potencialidade	Oportunidade	Ameaça	Futuro desejado
Baixa auto-estima	Identidade étnica	Curso de capacitação	Política pública inadequada	Elevação da auto-estima
Inexistência de Igrejas	Educação familiar	Inter-relacionamento comunitário	Tráfico de drogas	Consciência racial
Descontinuidade de manifestações culturais	Manifestações culturais		Violência	Área de lazer
	Carro-de-boi			

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Problema	Potencialidade	Oportunidade	Ameaça	Futuro desejado
Baixo nível de participação dos jovens	Nível de organização	Instalação de energia elétrica	Violência	Regularização das associações
Descontinuidade das manifestações culturais	Associação legalizada	Curso de capacitação	Políticas públicas inadequadas	Parlamentar da comunidade
Baixa auto-estima	Maior número de pessoas documentadas	Inter-relacionamento comunitário	Projetos mal elaborados	Planejamento das atividades comunitárias
Baixo nível de organização		Representação política partidária	Tráfico de drogas e drogas em si	
		Projetos bem elaborados	Grilagem	

EDUCAÇÃO

Problema	Potencialidade	Oportunidade	Ameaça	Futuro desejado
Política educacional inadequada	Educação familiar	Instalação de energia elétrica	Violência	Preservação ambiental
Analfabetismo	Grau de escolaridade	Construção de estradas e pontes	Políticos	Política de educação adequada
Degradação ambiental		Políticas públicas diferenciadas	Políticas públicas	Qualificação profissional
		Formação – capacitação – curso	Tráfico de drogas	Escola de boa qualidade (ensino médio e fundamental)

SAÚDE

Problema	Potencialidade	Oportunidade	Ameaça	Futuro desejado
Inexistência de água tratada	Disponibilidade de matéria-prima para medicamentos fitoterápicos	Formação – capacitação – cursos	Construção de estradas	Água tratada
Baixa qualidade alimentar	Recursos naturais	Projetos bem elaborados com a participação da comunidade	Políticas públicas	Horta comunitária
Políticas de saúde inadequada	Educação familiar	Instalação de energia elétrica	Políticos	Posto de saúde
Criação de animais soltos	Nível de organização comunitária	Construção de estradas e pontes	Tráfico de drogas	Área de lazer
Degradação ambiental	Grau de escolaridade	Inter-relação com as entidades externas (ONGs)	Violência	Rede telefônica
	Maior número de pessoas documentadas			Arborização
				Energia elétrica
				Melhoria habitacional
				Preservação ambiental
				Alimentos de boa qualidade
				Política de saúde adequada
				Água encanada
				Melhoria da qualidade de vida
				Documentos pessoais para todos
				Criação de peixes

**ANEXO IX – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO
 PROBLEMAS, POSSÍVEIS SOLUÇÕES, OPÇÕES ESTRATÉGICAS,
 AÇÕES E PROJETOS INTERCOMUNITÁRIOS – POR ÁREA
 (afrodescendentes)**

EDUCAÇÃO

Problema	Possíveis soluções
1. Política educacional inadequada 2. Analfabetismo	<ul style="list-style-type: none"> - União comunitária e organização das comunidades para reivindicarem junto ao poder público - Elaboração de uma política educacional diferenciada para melhorar o nível de escolaridade das comunidades quilombolas - Solicitar junto ao poder público a ampliação do ensino fundamental e a implantação do ensino médio - Mobilizar a comunidade com apoio da Aconeruq para reivindicar capacitação e contratação de professores
3. Degradação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Promover campanhas de sensibilização e educação ambiental contra o desmatamento nas margens e nas cabeceiras dos rios e igarapés - União das comunidades, com ajuda da Aconeruq, para solicitar aos órgãos competentes a fiscalização e o apoio na preservação dos rios e dos animais, realizando reflorestamento nas cabeceiras e margens dos rios e igarapés - Capacitação sobre preservação ambiental

Opção estratégica	Projetos e ações
- Educação diferenciada para melhoria do nível de escolaridade das comunidades quilombolas	<ul style="list-style-type: none">- Pressionar o governo para contratação de mais professores- Cobrar do governo a aplicação dos ensinos fundamental e médio e de política educacional diferenciada- Projeto de capacitação de professores sobre a história do negro- Programa de alfabetização para jovens e adultos- Produção de material didático que resgate a história do negro- Inserir no currículo escolar a história do negro por meio de um projeto de lei municipal, estadual e federal- Promover seminários, palestras e debates nas escolas e nos bairros- Projeto de construção e manutenção de escola
- Formação de consciência ambiental	<ul style="list-style-type: none">- Promover oficinas, palestras e debates sobre a questão ambiental nas comunidades- Formar comissões de fiscalização para a questão ambiental nas comunidades quilombolas- Promover curso de educação ambiental

SAÚDE

Problema	Possíveis soluções
1. Inexistência de água tratada	- Buscar projetos sobre poço artesiano e água encanada bem elaborados com a participação da comunidade; usar água fervida e filtrada
2. Qualidade alimentar baixar	- Juntar todas as comunidades para buscar curso de capacitação (tecnologia) e assistência técnica com o intuito de melhorar a produção; fazer hortas comunitárias; buscar alimentação alternativa; criar animais de pequeno porte
3. Política de saúde inadequada	- Unir todas as comunidades, com o apoio da Aconeruq, para pressionar o governo a criar uma política de saúde adequada
4. Criação de animais soltos	- Unir as comunidades, com o apoio da Aconeruq, e buscar ajuda financeira para a construção de cercas (soltas) e para adquirir a alimentação dos animais - Conscientizar os donos de animais, por intermédio de reuniões com os sindicatos, delegacias sindicais e as pessoas da comunidade, para não os deixarem soltos
5. Degradação ambiental	- Unir as comunidades, com o apoio da Aconeruq, e buscar ajuda do Ibama para cursos de capacitação sobre educação ambiental, assistência técnica, para impedir o desmatamento, e implementação da agricultura natural - Orientar sobre a necessidade da preservação ambiental, não jogando lixo nos rios e evitando as queimadas descontroladas - Reunir as comunidades para solicitar aos órgãos competentes o acompanhamento de agentes comunitários de saúde nas comunidades com o fim de fortalecer a educação ambiental sobre o destino final do lixo e a água servida (usada)

Opção estratégica	Projetos e ações
- Melhoria da saúde preventiva e curativa	- Ferver e filtrar a água - Projeto de poço artesiano - Projeto de distribuição de água (encanada)
- Melhoria da qualidade de vida	- Projeto de capacitação para melhoria da produção e alimentação alternativa - Projeto de horticultura - Projeto de assistência técnica
- Melhoria da saúde preventiva e curativa	- Pressionar o governo para ter uma política de saúde adequada (equipamentos, remédios, enfermeiras e assistência médica) - Exigir do governo um maior número de agentes de saúde para as comunidades - Projeto de capacitação para agentes de saúde - Projeto de construção e manutenção de posto de saúde
- Melhoria da qualidade de vida	- Conscientizar os donos de animais - Projeto de construção de cercas (soltas) e aquisição de alimentação para os animais
- Melhoria da qualidade de vida	- Conscientizar as comunidades por meio de reuniões para que limpem os poços quando elas botarem ou tirarem mandioca - Fazer um abaixo-assinado para o Ibama solicitando fiscalização na área das comunidades - Chamar agentes de saúde para orientar comunitários sobre o destino do lixo e da água servida (usada) e para instruí-los a fazer fossa no quintal

PRODUÇÃO

Problema	Possíveis soluções
1. Baixa qualidade alimentar	<ul style="list-style-type: none"> - Por intermédio da organização comunitária, buscar recursos para o plantio da horta comunitária - Capacitar comunitários em alimentação alternativa aproveitando os produtos locais - Instruir para a criação de peixe, abelha, galinha, porco, cabra e ovelhas
2. Terra fraca 3. Inadequação da política agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - Unir as comunidades e buscar tecnologias e assistência técnica para melhorar a produção - Usar adubo orgânico - Diversificar a produção (arroz, feijão, milho, banana, abacaxi, batata-doce, caju, laranja e etc) - Pousio (capoeiras) de terra - Criar cooperativas e redes de mercado - Buscar junto as ONGs a implantação de escola agrícola - Juntar com a Aconerueq e cobrar apoio (e recursos) do governo para a agricultura e política de preço - Reunir e trabalhar a conscientização política
4. Criação de animais soltos	<ul style="list-style-type: none"> -Reunir as comunidades para comprar arame - Escolher o lugar para fazer plantio de alimentação dos animais - Buscar recursos governamentais, com apoio da Aconerueq, para reservar área para criação de animais presos (curral e solta) - Trabalhar, com apoio de entidades (STR, CPT, Fetaema, Aconerueq), a conscientização dos donos de animais para não deixá-los soltos
5. Pouca atividade não-agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer rede com outras comunidades para buscar cursos de qualificação incluindo oficinas para jovens e crianças - Usar a rede comunitária para buscar recurso para atividades não-agrícolas (piscicultura, apicultura, cerâmica, produção de doces, suco e azeite) - Usar a rede comunitária para incentivar o artesanato, usando a própria matéria-prima e os recursos humanos da comunidade
6. Degradação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de capacitação ambiental - Unir a comunidade e buscar junto ao Ibama apoio e fiscalização para combater o desmatamento - Buscar assistência técnica - Evitar queimadas descontroladas - Implantar a agricultura natural preservando rios e animais - Evitar roçar nas cabeceiras dos rios - Não cortar árvores fora de época e não jogar lixo nos rios e matas
7. Terra sem título	<ul style="list-style-type: none"> - Conquistar o título da terra - Cobrar a titulação da terra junto ao Incra, com o apoio da Aconerueq - Buscar a titulação da terra com o apoio de outras ONGs - Levantar a documentação cartorial - Elegger algumas pessoas para cobrar do governo a titulação
8. Conflito de limites municipais	<ul style="list-style-type: none"> - Unir as comunidades e, de maneira organizada, eleger algumas pessoas para pressionar o governo municipal e federal para resolver o conflito - Defender os interesses das comunidades negras junto ao município judicialmente

Opção estratégica	Projetos e ações
Fortalecimento da agricultura	<ul style="list-style-type: none">- Projeto de horta comunitária- Projeto de criação de peixe- Projeto de curso de capacitação em alimentação alternativa- Projeto de criação de porco (raça regional e não-regional)- Projeto de criação de aves (galinha, frango e patos)- Projeto de criação de gado- Projeto de criação de ovelhas e cabras
	<ul style="list-style-type: none">- Projeto de mecanização da agricultura- Organização comunitária para desenvolver agricultura diversificada (banana, cana, acerola)- Projeto de melhoria da produção de arroz, feijão, milho e mandioca- Projeto para diversificar a agricultura (batata-doce, coco, caju, laranja e abacaxi)- Pousio de terra e rotação de cultura- Projeto de escola agrícola- Projeto de assistência técnica diferenciada e permanente (incluindo o social e a extensão rural)- Cobrança junto ao governo de uma política agrícola adequada (apoio e recursos para a agricultura e política de preço)
Fortalecimento da agricultura	<ul style="list-style-type: none">- Organização comunitária para comprar arame e escolher lugar para fazer plantio- Projeto de pastagem para animais
Geração de emprego e renda	<ul style="list-style-type: none">- Projeto de qualificação incluindo oficinas para jovens e crianças- Projeto para criação de abelhas- Projeto de criação de peixe- Projeto de cerâmica- Projeto de industrialização de frutas regionais (óleo, azeite, doces, sucos, carvão)- Projeto de corte e costura e crochê- Incentivo ao artesanato
Implantação da agricultura orgânica	<ul style="list-style-type: none">- Projetos de assistência técnica para implantar agricultura natural (orgânica/agroflorestal)- Acordo entre os comunitários para fazerem aceiro no roçado, queimada controlada em determinado horário e não roçar nas cabeceiras e margens dos rios e igarapés
Regulamentação da terra	<ul style="list-style-type: none">- Levantar a documentação das terras- Pressionar o governo e negociar com o Incra a titulação da terra
Regulamentação da terra	<ul style="list-style-type: none">- Ajuizar ação pública- Pressionar o governo

INFRA-ESTRUTURA

Problema	Possíveis soluções
1. Dificil acesso	<ul style="list-style-type: none"> - Formar comissões entre as comunidades, junto à Aconerucq, para elaborar projetos de construção ou melhoria de estradas e pontes e encaminhar para os órgãos competente - Reunir comunidades para organização de mutirão para construção de um caminho de acesso - Preservar das estradas já existentes
2. Inexistência de igrejas	<ul style="list-style-type: none"> - Juntar com outras comunidades para fazer trabalhos coletivos - Procurar ajuda financeira para construir uma igreja ou casa de oração
3. Construções precárias	<ul style="list-style-type: none"> - Unir as comunidades em mutirão e formalizar parcerias com organizações beneficentes - Juntar com outras comunidades utilizando recursos profissionais para a melhoria das construções das casas de moradia, sede e casas de farinha
4. Inexistência de água tratada	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar, de maneira organizada, projeto de perfuração de poço artesiano e de distribuição de água - Buscar apoio da Aconerucq para cobrar a implantação dos projetos
5. Inexistência de energia elétrica	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar, por intermédio da organização comunitária, junto ao poder público, eletrificação rural para as comunidades
6. Meios de comunicação precários	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar rede telefônica e rádio comunitária, por ofício, ao governo

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Problema	Possíveis soluções
1. Baixo nível de participação dos jovens e mulheres	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar os jovens a participar das manifestações culturais e das reuniões - Conscientizar as pessoas sobre a importância da participação na organização comunitária - Fundar um grupo de jovens e outro de mulheres - Construir uma creche comunitária - Criar oportunidades para jovens e mulheres - Promover eventos de incentivo aos jovens e mulheres responsabilizando-os por esses eventos - Promover curso de capacitação profissional (com orientação sobre participação comunitária)
2. Baixo nível de organização	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientizar e incentivar os comunitários para a importância da participação na organização comunitária - Reunir as comunidades para formar um setor de comunicação legalizado - Sensibilizar os filhos, por intermédio dos pais, sobre a relação de confiança e sobre a importância de participar das reuniões da comunidade - Oferecer curso de capacitação em formas de organização social por meio de parcerias com outras entidades

Opção estratégica	Projetos e ações
Desenvolvimento da infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none">- Mutirão comunitário para construir caminhos e pontes- Conservação das estradas já existentes- Projeto para construção e melhoria de estradas- Projeto de construção e melhoria de pontes
Desenvolvimento da infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none">- Mutirão comunitário para construir igreja- Projeto de construção de igrejas
Desenvolvimento da infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none">- Mutirão comunitário e troca de matéria-prima para construir e melhorar as construções (habitação)- Projeto de construção e melhoria das construções (casa e sede)
Desenvolvimento da infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none">- Projeto de poços artesanais- Projeto de distribuição de água
Desenvolvimento da infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none">- Projeto de eletrificação rural
Melhoria dos meios de comunicação	<ul style="list-style-type: none">- Projeto de rede telefônica- Projeto de rádio comunitária

Opção estratégica	Projetos e ações
Fortalecimento da participação dos jovens e das mulheres nas comunidades negras	<ul style="list-style-type: none">- Projeto de financiamento para as comunidades realizarem palestras, debates e cursos sobre a importância da participação e da organização de jovens e mulheres nas comunidades- Projeto de construção e manutenção de uma creche comunitária- Formação de grupos de mães e de jovens
Fortalecimento da organização das comunidades negras	<ul style="list-style-type: none">- Projeto de financiamento para as comunidades realizarem palestras, debates e cursos sobre a importância da participação e da organização de jovens e mulheres nas comunidades- Estabelecer parcerias com a Aconeruaq, com o movimento negro e outros movimentos sociais para discutir a organização das comunidades negras- Estabelecer parceria intercomunitária (criação de redes)

CULTURA

Problema	Possíveis soluções
<p>1. Descontinuidades das manifestações culturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer intercâmbio com a Aconeruq para buscar recursos para compra de instrumentos musicais - Fortalecer as manifestações culturais por meio de incentivos - Montar uma escola de formação em manifestações culturais (dança, artesanato, culinária) - Buscar as manifestações já perdidas (festejos, danças) e ensiná-las aos jovens - Buscar intercâmbio cultural entre as comunidades - Criar um centro cultural para promover oficinas entre as comunidades, utilizando a educação familiar para repassar os conhecimentos - Providenciar projetos de recursos financeiros elaborados pela comunidade
<p>2. Baixa auto-estima</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar a raça negra pela conscientização - Usar as manifestações culturais e relacioná-las com a Aconeruq - Cobrar a verdadeira história do negro nas escolas - Reunir todas as comunidades para cobrar uma política diferenciada para as comunidades negras - Acabar com a discriminação racial - Resgatar os valores culturais das comunidades - Conversar com as pessoas mais vividas para descobrir sua beleza interna e externa - Participar do movimento negro - Conhecer e reconhecer seus direitos
<p>3. Inexistência de igrejas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Construir casa de oração conforme as condições das comunidades - Buscar intercâmbio e trabalho coletivo (mutirão) para a construção da casa de oração - Buscar recursos para construir a casa de oração

Opção estratégica	Projetos e Ações
Fortalecimento do patrimônio cultural das comunidades negras	<ul style="list-style-type: none">- Projeto para compra de instrumentos musicais (oficinas e troca de matéria-prima)- Projeto para construção e manutenção de uma escola de formação em manifestações culturais (danças, artesanato e culinária)- Projeto de financiamento para divulgação das manifestações culturais- Solicitar apoio do CCN para fazer instrumentos (oficinas)
Valorização da raça negra pela conscientização	<ul style="list-style-type: none">- Curso de valorização e resgate da verdadeira história do negro- Reunir as comunidades para cobrar dos governantes uma lei de punição contra a discriminação racial
Despertar as comunidades para se unirem com o intuito de construir a casa de oração comunitária	<ul style="list-style-type: none">- Reunir as comunidades para construir em trabalho de mutirão a casa de oração

ANEXO X – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO

3º OFICINA – CURSO COM QUILOMBOLAS

Hora	Atividades	Objetivos
8h30	Credenciamento	Identificar os participantes
9h	Animação e descontração	Descontrair os participantes, incentivando-os a refletirem sobre união
9h30	Retrospectiva das oficinas anteriores	Relembrar as informações das oficinas anteriores
9h40	Trabalho de grupo: consolidação da relação de proposta de projetos	Consolidar a lista de projetos
10h	Lanche	
10h20	Priorização dos projetos contemplados pelo PCPR, por comunidade	Priorizar os projetos contemplados pelo PCPR, por comunidade
12h	Almoço	
14h	Apresentação da Aconeruq	Apresentar a Aconeruq e relatar histórico e objetivo
14h30	Discussão sobre a formação de uma rede intercomunitária e de território geográfico e político-cultural	Levantar a proposta de rede intercomunitária e de território
15h10	Consolidação dos territórios	Consolidar os territórios
15h30	Discussão sobre desenvolvimento sustentável	Relembrar o motivo pelo qual esse trabalho e essa formação de rede intercomunitária está sendo feita, incentivando a reflexão sobre a importância da não-dependência em projetos
16h	Lanche	
16h20	Consolidação do modelo de gestão	Consolidar o modelo de gestão
16h50	Discussão sobre as opções estratégicas básicas (formação de capital humano e social)	Discutir as opções estratégicas básicas
17h	Eleição dos grupos temáticos e das equipes de coordenação do modelo de gestão	Eleger os grupos temáticos e a equipe de coordenação
17h30	Dinâmica de encerramento	Incentivar uma reflexão sobre a importância da representatividade, da força comunitária e da confiança para a continuação do trabalho
17h45	Avaliação	Avaliar o dia
18h	Encerramento	Encerrar a oficina com agradecimentos, incentivando uma reflexão sobre o trabalho que eles fizeram e a responsabilidade que eles tem de continuidade

Técnicas	Procedimentos	Tempo
Lista de frequência	Lista dos participantes	30'
Dinâmica da trança	Pede-se para três participantes, de diferentes comunidades segurar um cordão, cada um, e depois juntar. Em seguida, solicita-se que uma pessoa de cada comunidade faça uma trança com os cordões. Durante todo o processo, questiona-se o que significa esses cordões: primeiramente separados e depois trançados	30'
Exposição dialogada	Questionamentos sobre as oficinas anteriores	10'
Exposição oral e escrita do trabalho de grupo	Discussão sobre a lista final de projetos de cada área, questionando se há mais alguma mudança	20'
		20'
Plenária: exposição dialogada	Os participantes da oficina, por intermédio de debates, escolhem aquelas comunidades que são prioridade para os projetos contemplados pelo PCPR	1h40
		1h30
Exposição oral em plenária	Apresentação de um representante da Aconeruq, permitindo um espaço para questionamentos	30'
Rede de pescar e discussão em grupo dos possíveis territórios	Usar uma rede de pescar com questionamentos para deixar mais clara a importância da formação dessa rede intercomunitária e pedir para que os grupos dos possíveis territórios discutam entre si para finalizar esses territórios	45'
Exposição de uma rede de futebol com tarjetas de cada comunidade	Pedir para que cada participante pregue a sua tarjeta na rede perto das comunidades que formam seu território	
Exposição em painel	Discutir com os participantes por meio de questionamentos a importância de cada área (vida, produção e ambiente) e a ligação entre elas	30'
		20'
Exposição em painel e oral	Trabalhar o modelo de gestão, com questionamentos, usando painéis que identificam as áreas do planejamento e o próprio modelo	30'
Exposição oral	Discutir as opções estratégicas básicas, fazendo uso dos questionamentos	10'
Exposição oral e escrita	Votação em plenária	30'
Dinâmica da cadeira	Pedir aos participantes que formem duas filas. Dois deles devem juntar os braços, em forma de cadeira, e carregar uma pessoa do começo da fila ao fim. Depois, explicitarem os depoimentos da mensagem relacionada à realidade dos participantes	15'
<i>Que bom, que pena, que tal</i>	Questionar as coisas boas e as ruins do dia e o que fazer para mudar	15'
Exposição oral e musical: <i>Quilombo novo, Meu pai quilombo</i> e outra de despedida	Incitar as falas voluntárias dos alunos do curso e dos participantes da oficina. Cantar as músicas todos juntos	30'

ANEXO XI – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO PLANEJAMENTO DE REUNIÕES – CURSO COM INDÍGENAS

Ficha metodológica: mobilização, sensibilização e autodiagnóstico

Aldeia:

Posto da Funai:

Monitor (a):

Data:

Nação:

Município:

Evento: mobilização

Equipe:

ATIVIDADES	OBJETIVOS	TÉCNICAS e DINÂMICAS	DATA
Contatos iniciais	Apresentar-se, conhecer as pessoas da aldeia e o que elas fazem e conhecer um pouco da comunidade	"Árvore da vida" – apresentação explicação do curso e objetivo do trabalho exposição dialogada conversa informal	15
Caminhada (informal)	Conhecer a aldeia	Caminhada	15
Visitas domiciliares	Conhecer a realidade das famílias e convidá-las a participar dessa realidade	Visita domiciliar – conversa informal	16
Conversa com os idosos	Saber o passado da aldeia	Conversa – diálogo	16 e 20

Aldeia:

Posto da Funai:

Monitor (a):

Data:

Nação:

Município:

Evento: sensibilização

Equipe:

ATIVIDADES	OBJETIVOS	TÉCNICAS e DINÂMICAS	DATA
Reunião para o conhecimento da realidade. Trabalhar o coletivo, a participação e a mudança Trabalhar o desenvolvimento sustentável – auto-sustentação	Abrir a visão dos índios da aldeia para que eles possam visualizar melhor a realidade e caminhar só, unidos na aldeia	Teia – apresentação (nome, o que faz, o que espera) Perguntar "o que significa isso?" Desenho do passado, presente e futuro Dividir em grupos para desenhar Apresentação "Lagarto e caminhar como borboleta" Castanhas e pedras para explicar o sustentável Diálogo	18 e 19

FICHA METODOLÓGICA

Aldeia:
Monitor (a):
Nação:
Evento: autodiagnóstico

Posto da Funai:
Data:
Município:
Equipe:

ATIVIDADES	OBJETIVOS	TÉCNICAS e DINÂMICAS	DATA
Conhecimento da realidade	Conhecer a história da aldeia	Entrevista com os idosos	20
Planejamento da pesquisa	Motivar e preparar as pessoas para a pesquisa sobre autodiagnóstico	Quebra-cabeça (motivação) - trabalho de grupo	21
Caminhada orientada	Conhecer de forma sistemática a realidade da aldeia e dos membros que a compõem	Caminhada, observação da realidade e diálogo	21 e 22
Pesquisa sobre autodiagnóstico		Entrevistas por comissão e apresentação das comissões	23

ANEXO XII – COLETA DE INFORMAÇÕES – POR ÁREA DADOS PARA ELABORAÇÃO DO AUTODIAGNÓSTICO COLETIVO (indígenas)

ESTRUTURA DA ENTREVISTA – AUTODIAGNÓSTICO

Nação:

Aldeia:

Posto da Funai:

Município:

Comissão: Educação

1. Dados gerais da população da aldeia

Homens

Mulheres

Crianças

Jovens (12 a 18)

Idosos (acima de 60 anos)

2. Documentação dos homens, mulheres e crianças

Certidão de nascimento

Certidão de casamento

CPF

Carteira de identidade

Títulos de eleitor

Carteira profissional

Carteira de reservista

3. Tipos de escolas

Municipal

Estadual

Comunitária

Diferenciada (bilíngüe)

4. Nível de ensino (séries) – salas de aula: multisseriada

Alfabetização de jovens e adultos

Outras

5. Grupos de educação informal

Cursos de profissionalização

Outros cursos

6. Escolaridade

Quantidade de índios alfabetizados no português

Quantidade de índios que falam português

Quantidade de índios que não falam a língua de origem

Anos de estudos

Número de crianças e de jovens na escola

Filhos da aldeia estudando e trabalhando fora (no município, fora do município e fora do estado)

ESTRUTURA DA ENTREVISTA – AUTODIAGNÓSTICO

Nação:

Aldeia:

Posto da Funai:

Município:

Comissão: Saúde

1. Serviços de saúde: preventivo e curativo

Agentes de saúde

Atendente de enfermagem

Hospital mais próximo

Posto de saúde na comunidade

Número de crianças que nascem por ano

Número de crianças que morrem ao ano

Principais doenças

2. Descrever como são as casas

Tem banheiro

Plantas medicinais

Plantas contra insetos

ESTRUTURA DA ENTREVISTA – AUTODIAGNÓSTICO

Nação:

Aldeia:

Posto da Funai:

Município:

Comissão: Produção

1. Condições da terra, agricultura e pecuária: situação da terra: demarcadas, com titulação

Área plantada: número de linhas

Problemas econômicos e históricos

Problemas com fazendeiros

Problemas com grupos econômicos nacionais e internacionais

Projetos governamentais

Tipos de plantação agrícola

Pecuária (criação de animais)

Florestas

Natureza: solo, vegetação, temperatura, rios, lagoas, chuvas, animais

Sistema de produção: exploração da terra – individual e/ou coletiva

Como é organizada a produção

O que é produzido

Meios de produção

Força de trabalho: homens, mulheres, jovens e idosos

2. Sistema de ajuda mútua

Cooperação

3. Atividades desenvolvidas

Ambiente: preservação e degradação

Comercialização de produtos: venda e troca

Atividades não-agrícolas: artesanato, pesca, caça e outras

4. Recursos hídricos

águas

5. Máquinas

Construções

Assistência técnica e extensão rural (apontar as instituições)

Planos feitos e seus efeitos na comunidade

Programas e projetos (de qualquer tipo): realizados, em realização e conseqüências ou resultados

ESTRUTURA DA ENTREVISTA – AUTODIAGNÓSTICO

Nação:

Aldeia:

Posto da Funai:

Município:

Comissão: Infra-estrutura

1. Construção e preservação

Habitações, prédios públicos, construções comunitárias: barracão, forno coletivo, galpão

Estradas, caminhos, pontes e outras

Abastecimento de água: caixa d'água, cacimba, poço artesiano e outros

Energia: gerador

Redes: monofásica e trifásica

Serviços gerais: construção de casas, construções em madeira

Serviços elétricos

Trabalhos com ferro

Construção de barcos, remos, cangas, carros-de-boi e outros

ESTRUTURA DA ENTREVISTA – AUTODIAGNÓSTICO

Nação:

Aldeia:

Posto da Funai:

Município:

Comissão: Cultura e lazer

1. Origem da comunidade

História, normas e costumes

Alimentação

Festas, brincadeiras e jogos

Artesanato e danças

Benzimento e pajelança

ESTRUTURA DA ENTREVISTA – AUTODIAGNÓSTICO

Nação:

Aldeia:

Posto da Funai:

Município:

Comissão: Organização social

1. Especificações

Instituições: associação, cooperativa, comissões, clubes, times de futebol, grupos de jovens, de mulheres e outros

Construção da identidade (sentimentos de pertença)

Como se identificam e/ou se denominam

Troca de serviços de segurança e religiosos

Momentos em que a etnia é externada: por que, por quem, qual posição

Direitos do grupo social ou das lideranças sobre o território: conflitos, origem dos conflitos, problemas decorrentes dos conflitos

Ameaças que o grupo sofre: mudança, abandono das terras, morte e outros

Relações com outras comunidades: como eles se relacionam interna e externamente, construção coletiva e nível de participação

Como se relacionam: homens, mulheres, crianças, jovens e idosos

ANEXO XIII – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO PROBLEMAS, POTENCIALIDADES E FUTURO DESEJADO (indígenas)

Monitor (a): Célia

Posto da Funai: São José

Nação: Krikati

Município: Montes Altos

Aldeia: São José

Equipe: Deuzina, Augusto, Milton e Paulo

Área: Infra-estrutura

Data: 29.10.2002

PROBLEMAS	POTENCIALIDADES	FUTURO DESEJADO
Ausência de uma escola que atenda às necessidades dos alunos e dos professores	O prédio existente que pode ser utilizado para ser uma cantina	Trator de esteira
Prédios, veículos e equipamentos danificados	Oficina	Casa de reunião
Falta de construções comunitárias (barracões)	Garagem	Casa de farinha
Insuficiência no abastecimento de água	Máquina de pilar arroz	Estradas asfaltadas
	Catitu	
	Implemento agrícola (trator)	
	Equipamento de arroz	
	Congelador	
	Um computador	

ANEXO XIV – FASE DO PROCESSO METODOLÓGICO

AGENDA DE PRIORIDADES – CURSO COM INDÍGENAS

Problemas priorizados	Possíveis soluções
Baixos salários dos professores	Criar política salarial diferenciada para professores bilingüe
Falta de professores qualificados	Capacitar professores indígenas
Crianças analfabetas	Alfabetizar crianças e adultos
Falta de política de saúde preventiva	Conscientizar as pessoas sobre como se prevenir das doenças causadas à saúde
Falta de salas de aula	Reformar e ampliar salas de aula
Descobrimto da cultura	Repassar aos mais novos a história da comunidade
Doenças infecto-contagiosas	Informar as pessoas sobre como se prevenir de doenças infecto-contagiosas
Falta de água tratada	Construir poços artesanais; ferver e filtrar a água
Ensino multisseriado; participação de jovens com idades diferentes na mesma sala	Criar política educacional adequada para os jovens e para os adultos
Queimadas	Combater as queimadas
Destino do lixo doméstico	Enterrar o lixo doméstico
Saída de pessoas para trabalhar em fazendas	Criar pequenos animais domésticos; incentivar o trabalho de roça
Ausência de participação de jovens nas manifestações culturais	Incentivar a participação dos mais jovens na cultura
Diminuição do trabalho produtivo (roça) em virtude do benefício do INSS	Aumentar o trabalho de roça
Posto de saúde em condições precárias	Reformar o posto de saúde
Moradia precária	Reformar as casas
Prédio escolar precário	Reformar o prédio escolar
Ausência de transporte	Adquirir transporte coletivo para a comunidade
Caça predatória	Combater a caça predatória
Desmatamento	Combater o desmatamento por meio de fiscalização da área indígena
Animais criados soltos	Prender os animais
Uso de álcool e do fumo	Combater o uso de álcool e de fumo
Ausência de sementes de qualidade	Adquirir sementes de qualidade
Ausência de projetos não-agrícolas	Aumentar o número de projetos não-agrícolas
Dificuldade de escoamento de produção	Melhorar o transporte para o escoamento da produção

Ações e projetos	PRAZOS		
	C	M	L
Política salarial diferenciada para professores bilíngüe		X	X
Curso de formação de professores indígenas	X		
Programas de alfabetização para crianças e adultos		X	X
Campanha de conscientização sobre os problemas causados à saúde		X	X
Projeto de reforma e ampliação de salas de aula	X		
Que os mais velhos continuem falando sobre a história da comunidade	X	X	X
Programas de combate a doenças infecto-contagiosas	X	X	
Projeto de perfuração de poço artesiano; conscientização da comunidade para ferver e filtrar a água	X	X	X
Separar os alunos por faixa etária	X		
Campanha de combate às queimadas	X	X	X
Campanha para esclarecer às pessoas sobre como tratar o lixo doméstico	X	X	
Criação de pequenos animais e cultivo de suas roças	X	X	
Reuniões com os mais velhos para falar sobre cultura		X	X
Projeto de construção de um campo agrícola (culturas consorciadas)	X		
Projeto de reforma do posto de saúde	X		
Projeto de melhoria de casas	X		
Projeto de reforma de prédio escolar	X		
União da comunidade para cobrar do poder municipal um transporte coletivo	X	X	
Conscientização da comunidade para fiscalizar a caça predatória		X	X
	X		
Conscientização da comunidade para fazer cerca coletiva para os animais	X		
Conscientização da comunidade sobre o perigo do uso de álcool e de fumo		X	X
Formação de um banco de sementes comunitário	X		
Projetos de piscicultura, avicultura e apicultura	X	X	
Reivindicação de melhoramento de caminho de acesso e de transporte	X	X	

ANEXO XV – PARTICIPANTES

II Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão: construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para as comunidades afrodescendentes.

Ronaldo dos Santos	Ivanilde Soares Santos
Margarida Mota Ayres	Joel Marques
Antônio Cláudio Martins Guterres	Josilene Brandão da Costa
Elio Inácio Silva	Jailson Silva Bastos
Avelino Antônio Silva Jansen	Jorrimar Carvalho de Sousa
Ivanária Rodrigues Araújo	Januária da Cruz Santos
Antônio Henrique França Costa	Josamira Rosa Santos da Luz
Anadita Peres da Silva	Jocélia Maria da Silva Pinto
Benavenilze de Jesus Reis Vieira	Lindalva Maria José dos Reis Câmara
Beatriz Araújo Guterres	Maria de Lourdes Matos da Silva
Cláudio Raimundo Farias	Raimundo Maurício Matos Paixão
Célia Cristina da Silva Farias	Rosângela de Jesus dos Santos Nascimento
Christian Esteves de Andrade	Reijane Lucas Góes de Almeida
Daniele Lima Costa	Suelma Bethânia Matias Silveira
Elinaldo Martins Trindade	Paulo Fernando Barbosa Ribeiro
Fabrina Pontes Furtado	Silvianete Matos Carvalho
Francisco Gomes Júnior	Suziane Oliveira Machado
Gilsomar Costa da Silva	Heithel Sousa Silva
Ivo Fonseca Silva	

II Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão: construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para as comunidades indígenas.

Ananias Constâncio da Cruz	Rogério Cabral Viana Guajajara
Armando Prefeito	Dedezinho Providencia Guajajara
Fabiana Tehte	Olímpio Santos Iwramu Guajajara
Roberto Thuner	José Paraíba Lopes Guajajara
Sami Santana da Silva	Raimundo Nonato Guajajara
Paulo Belinário Gavião	Juarez Leão Guajajara
Ambrosio Cacau da Silva Gavião	Wilson José Ribeiro Guajajara
Marcelo Torino F. Gavião	Elvan Ribeiro Guajajara
Augusto Crowareh	Cali Melquiades de Sousa Filho
Milton Carvalho Bandeira	Plácido Guajajara Filho
José Galdino	Francisco Campelo Araújo
Diacy Bone	Quelma Bento Pereira Guajajara
José Aldeir Pompeu	Luís Salu Guajajara
Arquileu Pereira da Silva	Kapit Ka'apor
Adelson Lopes Virturino Guajajara	Kanawai Ka'apor
Fernando Virturiano Guajajara	Gei Guajá
Josias Ventura	Deuzina Krikati

ANEXO XVI – COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Comunidades	Municípios
Boa Esperança, Rio de Peixe e Palacete	Serrano
Aliança, Entre-Rios, Boa Vista e Alto Brasil	Cururupu
Santa Tereza, Mondego, Estiva dos Mafras, Maxixe, Frechal, Colônia e Achuí	Mirinzal
Monte Cristo, Bela Vista e São Sebastião	Central
São José dos Pretos, Caratiua, Guarimanduiá, Damazio, Santa Luzia e Cumum	Guimarães
Santo Antônio dos Pretos, Centro do Expedito, Morocongo, Monte Cristo, Matões da Rita, Matões dos Moreiras, Eira dos Coqueiros, São Benedito dos Barros, Boqueirão dos Vieiras e Santa Joana	Codó
Povoado Santa Maria dos Pretos, Povoado Santa Joana, Povoado Monge Belo, Povoado Dois Mil, Povoado Santa Rita, Povoado São Bento, Povoado Fandango, Povoado Mata do Ipiranga, Povoado Piqui, Povoado Santa Maria dos Pinheiros, Povoado Santa Rosa do Barão, Comunidade Felipa, Povoado Moreira, Povoado Mata de São Benedito, Povoado Mirim, Povoado Curitiba, Povoado Oiteiro dos Nogueiras, Povoado Buragir, Povoado Morros, Mandioca, Pirinã e Tingidor	Itapecuru-Mirim

Resumo das comunidades por equipe: Mirinzal (17); Guimarães (6); Codó (10); Itapecuru-Mirim (22) = 55

ANEXO XVII – ALDEIAS INDÍGENAS

Aldeias	Municípios
Sibirino	Grajaú
Escalvado	Fernando Falcão
Escalvado	Fernando Falcão
Escalvado	Fernando Falcão
Riachinho	Amarante
Governador	Amarante
Rubiácea	Amarante
Governador	Amarante
São José	Montes Altos
São José	Montes Altos
Cocalinho	Jenipapo dos Vieira
Felipe Bone	Jenipapo dos Vieira
Cachoeira	Barra do Corda
Colônia	Barra do Corda
Mangueira	Barra do Corda
Sardinha	Barra do Corda
São Pedro	Jenipapo dos Vieira
Barreirinha	Jenipapo dos Vieira
Canudal	Amarante
Juçaral	Amarante
Ipu	Grajaú
Zutiua	Arame
Ipu	Grajaú
Bacurizinho	Grajaú
Bacurizinho	Grajaú
Urucu Juruá	Grajaú
Urucu Juruá	Grajaú
Colônia	Barra do Corda
Cocal	Grajaú
Zutiua	Arame
Ximborendá	Santa Luzia do Paruá
Ximborendá	Santa Luzia do Paruá
Tiracambu	Bom Jardim
São José	Montes Altos

ANEXO XVIII – AS EQUIPES

1. Equipe do curso dos negros

FACILITADORES

Carlos Júlio Jará Martinez
Raimunda Nonata Santos Lemos
José de Ribamar Furtado de Sousa
Eliane Dayse Pontes Furtado
Gabriel Tenório Katter
Roberta Neiva Lins
Rodolfo Teruel
Sérgio José Cavalcante Buarque
Guilherme Antônio Lafayette
Carlos Muniz

PALESTRANTES

Luis Fernando do Rosário Linhares
Eliane Cantarino O'Dwyer
Luis Antônio Câmara Pedrosa
Lourdes Siqueira

COORDENADOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Marcos Antônio Vieira de Castro

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

José Ribamar Furtado de Souza

ADMINISTRATIVOS

Jorge Luis Martins Pereira
Ângela Blume

APOIO

Miguelangelo Silva Timóteo – motorista

2. Equipe do curso dos índios

FACILITADORES

José Ribamar Furtado de Souza (UFC e IICA)
Eliane Dayse Pontes Furtado (UFC e IICA)
Elizabeth Maria Bezerra Coelho (UFMA)
José Augusto Lopes Pereira (Funai – Brasília)

MONITORES

Suziane Oliveira Machado
Silvianete Matos Carvalho
Célia Cristina da Silva Pinto
Francisco das Chagas Lisboa dos Reis
Christian Esteves de Andrade

COORDENAÇÃO GERAL

José Ribamar Furtado de Souza

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Eliane Dayse Pontes Furtado

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Maria Regina Teixeira Lago
Maria de Lourdes Matos da Silva

APOIO

Miguelangelo Silva Timóteo – motorista
Jorge Luis Martins Pereira – digitador
Maria da Glória Cruz Cantanhede – digitador
Francisca Rodrigues de Sousa (Funai) – digitador

FACILITADORES AUXILIARES (UFMA)

Lígia Raquel Rodrigues Soares
Daniela de Fátima Ferrano Nunes

Editoração eletrônica
Link Design

Tiragem
1.000 exemplares



Instituto Internacional de Cooperación para a Agricultura
SHIS QI 5 Bloco D Comércio Local
71615-090 Brasília DF
Fone: 55 61 248 5477
iica@iica.org.br
www.iica.org.br

